UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/MESTRADO-PPGL

WALDIMIRO MAXIMINO TAVARES CÉSAR

QUARTO DE DESPEJO E *CARTAS A UMA NEGRA*: DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE

MANAUS
2024

WALDIMIRO MAXIMINO TAVARES CÉSAR

QUARTO DE DESPEJO E *CARTAS A UMA NEGRA*: DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Orientadora: Profa. Dra. Elis Regina Fernandes Alves

MANAUS
2024

WALDIMIRO MAXIMINO TAVARES CÉSAR

QUARTO DE DESPEJO E *CARTAS A UMA NEGRA*: DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE INTERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos Literários.

Aprovado em 30 de Agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Elis Regina Fernandes Alves (UFAM)

_____

Profa. Dra. Nícia Petreceli Zucolo (UFAM)

_____

Profa. Dra. Maristela Barbosa Silveira e Silva (UEA)

À minha mãe, que me ensinou que a vida só é bela quando se vê o outro pelos seus olhos e se luta junto aos que são oprimidos.

À Carolina, à Françoise.

AGRADECIMENTOS

Ao Ser Criador que, parafraseando Allan Kardec, é a inteligência soberana e causa primordial de todas as coisas. Sem Sua presença em meus caminhos, me faltariam luz, força e discernimento para iniciar, percorrer e concluir essa trajetória.

À minha mãe, Valdiza, que sempre acreditou nas minhas potencialidades e jamais mensurou esforços para que eu encontrasse oportunidades, na educação e na vida, para me tornar um homem melhor. Ser seu filho colaborou para que eu aprendesse a ser alguém que persegue seus sonhos com determinação e coragem.

À minha orientadora, Profa. Elis Regina Fernandes Alves, por acreditar em mim e delinear as estradas necessárias a esta pesquisa, como também por todas as preciosas contribuições, teóricas e textuais, durante os anos de curso. Muito obrigado por ser o Norte dessa jornada.

Ao Alex Mar, companheiro de tantos anos, pelas palavras e atitudes de amor e incentivo. Sua presença em minha vida foi e sempre será alegria nos dias amenos, luz e conforto nos dias escuros. Você é uma das pessoas cujo apoio essencial tornou essa conquista possível. Receba sempre o que há de mais bonito e sincero, no meu coração. Amo-te.

Às Profas. Nícia Petreceli Zucolo e Maristela Barbosa Silveira e Silva, integrantes das Bancas de Qualificação e Defesa, pela disponibilidade e diligência na etapa avaliativa, como também por suas ricas contribuições para o processo de elaboração e conclusão dessa dissertação.

Aos professores com quem tive o prazer de conviver e aprender durante o curso das disciplinas, em especial ao Prof. Norival Bottos Júnior por sua erudição teórica e conversas enriquecedoras. Certamente, graças a vocês, saio positivamente diferente dessa experiência, com horizontes acadêmicos e pessoais mais amplos e plurais.

À Neila, prima e irmã de outra mãe. Foi uma honra imensa crescer ao seu lado, vê-la tornar-se a mulher excepcional que é. Pelo coração imenso, pelo apoio em todas as horas, por ser inspiração através dos exemplos de força, grandeza e generosidade, por caminhar comigo sempre, minha genuína admiração e amor.

À Edivania, Lorena e demais amigos e amigas maravilhosas, por estarem sempre presentes, de diversas maneiras e em todos os momentos, mostrando-se sempre felizes pelas minhas vitórias. Pelo acolhimento providencial em ocasiões difíceis, pelas tantas conversas alegres, histórias memoráveis, palavras que abraçam e afeto que aquece o coração, minha reciprocidade e gratidão.

Ao meu pai *(In Memoriam*). Seu comportamento narcisista, caráter nocivo e atitudes inaceitáveis me ensinaram, de forma atípica, tudo o que eu não queria ser. Ironicamente, graças a ele, encontrei o caminho para um constante trabalho de reforma íntima, buscando sempre me tornar um homem mais digno e empático do que fui ontem e sou hoje.

"[...] Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor achei que era perder tempo".
(Jesus, 2014, p. 28)

"Timidamente, eu disse para quem estava ao meu redor: 'estou escrevendo um livro'. Riram de mim [...] Comecei então a escrever às escondidas" [...] "Se você não tivesse se tornado minha inspiração, eu já teria atirado tudo para o alto, dizendo: de que adianta escrever?".
(Ega, 2021, p. 8)

RESUMO

A presente dissertação tem, como objetivo basal, analisar as obras *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus (1914 - 1977) e *Cartas a Uma Negra* (1978), de autoria da martinicana Françoise Ega (1920 – 1976), tomando como ponto principal de contemplação o diálogo projetivo entre suas autoras. Busca-se, também, levantar uma reflexão sobre do possível pioneirismo acerca do feminismo negro contido em suas narrativas sobre os elementos convergentes nas histórias descritas, particularmente aqueles, como gênero, raça, classe e diáspora, que resultam em processos de discriminação, marginalização e silenciamento da mulher negra. Tais hipóteses evocam a interseccionalidade, termo cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw e a decolonialidade, que tem em Françoise Vergès uma proeminente estudiosa, como vertentes teóricas pontualmente urgentes para a discussão pretendida por esta pesquisa. Com o lançamento de *Quarto de despejo,* escrito em forma de diário, a autora negra, favelada, mãe solo de três filhos e catadora de papel Carolina Maria de Jesus catalisou transformações sem precedentes na literatura brasileira, sendo a obra traduzida para 14 idiomas diversos, processo pelo qual sua tradução para o francês alcançou Françoise Ega. A autora antilhana, que se mudou para a França durante a Segunda Guerra Mundial, onde foi trabalhadora doméstica e ativista em causas humanitárias, se viu tomada avassaladoramente pela história da escritora brasileira, decidindo escrever um conjunto de cartas – que jamais foram enviadas – a Carolina Maria de Jesus, a fim de relatar a forma como suas histórias, especialmente nas dores e obstáculos cotidianos, eram similares, o que deu origem a *Cartas a uma negra*. Durante o processo, foi possível constatar, como resultados da pesquisa, a diversidade de diálogos entre as obras, especialmente no campo interseccional e decolonial. A narrativa da escritora mineira revela seu forte perfil resiliente, de resistência aos processos interseccionais de marginalização que lhe afligiram a vida, compostos por fatores como racismo, sexismo e classismo, proporcionando um entendimento profundo e plural sobre a vida de uma mulher preta e pobre, no Brasil. Por meio do relato dos mesmos aparelhos de subalternização que vitimaram Carolina Maria de Jesus, a antilhana Françoise Ega viabiliza uma também aprofundada compreensão não só sobre sua história, assim como acerca das experiências de mulheres negras caribenhas em um contexto pós-colonial, onde se verifica, também, posturas de enfrentamento cultural e identitário às estruturas colonialistas de poder. O diálogo entre os livros contribui não apenas com visões das duras realidades das vidas de mulheres negras e pobres, como também da força e coragem frente às adversidades por elas vivenciadas, evidenciando a urgência da descolonização do conhecimento em contraposição às narrativas dominantes que, por meio de estigmatização e proscrição, promovem a privação de voz, proscrição e exclusão da mulher negra. Portanto, a leitura e as discussões sobre as obras mostram-se providenciais para que se possa debater sobre desigualdades de gênero, classe socioeconômica e raça não só na esfera acadêmica, mas também no âmbito educacional básico, reforçando a importância da literatura na desconstrução de mecanismos opressivos e desumanizadores, a partir dos processos elementares de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: *Quarto de Despejo*; *Cartas a Uma Negra*; Interseccionalidade; Decolonialidade; Feminismo negro.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the works *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) by Brazilian writer Carolina Maria de Jesus (1914 - 1977) and *Cartas a Uma Negra* (1978) by Martinican author Françoise Ega (1920 – 1976), focusing primarily on the projective dialogue between their authors. Besides, it searches to reflect on the potential pioneering nature of black feminism within their narratives regarding the convergent elements in the portrayed stories, particularly those such as gender, race, class, and diaspora, which result in processes of discrimination, marginalization and silencing of black women. These hypotheses evoke intersectionality, a term coined in 1989 by Kimberlé Crenshaw, and decoloniality, with Françoise Vergès as a prominent scholar, as crucial theoretical frameworks for the discussion intended by this research. With the release of *Quarto de despejo*, written in the form of a diary, the black author, a slum inhabitant, a single mother of three children, and a paper collector Carolina Maria de Jesus catalyzed unprecedented transformations in Brazilian literature, so that the work was translated into 14 different languages, a process that made its French translation reach Françoise Ega. The Antillean author, who moved to France during World War II, where she worked as a housemaid, being also an activist for humanitarian causes, was overwhelmingly moved by the story of the Brazilian writer, deciding to write a set of letters – which were never sent – to Carolina Maria de Jesus, to tell how their stories, especially in their daily pains and obstacles, were similar, what originated *Cartas a Uma Negra*. During the process, it was possible to verify, as research results, the diversity of dialogues between the works, especially in the intersectional and decolonial fields. The narrative of the writer from Minas Gerais reveals her strong resilient profile, resisting the intersectional processes of marginalization that afflicted her life, composed of factors such as racism, sexism, and classism, providing a deep and plural understanding of the life of a black and poor woman in Brazil. Through the narration of the same subalternation mechanisms that victimized Carolina Maria de Jesus, the Antillean Françoise Ega also enables a deep understanding not only of her own story but also of the experiences of Caribbean black women in a post-colonial context, where one can also observe stances of cultural and identity confrontation to colonial power structures. The dialogue between the books contributes not only to views of the harsh realities of black and poor women's lives, but also to the strength and courage they exhibit facing adversities, what highlights the emergency of decolonizing knowledge in opposition to dominant narratives that, through stigmatization and proscription, promote the silencing and exclusion of black women. Therefore, reading and discussions about the works are essential for debating gender, socioeconomic classes, and racial inequalities not only in the academic sphere but also in basic education, reinforcing the importance of literature in deconstructing oppressive and dehumanizing mechanisms, based on elementary teaching-learning processes.

Keywords: *Quarto de Despejo*; *Cartas a Uma Negra*; Intersectionality; Decoloniality; Black Feminism.

SUMÁRIO

PREÂMBULO **10**

INTRODUÇÃO **14**

CAPÍTULO 1: O DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS **19**

1.1 *Quarto de Despejo*: metáfora de sobrevivência **25**

1.2 Preconceito Linguístico e Banimento **39**

CAPÍTULO 2: AS EPÍSTOLAS DE FRANÇOISE EGA **56**

2.1 *Cartas a Uma Negra*: as misérias irmãs **64**

2.2 Migração, Trabalho Doméstico, Exploração e Silenciamento **84**

CAPÍTULO 3: CAROLINA, FRANÇOISE, INERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS **94**

3.1 O Quarto, as Cartas e a Interseccionalidade **100**

3.2 São Paulo, Marselha, Diáspora e Decolonialidade **121**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **139**

REFERÊNCIAS **144**

PREÂMBULO

Como professor de Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira do Ensino Fundamental e Médio, na rede estadual de ensino há mais de duas décadas, minha maior preocupação sempre foi desempenhar um papel que fosse além da mera formação curricular dos estudantes. A meu ver, o docente dessa área não atua apenas como um transmissor de conteúdos linguísticos e literários, já que, a partir daquilo que lê, seja nos livros ou na realidade que o cerca, o aluno precisa construir habilidades interpretativas e críticas que operem transformações significativas, no ambiente em que vive. Uma das minhas necessidades mais pontuais, desde o início da minha carreira, tem sido abordar questões de gênero e figuração feminina nas obras literárias de diferentes estilos e períodos, na sala de aula. A partir de algumas experiências de cunho metodológico, surgiu o interesse no aprofundamento de pautas feministas nas suas diversas vertentes e na promoção de diálogos que visem ampliar o engajamento estudantil no desenvolvimento de uma consciência crítica libertadora, no que tange à valorização das vozes femininas na literatura. Esse é um passo importante na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Porém, preciso frisar que, antes da práxis pedagógica, a causa basilar de meu apreço pelo feminismo não só como um dos principais focos temáticos da minha prática profissional, como também de reflexão e desconstrução pessoal, encontrou alicerce primário em questões familiares.

A jornada para me tornar um estudioso do feminismo teve, como ponto de partida, a observação, ainda na infância, de minha mãe sofrendo violência doméstica contínua, física e psicológica, por parte de um marido grosseiro, prepotente, controlador e misógino: meu pai. Com muita dificuldade, ela conseguiu separar-se dele e, alguns anos depois, casou-se novamente. Como se não bastassem as feridas emocionais adquiridas na união anterior, o segundo esposo era extremamente possessivo, ciumento, manipulador e a traía constantemente.

Em 1991, ano em que ela passou no vestibular para o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (à época, UA), ele queria proibi-la de estudar, forçando-a a escolher entre ele e a faculdade. Ela optou por realizar o sonho de se formar e, como retaliação, foi violentamente espancada, perdendo a capacidade de respirar por uma das narinas de forma permanente, sendo o restante de sua recuperação física e emocional muito difícil. Nesse ínterim, descobriu que o agressor mantinha um relacionamento extraconjugal com sua melhor amiga, que estava grávida dele, situação

que agravou ainda mais o sofrimento pelo qual ela estava passando. Apesar da dureza das batalhas travadas, os problemas dessa fase de sua vida, como também os do primeiro casamento, mesmo que aparentemente instransponíveis, nunca representaram, para ela, qualquer possibilidade de fraquejar, se render à tristeza, desistir dos sonhos (formou-se em 1995) ou tornar-se uma pessoa amarga e desesperançosa. Minha mãe sempre foi uma mulher cuja personalidade mescla força, obstinação a um senso de leveza, graça e fé, na forma de encarar e viver o cotidiano, além da empatia marcante no lidar com o outro. Amo-a profundamente pela mulher forte, inteligente, corajosa, resiliente, alegre e amorosa que é, correndo atrás do que deseja, defendendo o que acredita e sendo luz para quem dela precisa. Foi e sempre será minha primeira e mais importante inspiração para combater as desigualdades sociais e apoiar a causa feminista, transformando minha busca por ressignificação pessoal em compromisso acadêmico.

Além das motivações advindas da história de minha mãe, na esfera profissional, o pontapé para o exercício docente do estudo sobre o feminismo, como aplicação metodológica e suporte teórico providencial para o ensino da literatura, ocorreu em 2011, quando fui professor de redação e literatura em uma escola militar, na aplicação de uma avaliação dissertativa, onde os alunos teriam que apontar semelhanças e diferenças entre as figurações femininas nas três gerações românticas. Durante a correção, deparei-me com demonstrações pesadas, de baixo calão, de machismo, sexismo e misoginia, que revelaram não só o desconhecimento dos discentes sobre questões de gênero, mas também a reprodução perpetuada de estereótipos gravemente ofensivos e danosos da representação social da mulher, entre os estudantes. Após uma dura conversa com eles, onde procurei conscientizá-los acerca do caráter hediondo e futuramente perigoso de sua visão sobre a mulher, fiquei pensativo e, dessa reflexão, surgiu a inspiração para a elaboração de um projeto de mestrado que unisse estudos literários à crítica feminista como ferramenta teórica e analítica. Apesar de ter sido adiado por mais de dez anos, o sonho de cursar um mestrado nunca deixou de ser acalentado. O projeto ganhou concretude para a seleção de 2022, na qual fui aprovado.

Após minha aprovação, fui apresentado pela minha orientadora, Professora Elis Regina Fernandes Alves, a duas obras que transformaram profundamente minha perspectiva original de estudo: *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, e *Cartas a Uma Negra*, de Françoise Ega, juntamente com as teorias relativas à Interseccionalidade e Decolonialidade aplicadas aos estudos feministas. A partir dessa imersão literária e teórica, tomei conhecimento de que não existe somente o

modelo eurocêntrico de feminismo, que tenta universalizar a vivência de ser mulher, já que questões de raça, classe e colonialismo intensificam os processos opressores que atingem as mulheres pretas, como também as nascidas no Hemisfério Sul do planeta. Como aportes teóricos, essas abordagens não só enriquecem a pesquisa feminista, como também proporcionam uma forma de análise mais específica, em nível crítico, das desigualdades fomentadas pela aglutinação de fatores que sedimentam os aparelhos discriminatórios que alvejam a mulher negra, como também a meso e latino-americana. Partindo dessa descoberta, que causou em mim intenso despertar íntimo e entusiasmo acadêmico, em consenso com minha orientadora, modifiquei o escopo original do meu projeto (De Alencar a Machado: estereótipos femininos na literatura brasileira do Século XIX e seu impacto sociocultural na contemporaneidade) para "*Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra:* diálogos possíveis sobre Interseccionalidade e Decolonialidade".

Durante o curso das disciplinas do mestrado, em 2022, duas em particular não só aprofundaram meu conhecimento teórico, mas também alicerçaram definitivamente a motivação da qual precisava para prosseguir com a pesquisa: Literatura e Feminismo, ministrada pela Professora Elis Regina (como já anteriormente citado, minha orientadora) e Relações de Poder e Violência de Gênero, conduzida pela Professora Nícia Petreceli Zucolo. A pluralidade das vertentes teóricas, como também a excelente atuação das docentes, forneceu uma sólida base para a compreensão da multiplicidade das camadas que integram a interseção entre os elementos que compõem as tecnologias de discriminação e silenciamento destinadas a marginalizar a existência da mulher preta, como também dos aparelhos coloniais que assolam as mulheres caribenhas e sul-americanas negras, indígenas, lésbicas e em situação de diáspora, entendimento crucial para a análise das narrativas em foco, nas obras estudadas.

Como um homem branco, cisgênero e, por essa razão, portador de privilégios, durante o transcorrer do mestrado, fui e ainda sou constantemente questionado acerca da legitimidade da minha pesquisa e mesmo das minhas intenções pessoais, quanto à abordagem analítica da composição estrutural das ações persecutórias contra mulheres negras e diaspóricas, nas narrativas literárias contemporâneas. Em algumas ocasiões, tenho sido tratado de forma sarcástica e até mesmo grosseira onde, de forma direta ou subliminar, a mensagem passada é que eu não tenho lugar de fala e, portanto, direito ou propriedade para estudar e escrever sobre o assunto. Entretanto, quero deixar claro que minha intenção não é tomar esse espaço, usando para isso a enunciação acadêmica

como instrumento de poder, haja vista que reconheço, já que nunca experimentei ou vivenciarei o sofrimento sobre o qual escrevo nessa pesquisa, minha falta de capacidade para compreender totalmente a dor, o silenciamento e a aniquilação identitária vivenciada por uma mulher preta ou nascida na América Central e do Sul. Pelo contrário: minha finalidade é utilizar a plataforma acadêmica para amplificar as vozes dessas mulheres, trazendo a dureza das experiências, lutas e resiliência de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega para o centro dos debates acadêmicos e, posteriormente, para o ensino da literatura na educação básica, na esperança de colaborar para o aumento da conscientização e transformação social, a partir de práticas educacionais que auxiliem na quebra de paradigmas opressores e segregários, em âmbito coletivo.

Em outros termos, por pesquisar e redigir sobre eixos temáticos como o Feminismo Negro, Interseccionalidade e Decolonialidade aplicados aos estudos literários, creio ser fundamental reafirmar que não tenho a ousadia de querer utilizar os estudos literários para me apropriar do lugar de fala da mulher negra ou latino-americana, em situação diaspórica ou não. Minha finalidade é contribuir para que haja maior abrangência de vozes e experiências dessas mulheres, respeitando e reconhecendo a singularidade de suas vivências. Em concordância com as ponderações de Djamila Ribeiro (2017), ao procurar formas de proporcionar vez e voz aos oprimidos, não busco usurpar o âmbito de expressão dos corpos e identidades subalternizadas, mas sim operar como um aliado na luta por justiça e igualdade. Em suma, minha intenção primária é fomentar um entendimento mais profundo sobre essas questões para meus alunos, objetivando promover a valorização das narrativas que, historicamente, têm sido silenciadas.

Pelos motivos anteriormente citados, a leitura de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a uma Negra*, bem como o estudo do diálogo entre as obras por meio de aportes teóricos embasados nos estudos feministas de viés interseccional e decolonial, oportunizaram não apenas o surgimento da necessidade de utilizar a pesquisa literária para fins acadêmicos e profissionais, mas também operaram transformações profundas em mim, como ser humano. Assim sendo, pretendo transformar essa experiência catártica em modos de provocar reflexões psicossociais em meus discentes, colaborando assim para a busca por uma sociedade onde, a partir das práticas literárias em sala de aula, os estudantes desenvolvam uma gradual e crescente consciência do próprio papel para efetuar transformações que resultem em uma convivência coletiva onde a mulher tenha a existência, voz e identidade respeitadas.

INTRODUÇÃO

Na esfera da categoria analítica acerca não só de fatores sociais que compõem os processos discriminatórios que atingem as mulheres negras, mas também da Literatura de autoria feminina negra, a interseccionalidade pode ser compreendida como uma vertente teórica cuja relevância pode ser constatada por meio de sua crescente presença, no campo das pesquisas e debates acadêmicos. Como ponto focal de estudo, adquiriu peso e concretização semântica ao ser empregado em 1989, pela advogada e autora afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw[1] que, posteriormente, efetuou algumas das mais providenciais pesquisas e reflexões, em nível sociológico e literário, sobre essa definição. Como instrumento epistemológico, a interseccionalidade consiste em um instrumento epistemológico de observação dos elementos confluentes que ultrapassam a questão do gênero, como raça e classe, tangentes aos processos de discriminação, marginalização, silenciamento e banimento dos quais são alvos as mulheres negras, no transcorrer da História.

Partindo do fato de que o escopo deste trabalho reside na análise das obras *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), da brasileira Carolina Maria de Jesus e *Cartas A Uma Negra*, (1978, traduzida e publicada no Brasil em 2021) da martinicana Françoise Ega, é fundamental frisar que os aportes teóricos, que servirão como meios investigativos acerca da autoria de duas mulheres negras e em situação diaspórica, têm origem em estudos dos fatores que, por meio de aglutinação, compõem engendramentos sociais que servem de berço a diversos atos de marginalização feminina negra, como também da privação de sua voz e de vários outros direitos, sendo a interseccionalidade de nevrálgica importância para o exame estrutural e fenomenológico, por meio da compreensão da vivências empíricas como modo de busca do significado da realidade social dos processos que a sedimentam, dos livros como retratos antropológicos da opressão, em diversos níveis, vivenciadas por suas autoras. Entre os muitos aspectos em estado de confluência em *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, os mais explícitos podem ser encontrados nas pautas alusivas às relações de poder largamente conectadas às questões que residem na interseção de classificações sociais como raça, classe e gênero que, quando utilizadas como mecanismos de controle

[1] A obra de Krenshaw, onde o termo *Interseccionalidade* é conjecturado como categoria teórica e analítica, foi publicada pela primeira vez em 1989, sendo traduzida no Brasil com tradução de Lélia González, em 2020.

e hierarquização social, se fundem em uma estrutura que resulta em contínuos meios de opressão retratados pungentemente pelas escritoras, levando-se em consideração as devidas peculiaridades diárias contidas em suas histórias.

A autora da primeira obra deste estudo, Carolina Maria de Jesus (1914-1977), é hoje descrita como inovadora e ovacionada por parte do âmbito acadêmico e da crítica literária contemporânea, por conta da sinceridade desconcertante e preciosidade narrativa sobre a dureza e desumanidade da vida diária daqueles que, como ela, são socialmente marginalizados devido a processos de exclusão, tais como pobreza, racismo e misoginia. Contudo, enquanto viva, viu a qualidade de sua escrita ferozmente atacada, com recorrentes questionamentos ao perfil linguístico de caráter informal, em suas obras, no qual predomina o aspecto coloquial oriundo dos poucos saberes formalmente institucionalizados que detinha. A falta desse conhecimento normativo foi alvo de limitadores e cruéis preconceitos do cânone literário contemporâneo a ela. Em suma, sua escrita foi utilizada como alegado motivo para que fosse segregada não somente do ambiente literário de seu tempo, sendo a autora descaracterizada enquanto alguém capaz de produzir literatura de qualidade, na parca visão estilística e social de seus críticos.

A inovação contida nos componentes estilísticos da narrativa, como também o tom deveras perturbador da história contada que ilustra a vulnerabilidade socioeconômica que atinge as minorias mostraram-se cruciais para que Carolina Maria de Jesus alcançasse um lugar de relativa projeção, nos ambientes culturais brasileiros, ainda que não o merecido, em nível de destaque e justiça. Mesmo assim, é plausível afirmar que, atualmente, ela desfruta de maior visibilidade. A figuração social de Carolina, como catadora de papel, moradora de favela, negra, mulher e mãe solo, que possuía quase nenhum conhecimento sobre linguagem escrita formal, rebuscada ou dotada de qualquer outro meandro que confira o que seus detratores chamavam e, até hoje, chamam de “elegância” à escrita, foi e ainda é utilizada, sob a justificativa de sua inadequação linguística ao fazer literário, para embotar a qualidade de sua escrita. Isso acarretou uma série perene de mordazes preconceitos de ordem socioeconômica, racial e de gênero não apenas por parte da retrógrada e preconceituosa sociedade brasileira da década de 1960, bem como pelo cânone literário masculino, branco e elitista daquele período. A crítica daqueles que definem o cânone sempre se alicerçou no preconceito linguístico como mais um instrumento para sua exclusão não só do campo literário e editorial, mas também para o silenciamento da pungência de sua voz.

No campo da classificação canônica, é coerente afirmar que a linguagem formal é utilizada em âmbitos onde se faça necessário o uso da norma culta. No contexto normativo considerado "adequado", a linguagem definida como não formal é aquela que se usa em ocasiões em que não haja a obrigação de modos específicos de comunicação delineada pelo uso da língua tida como "formal." Entretanto, essa divisão conceitual não confere, de forma alguma, desigualdade semântica à língua falada ou à escrita, de múltiplas maneiras, no Brasil: o Português. Em um país com dimensões continentais, como o Brasil, a língua é constituída por um imenso complexo de variações e peculiaridades.

Sob a perspectiva meramente linguística, afirmar que um indivíduo com pouca instrução institucional, formalizada, "não detém tipo algum de saber acerca da Língua Portuguesa" é um argumento desprovido de coerência, uma vez que, se se dessa forma procedesse, não haveria qualquer aptidão, no aspecto vocabular, que adequasse pessoas com pouca ou nenhuma instrução institucionalizada à utilização de um idioma, inviabilizando qualquer ação com finalidades de comunicação. Nesse âmbito, é urgente frisar que, desde que o falante tenha familiaridade com o uso de aspectos básicos e/ou particulares do idioma com o qual se comunica, o pouco domínio sobre a norma culta não configura qualquer dano à convivência que lhe é necessária na sociedade que integra. Assim sendo, as justificativas que servem de sustento para a depreciação literária de uma obra tão profundamente rica e necessária como a de Carolina Maria de Jesus, amparadas no preconceito linguístico, nada mais são do que tentativas de silenciar seu discurso e apagar sua existência, o que reverbera ainda na atualidade.

Já a martinicana Françoise Ega, autora de *Cartas a Uma Negra* (1978), toma como ponto narrativo de partida as divagações acerca do serviço doméstico como um poderoso mecanismo de embotamento e a subalternação, assim como de vários outros modos de opressão e banimento das trabalhadoras domésticas antilhanas negras, na França dos anos de 1960, descritos na obra. A partir da leitura de uma matéria sobre *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, em uma revista francesa, a escritora caribenha que imigrou para a França, durante a Segunda Guerra Mundial, criou não só uma identificação projetiva com a história narrada pela autora brasileira, por conta do alto grau de similaridade das privações, dores, obstáculos e batalhas integrantes nos cotidianos de ambas, como também gerou a necessidade de escrever em estado de correspondência idealizada, fazendo de Carolina Maria de Jesus sua aspirada destinatária. Deste lugar de observação e reflexão, analisou, também, a vida diária de

muitas mulheres que, a exemplo dela, eram imigrantes antilhanas e passavam por situações laborais humilhantes, desumanizadoras, em Marselha. Tais trabalhadoras viviam situações degradantes no trabalho, amplificadas por muitos aspectos que, interconectados, engendram aparelhos sociais de geração e manutenção de discriminação e rebaixamento identitário. A escrita dessa contemplação mostrou-se um fator preponderante para que Françoise Ega se tornasse ativista em favor dos direitos trabalhistas, de mulheres caribenhas em situação de diáspora.

O diálogo entre as autoras, ainda que somente idealizado, permite a identificação de vários aparelhos sociais excludentes que, aglutinados, têm como alvo a mulher negra, o que evoca a interseccionalidade como aporte teórico e analítico acerca das histórias de vida de ambas as escritoras, em suas obras. Entre os componentes opressivos em *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, os mais evidentes, como raça, categorização socioeconômica e gênero formam interconecções que resultam em abusos e exploração de mulheres como Carolina e Françoise, resguardadas as diferenças entre suas vidas diárias.

As duas obras descrevem as vidas de mulheres descendentes de escravizados e tornadas periféricas, por isso, além do estudo interseccional, deve ser acrescido o prisma do Feminismo Decolonial. Este é um complemento epistemológico oportuno, já que encerra em si um olhar crítico preciso, por parte de intelectuais e ativistas feministas latino-americanas e caribenhas, acerca do modelo feminista de matriz eurocêntrica, que procura universalizar a experiência feminina. A decolonialidade, quando aplicada aos estudos feministas, conjectura o aprimoramento de uma corrente de pensamento voltada à investigação das articulações históricas de subjugo e anulação da humanidade, como também de enfrentamento e resistência por parte das mulheres da Semiesfera Sul do planeta, especificamente as negras, indígenas e lésbicas. Além disso, a decolonialidade engloba à sua estrutura investigativa o estudo da ancestralidade de mulheres em situação diaspórica, de ascendência africana, originárias ou habitantes de países tidos como "subdesenvolvidos", de "Terceiro Mundo." Várias são as pensadoras dedicadas à análise das especificidades do tema, como Françoise Vergès, com *Um Feminismo Decolonial* (2020) e a brasileira Carla Akotirene, com *Interseccionalidade"* (2019), onde o primeiro capítulo, *Cruzando o Atlântico em Memória da Interseccionalidade*, é inteiramente centrado nessa questão.

As obras foram escritas antes mesmo do conceito de Interseccionalidade ser cunhado por Crenshaw, no final da década de 1980. Antes dela, teóricas feministas

como Davis, hooks e Collins e Bilge, por exemplo, já estudavam os componentes interseccionais de opressão e banimento que atingem diretamente a mulher negra, fazendo com que os estudos feministas voltassem suas atenções à amplificação do entendimento das articulações de exclusão psicossocial, exploração, abuso e enevoamento da existência de mulheres não brancas, relegando-as ao âmbito periférico. Mas, é válido pressupor que Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega não tinham conhecimento efetivo sobre feminismos plurais, já que tais assuntos tinham pouca difusão mesmo dentro dos movimentos feministas mais difundidos.

Assim, o objetivo desta investigação está sedimentado na análise do diálogo entre as autoras, como também de suas motivações para escrever e, desse modo, modificarem não só suas vidas, mas também suas percepções sobre si mesmas. A interseccionalidade presente em suas narrativas parece uma espécie de possível pioneirismo nas conversas que, anos mais tarde, oportunizariam a criação das teorias que abarcariam a mulher negra como capítulo de enorme relevância analítica para a compreensão dos aparelhos sociais que geram processos discriminatórios, no campo epistemológico feminista. A interlocução entre elas antecipam, no âmbito literário, de certa forma, a contemplação das questões que fomentam a interseção das questões de gênero, raça e fragilidade socioeconômica que perseguem e excluem a escritora negra e, mais adiante, da necessidade de reservar atenção, vez e voz à autoria feminina negra, da época em que os livros foram publicados à atualidade.

No que concerne aos critérios metodológicos desta pesquisa, o plano de desenvolvimento é composto, como base linear e gradativa, pela seguinte sequência: pesquisa e revisão bibliográfica atrelada ao escopo temático em investigação, com análise e considerações sobre a convergência de fatores opressivos que são objetos analíticos da interseccionalidade, sob o viés da crítica literária feminista negra, na conversa projetiva estabelecida entre *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, e *Cartas a Uma Negra*, de Françoise Ega. O feminismo decolonial é tomado como aporte teórico complementar, inserido na esfera da interseccionalidade, à elaboração desta pesquisa. Como obras e autoras basais, serão utilizadas, *Interseccionalidade* (2020), de Collins e Bilge, *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* (1989), de Kimberlé Crenshaw, *Mulheres, Raça e Classe* (2016), de Angela Davis, entre outras.

CAPÍTULO 1: O DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Para que seja possível uma compreensão analítica de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, que é um dos eixos temáticos de pesquisa deste trabalho, é necessário que seja feito um levantamento biográfico para entender a trajetória da autora. As experiências narradas no livro partem de sua vivência empírica como mulher negra, pobre, catadora de papel, com pouquíssima instrução institucionalizada e mãe solo, fatores que, por si só, contribuíram para uma série de processos de marginalização e exclusão, estando estes atrelados ao seu banimento socioeconômico, ao silenciamento de sua voz e à privação de seus direitos enquanto ser humano. Tudo isso acarretou as lutas pela sobrevivência pautadas na crueldade da falta de recursos fundamentais básicos de subsistência, como alimentação, saúde, saneamento básico e trabalho formal, gerando uma série de traumas provocados pelo racismo estrutural fortemente arraigado na composição da preconceituosa sociedade brasileira contemporânea ao lançamento da obra. Essa configuração de componentes, convergindo em um único elemento discriminatório, resulta em uma amálgama que procura anular a existência de mulheres com a mesma figuração social da escritora.

Nascida em uma família pobre do Quilombo do Patrimônio, nos arredores da pequena cidade de Sacramento, no interior de Minas Gerais, em 14 de Março de 1914, Carolina Maria de Jesus era filha da doméstica Maria Carolina de Jesus e de João Cândido Veloso, que não possuía ocupação laboral específica, sendo apelidado de “o poeta boêmio” pelos habitantes da cidade. Ambos eram descendentes de ex-escravizados, fato que serve como elemento indicador das origens históricas de Sacramento, cujo surgimento se deu por meio da exploração do garimpo aurífero no começo do século XX, reproduzindo as estruturas sociais herdadas ainda do período escravista:

> [...] o tempo em Sacramento estava bastante estagnado, para não dizer totalmente atrasado. Tudo permanecia como nos primórdios escravistas, de mistura com a Colônia e o Império. Tanto nas relações sociais, quanto nas relações do mundo do trabalho. A diferença permanecia única e crítica: o pobre (negros na sua esmagadora maioria) continuava a ser pobre, muitas vezes miserável, como na época do eito, e o branco (na sua esmagadora minoria) continuava a ser rico, abastado e preconceituoso, como quando era senhor de negros africanos e brasileiros escravizados. Raramente era amável e acolhedor com a população escravizada ou simplesmente negra (Farias, 2017, p. 14).

Conheceu o serviço doméstico acompanhando sua mãe durante o trabalho como empregada nas casas de famílias abastadas de Sacramento, como também de regiões adjacentes à cidade. Durante a rotina de serviços em uma dessas residências, a Sra. Maria Leite Monteiro de Barros, conhecida como dona Mariquinha, voltou sua atenção à menina. Por razões ligadas à filantropia, matriculou a pequena no Colégio Allan Kardec, primeira escola espírita do Brasil e tida como a melhor da região. Quando tinha seis anos, em 1921, Carolina Maria de Jesus iniciou sua primeira experiência em um estabelecimento formal de ensino. Esse período foi marcado pela dificuldade em integrar-se a um contexto totalmente inédito, sendo esta ampliada por meio de diversas agressões físicas por parte de sua professora, que eram justificadas sob o pretexto de serem procedimentos metodológicos de ensino, como palmatórias e reguadas. Os dois anos em que na escola esteve bastaram para que aprendesse a ler e escrever e, principalmente, desenvolvesse o amor pelas palavras.

De acordo com Farias (2017), o tempo em que esteve na escola, assim como o desenvolvimento do gosto pela leitura, transformou radicalmente a vida de Carolina, fazendo com que, mesmo em tenra idade, decidisse que queria ser, quando crescesse, uma escritora. Por essa razão, não demonstrava dedicação ao trabalho doméstico, serviço de sua mãe que, para mulheres negras e pobres, era quase que a única possibilidade concreta de trabalho renumerado, haja vista que a escassa instrução escolar destinada a elas, além de todos os outros elementos estruturalmente sociais que as excluíam de condições dignas de sobrevivência, também era fator preponderante para que não tivessem acesso a outras modalidades de atividade de subsistência. Vivenciou a adolescência e a primeira fase da vida adulta entre Minas Gerais e São Paulo, indo morar definitivamente na capital deste estado, em 1937.

Devido à falta de trabalho, a autora percorria diversas redações de jornais paulistas ofertando seu material escrito, sendo, na maior parte das vezes, poemas, para fins de publicação. Nesse processo, Carolina ganhou certa notoriedade no meio jornalístico, conseguindo publicar alguns de seus textos e poesia, em 1942. Já em 1948, após trabalhar em algumas casas de famílias pertencentes à alta burguesia de São Paulo, mas sem conseguir adaptar-se a esse tipo de trabalho e, por isso, sofrendo várias demissões e despejos, Carolina Maria de Jesus e seus filhos, João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima, fixam moradia na Favela do Canindé.

Ainda segundo Tom Farias, biógrafo de Carolina Maria de Jesus, quanto ao estabelecimento da autora como residente da favela do Canindé, é válido evidenciar o

caráter político desse acontecimento, que guarda semelhanças com alguns aspectos da vida de Françoise Ega, nesse âmbito. Em um período que antecedeu a mudança para o Canindé, entre 1947 e 1948, a escritora morava em um lote de terra situado na Rua Antônio de Barros, tendo sido expulsa pela polícia em uma desapropriação indevida. Dessa forma, desamparada e sem ter a quem recorrer por auxílio, Carolina decidiu procurar o governador do estado da época, Adhemar de Barros. Tendo sido recebida por ele, saiu de seu gabinete com a promessa de um terreno de propriedade fixa, o que evitaria problemas com futuras expulsões:

> com Dr. Adhemar de Barros os desabrigados conseguiram a promessa de apoio para ter uma alternativa de moradia, sem o fantasma do despejo. O governador, segundo Carolina Maria, recebeu a todos, sem fazer "seleção" das pessoas [...] abrindo a porta do Palácio dos Campos Elíseos, antiga sede do Governo do Estado, [...] O governador, depois de uma consulta com o então "nobre prefeito" Paulo Lauro (nas palavras de Carolina Maria), conseguiu a promessa desse de instalar a todos, num prazo de três dias, na margem do rio Tietê, no bairro do Canindé, onde o prefeito já fazia, com o apoio do padrinho político, algumas intervenções locais, como a instalação de parques infantis, iluminação e água (Farias, 2017, p. 150).

Farias (2017) destaca que esse episódio "[...] foi um dos primeiros contatos que Carolina Maria teve com a política e os políticos, no âmbito da reivindicação social." (p. 150). A partir do atendimento desse pedido, a mudança de Carolina Maria de Jesus e sua família para o Canindé, bem como as transformações em sua vida advindas desse fato, de certa forma, pode ser traduzida como em um espelho do cenário sociopolítico do Brasil, como também de uma proeminente metrópole latino-americana (São Paulo) em forte crise, no contexto habitacional. Nos primeiros anos da década de 1940, devido aos vários processos migratórios em vigor na época, São Paulo passou por um imenso e descontrolado crescimento demográfico, em menos de dez anos.

Como consequência desse processo, houve escassez de aluguéis com valores impraticáveis, o que impulsionou o crescimento quantitativo do surgimento de favelas, nos arredores dos bairros centrais da cidade. Esse fenômeno ocorreu, também, na Era Vargas, mais especificamente na intitulada "Lei do Inquilinato", que se encontrava em vigor a partir do ano de 1942. Sua premissa funcional consistia no congelamento do preço dos aluguéis, o que desencorajava os investimentos no setor de moradias, desencadeando uma diminuição na oferta de unidades de moradia. Dotado de perfil industrialista, o Estado Novo de Getúlio Vargas tinha, como ponto nevrálgico de seus alicerces, as indústrias, o que proporcionou uma enorme crise em vários outros setores,

sendo o setor imobiliário um dos mais atingidos por essa política. Tom Farias afirma, também, que esse processo ocasionou o surgimento de novas camadas sociais.

Inserida nesse contexto de crise socioeconômica e política, Carolina Maria de Jesus, sem conseguir regularidade na publicação de seus textos e meios de se sustentar e prover seus filhos, torna-se catadora de papel. Mesmo enfrentando dificuldades quase intransponíveis, como a fome e as condições insalubres de sua rotina de trabalho, nunca abandonou a prática de escrever. Na favela do Canindé deu início à escrita de seu diário *Quarto de despejo*, relatando a dureza e a situação degradante dos habitantes das comunidades, intitulados favelados. No conjunto de anotações, a escritora descreve, de modo direto e objetivo, o dia-a-dia desumano que vivenciava, no barraco onde morava.

O jornalista Audálio Dantas, em 1958, esteve na Favela do Canindé para realizar uma matéria que tratava da instalação de brinquedos, pala Prefeitura de São Paulo, na comunidade, fruto de denúncias que acusavam os moradores adultos de danificar os balanços infantis. Logo em sua chegada, o repórter presenciou Carolina gritando com eles, prometendo "botar vocês todos no meu livro!". Audálio Dantas, conforme o próprio, constatou algo inusitado que, aos seus olhos, mostrava-se intrigante: uma favelada que escrevia um livro. Visitando o barraco de Carolina, situado à Rua A, número 9, teve o primeiro contato com a obra de Carolina. Empolgado, prometeu à escritora a publicação, com os devidos protocolos editoriais, do seu diário. Em 09 de maio de 1958, no periódico a *Folha da Noite*, foi publicada a célebre reportagem que projetou de Carolina Maria de Jesus à atenção midiática: "O drama da favela escrito por uma favelada".

A publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* ocorreu em 1960, ocasionando inesperado impacto à época de seu lançamento, arando o terreno para a entrada, ainda que galgada em grande estranhamento e resistência, de Carolina Maria de Jesus na seara patriarcal, branca e elitista da Literatura Brasileira. Delineada pelo marcante perfil autobiográfico mostra, sem tipo algum de suavização ou embelezamento, o conhecimento da falta de qualquer perspectiva de uma sobrevivência digna, com duros dias precisamente detalhados por meio da descrição, por exemplo, da falta de água potável, da busca por ela em manhãs de muito baixas temperaturas, do pavor de não obter a quantidade mínima de dinheiro, por meio do que conseguia catar nos lixões de São Paulo, para alimentar os filhos, como também da dor de não poder comprar um sapato novo para sua filha, Vera Eunice. Surpreendentemente, Carolina atingiu a marca de 100 mil exemplares vendidos em menos de um ano, superando em

vendas autores já aclamados como Jorge Amado, sendo o livro publicado em 40 países e traduzido, segundo Farias (2017), para 14 línguas diferentes, o que fez de *Quarto de Despejo* um campeão de vendagens sem antecedentes.

Um ano após a publicação do livro, em 1961, Carolina chama grande atenção da imprensa internacional. Diversos correspondentes e jornalistas de vários países procuraram a autora, o que provocou uma tradução massiva de *Quarto de Despejo* em diversos mercados editoriais internacionais. Farias (2017) relata que tais traduções, em sua expressiva maioria, ocorreram entre 1961 e 1965. Em 1962, o livro foi traduzido e publicado na França, sendo recepcionado com grande alvoroço pelo jornal *Le Monde*, periódico onde o crítico literário Roger Grénier afirmou que o livro de Carolina "tem o direito de ser considerada uma obra literária", já que era dotado de "um tom, um estilo, uma sobriedade que alcançaram o seu objetivo" (*apud* Farias, 2017, p. 300). Em maio do mesmo ano, *Quarto de Despejo* também teve destaque nas páginas da revista francesa *Paris Match*, o que ocasionou seu conhecimento por parte da martinicana Françoise Ega.

Quanto ao sucesso de Carolina Maria de Jesus, é fato inquestionável que atingiu grandes proporções, à época do lançamento de sua primeira obra. Para ilustrar o quadro composto pelo contexto histórico e social em que se deu essa publicação, a fim de que se compreenda mais amplamente sua enorme repercussão, é necessário analisar sua figuração psicossocial, como também o potencial de seu impacto. Carolina, mulher, negra, de origem economicamente desfavorecida e com quase nenhum saber formal, por meio da Literatura, constituiu em enunciado em que reivindicou voz para relatar as diversas formas como o caráter volátil do progresso e as desigualdades decorrentes da demanda veloz por crescimento monetário de seu tempo afetavam negativamente as parcelas marginalizadas, tornadas periféricas, das populações das grandes cidades (em especial, as mulheres negras). No texto *A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe* (2017), Gilmar Penteado aponta para outro aspecto desse panorama acerca do acolhimento entusiasmado do diário de Carolina Maria de Jesus:

> [...] nessa correlação entre a forma e a história, tão defendida por Moretti, as décadas de 1950 e 1960 trazem novos ventos à América Latina, e a São Paulo de Carolina. É um novo ciclo temporal, de uma democracia embrionária, de movimentos de massa, de interesse pela voz dos excluídos. A favela passou a despertar curiosidade, os dramas da favela ganhavam leitores. A narrativa do diário foi vista sob uma nova função social, era um veículo para narrar a vida dos excluídos. O *testimonio* ganhou *status* de gênero literário, principalmente pela interferência de Cuba, mais precisamente através do concurso literário *Casa de las Americas*. Letrados militantes de esquerda se propunham a uma

> parceria com iletrados ou semiletrados nos chamados depoimentos etnográficos - o excluído narrava oralmente sua vida a uma sociólogo, jornalista ou antropólogo, que se encarregava da escrita, prometendo uma neutralidade, que sabemos hoje inalcançável. Diário, memória, autobiografia ganharam *status* de literatura, pelo menos para esse grupo de intelectuais ligados a movimentos sociais (Penteado, 2017, p. 242).

Quando analiticamente inserida na esfera sócio-histórica da América Latina, Carolina Maria de Jesus mostra-se bastante adequada ao que os intelectuais de seu tempo apreciariam ler: uma mulher marginalizada que reivindica voz para o que narra, tendo como elemento basal suas próprias vivências, o banimento, na maior metrópole da América do Sul, que passava por um intenso processo de modernização, na década de 1950. Nesse âmbito, é importante observar que, do mesmo modo como atingiu grande projeção com sua obra autobiográfica, não conseguiu repetir o feito quando publicou obras ficcionais. Carolina afirma, em *Casa de alvenaria, volume 2: Santana*, que não lhe era permitido escrever ficção:

> [...] não tenho ideias para escrever. Porque chorei. Quando o poeta chora as ideias literárias ausentam-se. [...] Eles impõe que eu escreva a verdade. Mas, não posso dizer-lhes as verdades. Eu escrevia ficção. Porque a verdade tem o sabôr acre. Impuzeram-me… *Tem que escrever Diário.* E eu, relutei para não escrever este tipo de literatura. *Mas a vontade do preto não prevalece* (Jesus, 2021, p. 244, **grifos meus**).

Após o expressivo sucesso editorial de *Quarto de despejo*, publicado pela Livraria Francisco Alvim, Carolina desejava publicar, também, um romance, poemas e textos estruturalmente diversos. Porém, Audálio Dantas a direcionava para que voltasse a redigir um diário, retratando seu cotidiano depois de deixar a favela. Estava morando em Osasco, a princípio, em um quarto de uma casa de alvenaria, cuja propriedade era de Antônio Soeiro de Cabral, optando por utilizar os ganhos obtidos do sucesso de *Quarto de despejo* para o financiamento da publicação do livro *Pedaços da Fome*, em 1963. Em 1961, publicou *Casa de alvenaria*, diário com edição apresentada novamente por Audálio Dantas. Nessa apresentação, é notório que Carolina Maria de Jesus tenha sido privada de escrever sobre qualquer elemento que não seja depoimento, como conjectura Miranda:

> Com efeito, o texto editado por Audálio Dantas tornou-se um clássico que depois converteu-se em cárcere - definiu uma forma para a expressão da autora pautada exclusivamente nos elementos que constituem a autobiografia, o testemunho. Nesse ímpeto, foi relegado à Carolina um quadrado onde lhe cabia *documentar* sua vida e a dos pobres. Isto está pronunciado de forma evidente no discurso de emudecimento que o editor imprimiu na apresentação do segundo livro publicado da autora, *Casa de alvenaria - diário de uma ex-favelada* (1961), recomendando que, depois dessa publicação, Carolina Maria

> de Jesus voltasse ao lugar do silêncio: 'Finalmente, uma palavrinha a Carolina, revolucionária que saiu do monturo e veio para o meio da gente de alvenaria: você contribuiu poderosamente para a gente ver melhor a desarrumação do Quarto de Despejo. Agora você está na sala de visitas e continua a contribuir com este novo livro, com o qual você pode dar por encerrada a sua missão. [...] Guarde aquelas "poesias", aqueles "contos" e aqueles "romances" que você escreveu. A verdade que você gritou é muito forte, mais forte do que você imagina, Carolina' (Miranda, 2019, p. 164).

O direcionamento dado por Audálio Dantas à trajetória editorial de Carolina Maria de Jesus ocasionou um forte silenciamento para a autora, que encontrou tristes ecos dele, tanto durante sua vida quanto após sua morte, haja vista que as obras de Carolina caíram, por muito tempo, no esquecimento literário brasileiro, passando por um processo de recuperação por parte da crítica literária acadêmica apenas décadas após seu falecimento. Por conta da minimização de seu discurso e do embotamento de sua vontade, enquanto escritora, seus outros livros não alcançaram o mesmo êxito experimentado por *Quarto de despejo*. Muitos de seus textos seguem, ainda na atualidade, inéditos, sem perspectiva de publicação. Carolina Maria de Jesus faleceu em precárias condições econômicas, em estado de solidão, esquecida, aos 62 anos, em um sítio de sua propriedade no município de Parelheiros, em São Paulo. Ainda assim, Carolina Maria de Jesus proporcionou visibilidade e oportunidades para vários autores e autoras da contemporaneidade. Sobre essa questão, Conceição Evaristo afirma que:

> Como Carolina Maria de Jesus, nas ruas da cidade de São Paulo, nós conhecíamos nas de Belo Horizonte, não só o cheiro e o sabor do lixo, mas ainda, o prazer do rendimento que as sobras dos ricos podiam nos ofertar. Carentes de coisas básicas para o dia a dia, os excedentes de uns, quase sempre construídos sobre a miséria de outros, voltavam humilhantemente para as nossas mãos. Restos. *Minha mãe leu e se identificou tanto com o Quarto de Despejo, de Carolina, que igualmente escreveu um diário, anos mais tarde*. Guardo comigo esses escritos e tenho como provar em alguma pesquisa futura que *a favelada do Canindé criou uma tradição literária.* Outra favelada de Belo Horizonte seguiu o caminho de uma escrita inaugurada por Carolina e escreveu também sob a forma de diário, a miséria do cotidiano enfrentada por ela (Evaristo, 2009, s/n, grifos meus).

Dona Joana, mãe de Conceição Evaristo, e muitas outras autoras foram e ainda são inspiradas pela obra de Carolina Maria de Jesus. Seu legado propiciou uma conexão entre escritoras, que encontraram suporte na escrita caroliniana não só no Brasil, sendo a escritora Françoise Ega e sua obra, *Cartas a uma negra*, um formidável exemplo dessa interligação.

1.1 *Quarto de Despejo*: metáfora de sobrevivência

Como representação sintética da essência estrutural da obra, “sobreviver” é a palavra que caracteriza a construção temática de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). O livro consiste em um conjunto de diversas anotações que retratam o dia-a-dia de Carolina Maria de Jesus, com base na dureza da busca pela subsistência diária de sua família. As privações que Carolina e sua família enfrentavam eram provocadas pelas desigualdades econômicas e sociais que geram uma série de processos excludentes e minimizam a figuração social das pessoas marginalizadas, o embotamento de sua voz e as animalizam.

O livro, realizado e publicado como um diário, em nível de conceituação literária, pode ser situado como integrante da esfera que abriga a escrita autobiográfica. Ao longo do tempo, o diário, enquanto objeto de estudo literário, juntamente com vários outros modos de narrativas autobiográficas, foi permeado por muitos níveis de preconceito da crítica canônica, sendo classificado como menor, como se verifica na afirmação de Massaud Moisés sobre essa conjectura: “‘diários íntimos’ carregam interesse literário, posto que restrito” (1974, p. 148). Devido estar alicerçado na biografia, o diário era categorizado apenas como um subitem do discurso histórico, sendo, também, largamente delimitado como um tipo produção estritamente feminino, sendo essa a causa de sua depreciativa classificação como um “gênero menor” e, por essa razão, pertencente preponderantemente à esfera privada.

Partindo dessa premissa depreciativa acerca do diário como um “subgênero” da Literatura, além do fato de sua autoria ser de uma mulher negra, pobre, favelada, *Quarto de Despejo* estava fadado a travar uma luta desleal contra um opressor *status quo* (literário e social), cujas regras sequer cogitavam sua inclusão ou mesmo parcial aceitação no “seleto”, “requintado” e “acadêmico” ambiente voltado ao que estabelecia ou considerava “apropriado” ou “bem-vindo”, no que tange à escrita literária. As mais claras e constantes alegações para essa resistência residem, certamente, no fato de o diário ser restritivamente visto como um gênero “feminino”, o que evidencia uma claustrofóbica e contínua marginalização de autoras, assim como sua inferiorização enquanto produtoras de obras literárias.

Nesse processo de limitação de tipo de escrita, gênero e relevância, o diário pode ser percebido como um alvo de rebaixamento conceitual, especialmente quando sua autoria é feminina, evidenciando um claro e misógino objetivo de rebaixar a prática de escrever diários ao mesmo nível destinado ao embotamento da mulher, na sociedade. Rosenfeldt constata, em um ensaio acerca de políticas de gênero no mercado editorial,

que também nos gêneros apontados como inferiores, existe uma predileção pela escrita masculina:

> Memórias, diários, ensaios e cartas – formas nas quais as mulheres escritoras se destacaram – foram crescentemente considerados gêneros subliterários, exceto para aquelas obras que tinham sido reconhecidas como literárias por tanto tempo que seu *status* era seguro. Consequentemente, a *Autobiografia* de Franklin, mas não as de Linda Brent, de Elizabeth Cady Stanton, ou de Mary Hunter Austin; os ensaios de Emerson ou Thoureau, mas não os de Margaret Fuller[2] (Rosenfeldt, 1982, p. 21, **tradução minha**).

Dessa forma, é válido constatar que a restrição do diário por gênero, juntamente com sua delimitação categórica na intimidade subjetiva do escritor (no caso, de sua autora), serve como instrumento de poder para a hierarquização e marginalização não só desse tipo de escrita, mas também da mulher que o escreve. Ainda assim, o diário, ao longo da História, configurou-se como uma alternativa algo transgressora de expressão para as mulheres, ironicamente, por ser de caráter pessoal. A teórica Cinthia Gannett encontra afinidade com o pensamento de Rosenfeldt, no que é relativo ao paradoxo entre a minimização crítica, canônica, sobre o diário e sua utilização como meio para figuração literária de autoria feminina: "[...] gênero para o qual as mulheres sentiram-se especialmente atraídas"[3] (Mallon *apud* Gannett, 1992, p. 125, **tradução minha**). Ao citar Brian Dobbs, a autora postula que, durante a construção histórica do que viria a ser Literatura, o diário transfigurou-se em um "ouvido solidário às mulheres para confidenciarem opiniões que teriam sido consideradas demasiado ultrajantes para a sociedade em que elas viviam", como também uma alternativa para as "qualidades humanas, tais como inteligência, percepção e sensibilidade." (Dobbs *apud* Gannett, 1992, p. 125, **tradução minha**)[4]

A partir desse espectro analítico, não é difícil conjecturar que o diário se tornou um instrumento não só para lidar com o silêncio e a marginalização por gênero, raça e classe, mas também para lutar contra o silenciamento de pessoas que, de vários modos, foram tornadas marginais, como mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e muitas outras categorias psicossociais sujeitas ao silenciamento e exclusão do que é socialmente

---

[2] Do original, em Inglês: "Memoirs, diaries, essays and letters – ways in which women writers excelled – were increasingly considered subliterary genres, except for those works that had been recognized as literary for so long that their status was secure. Consequently, Franklin's Autobiography, but not those of Linda Brent, Elizabeth Cady Stanton, or Mary Hunter Austin; Emerson's or Thoureau's essays, but not Margaret Fuller's" (Rosenfeldt, 1982, p. 21).

[3] Tradução de trecho retirado de *Gender and the journal*. *Diaries and academic discourse*, de Cinthia Gannett, publicado em 1992: "gender to which women were especially attracted."

[4] "human qualities, such as intelligence, perception, and sensitivity"(Dobbs *apud* Gannett, 1992, p. 125).

“desejável”. Tais sujeitos foram e são relegados ao banimento e a subalternação social. Neste sentido, o diário de Carolina Maria de Jesus atua como uma resposta à opressão em seus diferentes níveis, ocupando, também, um lugar entre as formas legitimamente literárias da representação de si. Dessa forma, o diário vem transpondo muitos obstáculos rumo ao seu lugar na categorização e análise literária, como muitos séculos de injúria acerca de seu caráter literário, transformando-se em uma opção genuína e concreta para a figuração e empoderamento do sujeito, independentemente de seu lugar na sociedade. Sobre essa questão, José Carlos Sebe Bom Meihy, historiador brasileiro, utilizando, como exemplo, o diário de Carolina Maria de Jesus, destaca:

> Há ainda mais um aspecto a ser revelado em favor da aceitação dos diários. Afora grandes figuras do universo da política e da cultura, tipos sempre masculinos, a produção literária brasileira virava as costas às biografias e diários. No âmbito da contracultura, porém, tivemos alguns diários – puxados pelo de Carolina – que vieram à luz. Um deles foi *O inferno é Deus*, de Maura Lopes Cançado; outro, de Walmir Ayala (em dois volumes) sob os títulos *Difícil é o reino* (1962) e *O visível amor* (1963). Cabia nesse cenário a vida de loucos, pobres, homossexuais. Com isso, garante-se que também o fato de ser um “gênero novo” ajudou (Meihy, 2014, p. 01).
> .

Quanto à estruturação de seu eixo temático e construção narrativa, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (subtítulo que, como jogada de marketing, projetou a obra negativamente como algo “exótico”, com ares quase circenses) é caracterizado pela figuração identitária da autora como mulher, pobre, negra, com pouco saber institucional e mãe solo que, através do compartilhamento da dificuldade e dureza de suas experiências diárias, assim como de suas esperanças e expectativas de uma realidade humanamente mais digna, talvez pudesse minimizar seu sofrimento e o de seus filhos. A obra é pautada por uma franqueza pungente, perturbadora, onde não há o interesse em suavizar a dor, o peso ou o impacto de suas vivências.

Lejeune (1998) destaca o caráter indispensável da relação identitária entre autor, narrador e personagem, no que concerne à ilustração de si, sendo esta caracterizada pelo autor como um elemento de fundamental relevância para a escrita autobiográfica. A base estrutural é o pacto autobiográfico, que consiste em uma relação ambígua entre a escrita de cunho particular e a generalidade da expressão literária, onde a escrita autobiográfica transita entre a descrição da subjetividade e o prosaísmo.

Tomando como ponto de referência *Quarto de Despejo,* no que é referente à categorização do diário como autobiografia, sem relegá-lo à esfera da escrita exclusivamente “íntima”, é necessário contemplá-lo sob a perspectiva da pessoalidade em vários conjuntos de anotações e descrições cotidianas já publicadas. Sob esse

prisma, é adequado conceituar o diário como "pessoal" quando este não está focado apenas na vida pessoal de seu autor, mas também na vida das pessoas que o circundam e do ambiente no qual está inserido, juntamente com a interligação cotidiana entre estes fatores. Sobre a adoção do termo "diário pessoal", em vez de "diário íntimo", Bogaert e Lejeune afirmam:

> Especificamos "íntimo" para evitar a confusão com a imprensa quotidiana, problema que não existe em outros lugares. Mas a intimidade só entrou, de fato mais tarde, na história do diário, não passando de uma modalidade secundária. Assim, se devemos acrescentar um adjetivo, falemos de *journal personnel* (diário pessoal)[5](Bogaert; Lejeune, 2003, p. 8-9).

Em *Quarto de despejo*, os acontecimentos narrados tomam forma e delineamento com base na observação da vida cotidiana e experiências de Carolina Maria de Jesus (autora e narradora), que procura descrever, também, as relações de coexistência, de caráter interpessoal, dos habitantes da favela onde vive. Dessa forma, seu foco narrativo desenvolve-se a partir do olhar oprimido e, ao mesmo tempo, esperançoso por uma mudança que proporcionasse melhores condições de vida para si, sua família e para a comunidade da qual faz parte.

Segundo o modelo de Genette (1980), o tipo de narrativa, na qual *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* concentra sua base estrutural, pode ser conceituada como autodiegética, haja vista que todos os fatos descritos na obra têm como ponto de origem as vivências da autora e as ocorrências relativas à realidade diária da comunidade onde mora. As dificuldades e privações do dia-a-dia são observadas e descritas a partir da percepção empírica da escritora, que se encontra sempre sujeita a processos contínuos de opressão por um sistema cujas ferramentas ideológicas, oriundas de várias direções, convergem e agem sempre de maneira, multilateral, especialmente quando atingem mulheres negras, pobres e tornadas marginalizadas, como Carolina. Mesmo assim, a escritora não deixa de nutrir expectativas de que possam ocorrer transformações que proporcionem chances concretas de melhoria de vida para si e seus filhos.

Quanto à distinção entre narrativa e descrição, no discurso literário, especialmente quando se trata de conceituar ambas sob o ponto de vista autodiegético, como sua construção ocorre em *Quarto de Despejo*, ainda conforme Genette (1980), se

---

[5] Em Francês: "on a précisé 'intime' pour éviter avec la presse quotidienne, problème qui n'existe pas ailleurs. Mais l'intimité n'est venue que tarde dans son histoire, elle n'est qu'une modalité secondaire. S'il faut um adjectif, parlons de jornal personnel." (Bogaert; Lejeune, 2003, p. 8-9).

há um limite que as separa, em nível de categorização, é uma demarcação tênue, de composição interna, que ocorre de maneira pouco precisa, indecisa. A definição de narrativa, dessa forma, pode ser incluída em todos os modos de representação literária, o que torna a descrição uma de suas formas ou, simplesmente, um de seus elementos.

Por essa razão, o último perímetro de conceituação da narrativa conjecturado por Genette tem o objetivo de colocar em destaque as singularidades entre narrativa e discurso. Sob o ponto de vista aristotélico, o autor entende que o filósofo grego não tomava como poeta qualquer um que não fosse autor de uma obra que versasse sobre uma representação mimética como narrativa ou representação teatral. O autor francês (1980) procura questionar o lugar, desprezado na Poética, dos textos narrativos, frisando a urgência de se refletir as peculiaridades existentes entre narrativa e discurso. Toma o seguinte exemplo: "para Aristóteles, e apesar de que usa o mesmo metro que Homero, Empédocles não é um poeta" (p. 277), já que, conforme o filósofo grego, sua obra pode ser caracterizada apenas como um discurso sustentado por ele mesmo, por seu próprio nome.

Nessa esfera conceitual acerca da narrativa, particularmente a de caráter autodiegético, é necessário destacar que narrativa e discurso não se caracterizam em estado puro, na composição do texto. As proporções de ambas são variáveis, em presença e nível, de uma escrita para outra, mesmo que tenham diferentes graus de influência, um sobre o outro, embora um e outro se afetem de maneiras diferentes. A presença de componentes narrativos no âmbito do discurso não é suficiente para destacá-los a um plano individualmente expressivo, já que estes continuam, de modo contínuo, conectados ao locutor como ponto de referência. Em outra instância, Genette postula que qualquer interferência de aspectos do discurso no cerne de uma construção narrativa é apreendida como uma transgressão à severidade narrativa. Nesse espectro, "a pureza da narrativa é mais fácil de preservar do que a do discurso" (Genette, 1980, p. 282) e a elucidação do autor para esse fato é de simples entendimento:

> Na verdade, o discurso não tem nenhuma pureza a preservar, pois é o modo "natural" da linguagem, o mais aberto e o mais universal, acolhendo por definição todas as formas; a narrativa, ao contrário, é um modo particular, definido por um certo número de exclusões e de condições restritivas (recusa o presente da primeira pessoa, etc.). O discurso pode "narrar" sem cessar de ser discurso, a narrativa não pode "discorrer" sem sair de si mesma (Genette, 1980, p. 282).

No detalhamento identitário de si, como narradora autodiegética, partindo da vida diária inóspita que compõe a sua realidade circundante, Carolina Maria de Jesus

encontra amparo e sustentação figurativa para sua escrita na sinceridade com a qual descreve suas dores, como também na ausência de qualquer tipo de evasão ou eufemismo de seu sofrimento. Realiza a exposição de sua vida cotidiana com a veridicidade originária do aspecto empírico dos fatos narrados. Segundo a escritora, "é preciso conhecer a fome, para saber descrevê-la" (Jesus, 2014, p. 26). No livro, a escritora, mesmo sendo o trabalho exaustivo sua rotina diária, ressalta que a fome, bem como a falta de dinheiro para comprar comida, é um fato recorrente mais doloroso e inalterável, no seu dia-a-dia.

Como autora de uma escrita de estreita proximidade com a vivência concreta, empírica, a escritora faz uso dos recursos de linguagem que propiciam a criação de um estilo narrativo marcante, sedimentado na contundência, no que tange à explanação do que foi por ela vivido, fazendo uma analogia, como exemplo claro de suas intenções imagéticas, da fome com uma vertigem amarela. Em um dos relatos de seu cotidiano, que descreve um dia de procura pela subsistência como catadora de papel e sucatas nas ruas do centro de São Paulo, Carolina Maria de Jesus passa mal por conta da fome: "a tontura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago" (Jesus, 2014, p. 45). Nesse exemplo, a autora evidencia sua sensibilidade, no âmbito da escrita literária, para a transposição dos sentimentos mais perturbadores, provocados pela fome e por sua batalha cotidiana: "Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para nos suicidar-mos. Desisti [...]" (Jesus, p. 153).

Carolina descreve a esperança de sair da Favela do Canindé, espaço que deve ser analisado além do conceito meramente físico, em nível literário, já que a convivência social e o contexto histórico que servem de berço para os fatos no livro narrados (a Era Kubistchek e os processos migratórios para as grandes metrópoles brasileiras). A descrição autobiográfica, contida em *Quarto de Despejo*, da necessidade de lutar diariamente para ter uma vida menos animalizada, mais digna, fazem de Carolina Maria de Jesus um exemplo de resiliência, o que, mesmo assim, não a torna menos vulnerável do que seus vizinhos e demais pessoas com quem convive.

Lisete Barlach, sobre resiliência, postula que o termo "refere-se a um conjunto de características que possibilitam aos indivíduos não só a recuperação posterior ao(s) evento(s) traumático(s), mas o seu efetivo crescimento a partir dele(s), bem como o incremento de sua habilidade para responder a dificuldades futuras" (Barlach, 2015, p. 2). Nesse âmbito, o ato de escrever funciona, para Carolina, como uma espécie de

instrumento dinâmico e positivo, por meio do qual pode não só expressar as dificuldades e as dores causadas por elas, mas também encontrar alívio e forças para continuar vivendo, em meio à hostilidade de seu cotidiano.

No que é relativo à construção dos elementos concernentes à esfera especial e temporal, em *Quarto de Despejo*, o contexto de espaço físico, onde se dão os acontecimentos narrados pela escritora, é situado na Favela do Canindé, na capital do Estado de São Paulo. A comunidade foi desapropriada em meados da década de 1960 dando lugar à Marginal Tietê[6]. Quanto ao âmbito temporal, é majoritariamente cronológico e estabelecido entre os anos de 1955 e 1960, período que remete ao governo de Juscelino Kubistchek, pontuado por uma intensa industrialização e desenvolvimento comercial da Região Sudeste que, como consequência, gerou uma gama de processos emigratórios para as grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando significativamente sua densidade demográfica.

Toledo (2010) destaca que, como elemento narrativo, o espaço literário consiste em uma configuração que resulta da adição de uma série de significados e das escolhas estéticas e formais do narrador. Em termos categóricos, o espaço é parte basilar das opções de escrita, em âmbito lexical e narrativo, que delineia a maneira escolhida para explanar os acontecimentos que integram a história contada. Como elemento não só de cunho físico, mas também de caráter fortemente social, Carolina Maria de Jesus descreve o espaço de modo quase sinestésico, em todas as suas nuances, como um aspecto preponderante para a formação psíquica e social das personagens nele retratadas, de modo a representar a relação simbiótica entre a favela e seus moradores, bem como a influência dela em suas vivências.

Na perspectiva de análise e classificação do tempo e do espaço atua como elemento que transpassa a ambientação física, adquirindo atuação expressivamente social. Segundo Bakhtin (2014) na descrição artística ou literária da relação entre espaço e tempo, estes dois elementos aparecem de forma interligada, especialmente na escrita autobiográfica, denominando o autor essa interconexão como *Cronotopo*. Sua finalidade, no estudo de uma obra literária, não reside apenas na questão de simples contextualização concreta de contextos te tempo e espaço. A relevância da relação espaço-temporal, na construção narrativa, transcende a mera tarefa de situar as personagens em um local específico. Tem, como objetivo fundamental, instituir todos

[6] Informação contida na apresentação de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, da edição de 2014.

os participantes da trama em um estado de interação legítima e indissociável, exercendo massiva influência nas ações, pensamentos e perfis emocionais de todos os que da história participam, direta ou indiretamente. Conforme Pouillon, no que tange à contextualização do tempo no âmbito espacial, quanto se trata da escrita autobiográfica, o "esforço mais adequado para a eliminação da diferença entre o romance e a vida real no que esta tem de temporal, visto como, para ser lido, deve ele ocupar a própria vida do leitor sem acelerá-la nem retardá-la" (Pouillon, 1974, p. 13).

Concernente à aplicação analítica da definição de cronotopo, na qual Bakhtin (2018) conjectura sobre a interligação entre fatores referentes à construção dos elementos temporais e espaciais que compõem alguns dos alicerces do texto narrativo por meio de uma combinação coesa de indicadores de tempo e espaço, em *Quarto de Despejo*, é pertinente destacar que o avanço desenfreado da densidade demográfica das principais metrópoles brasileiras, à época do lançamento da obra, foi, de acordo com Monteiro (2013), desencadeado, entre outras causas, pela instabilidade econômica do final do Século XIX, ocasionando um crescimento populacional desordenado que catalisou um enorme conjunto de intensas mudanças, nos grandes perímetros urbanos do país. Com origem nas significativas mudanças na economia brasileira, nas primeiras cinco décadas do Século XX, essas capitais foram rapidamente ocupadas pelo êxodo rural, como também por outros diversos processos de emigração, na busca por melhores meios de sobrevivência, mas que não tinham condições pagar por moradias nas áreas ditas "nobres" desses grandes centros.

Por se tratar de um diário, *Quarto de Despejo* tem, como evidente traço de marcação temporal, o perfil cronológico, que corresponde à distribuição sequencial do transcorrer dos fatos narrados por meio da delimitação da passagem temporal em horas, minutos e segundos, no relógio, conforme o tempo físico ou natural, e organizado em dias, semanas, meses, anos, estações, ciclos lunares etc. Tem estreita relação com a delimitação objetiva do transcorrer do tempo conforme os fatos são descritos. Trata-se do período histórico, no qual a trama narrada se encontra abrigada. Por esse motivo, "[...] os caracteres do tempo devem ser respeitados, visto como, seja qual for o modo de compreensão do herói do romance ou do autor autobiográfico. Nós não assistimos a um aparecimento instantâneo, mas sim à sua existência no tempo" (Pouillon, 1974, p. 111). Ainda, segundo o autor, "só o passado é real; o futuro não existe e o presente só existe transformando-se em passado" (Pouillon, 1974, p. 119).

A amálgama formada por espaço e tempo, na obra, é representada por Carolina Maria de Jesus através de uma analogia metafórica, o "quarto de despejo", que aparece com regularidade na narrativa, consistindo sua descrição em uma comparação por livre associação com o inferno, onde o indivíduo que a integra é desumanizado pelo banimento de seu lugar e direitos, reduzido à condição de sobra, detrito sem valor algum, que a sociedade insiste em afastar de seu raio de visão: "Cheguei ao inferno. Devo incluir-me, porque eu também sou da favela. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo." (Jesus, 2014, p.33). Sobre sua precária situação, como também acerca do estado de todas as pessoas que a cercam na favela, a autora é taxativa: "nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos." (Jesus, 2005, p.45).

As colocações metafóricas, que associam pessoas que não têm emprego a corvos, alusão comparativa ao lixo e esta, por conseguinte, à morte, são reforçadas pelo cenário dicotômico ilustrado pela interposição entre os termos "margens dos rios" e "marginais", que reforça, de forma contemplativa, a descrição dos processos excludentes e desumanizadores largamente descritos, na narrativa de Carolina. Em meio à hostilidade do banimento que a alveja não só na Favela do Canindé, como também por parte da sociedade cujos preconceitos não admitiam sua figuração enquanto parte dela (nem como trabalhadora doméstica, nem como escritora), destaca a fome constante que a assola, como também a seus filhos, como seu mais cruel algoz:

> 27 de maio de 1958 - Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei a sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? [...]
> O Léon pegou o papel, recibi seis cruzeiros. Pensei em guardar para comprar feijão. Mas vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me.
> Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.
> A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. [...] Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida[7] (Jesus, 2014, p. 45-46).

[7] Todos os excertos de *Quarto de Despejo* pertencem à edição de 2014, que se encontra nas referências finais do presente trabalho. Por esse motivo, a partir daqui, nas citações curtas, somente o número da página será apontado.

No que é referente à caracterização estrutural e literária do discurso de Carolina Maria de Jesus, sua escrita é marcada por uma perceptível versatilidade cuja origem não encontra base somente na escassez de sua escolaridade, mas também na leitura de algumas revistas e jornais, bem como em livros que achava nos lixões onde trabalhava como catadora (em *Quarto de Despejo*, a escritora aponta Castro Alves e Casimiro de Abreu). Portanto, é válido conjecturar que a expressão linguística da escritora orbita entre diferentes campos semânticos: a Norma Culta da Língua Portuguesa, que Carolina adota através da utilização de palavras gramaticalmente rebuscadas, aliadas a termos e expressões contidas nas de obras achadas durante seu cotidiano laboral; e seu próprio conjunto vocabular, amplamente composto por componentes originários de sua oralidade, que também reflete a fala de todos aqueles que, não só pela crítica literária de sua época, bem como pela opressora hierarquização social contemporânea à autora, eram excluídos por fatores como raça e vulnerabilidades socioeconômicas. Nesse contexto, a combinação da escrita com o aspecto linguístico do discurso dos favelados, através da utilização de provérbios, ditados populares e também passagens bíblicas, mostra-se uma sólida base para a estruturação de uma linguagem ímpar e uma única, sem parâmetros para comparação.

Dotada de um aspecto marcantemente sinestésico, no que é concernente à vivacidade da descrição empírica, a escrita de Carolina Maria de Jesus é composta por instrumentos linguísticos que propiciam à escritora originar uma linha narrativa incisiva sobre suas vivências. O próprio título do livro, *Quarto de Despejo*, mostra-se uma síntese imagética com intrigante capacidade de criar uma cirúrgica tradução da sensação da vida em um lugar em que as pessoas e o lixo convivem lado a lado. Na confusão entre pessoas e o que é descartado pela grande cidade, "o único perfume que exala […] é a lama podre, os excrementos e a pinga" (Jesus, p. 48). A agonia da subalternação que atinge Carolina, com origem em diversos fatores, é claramente representada da descrição do dia da Abolição, onde se sente escravizada ainda, em meio ao período desenvolvimentista da década de 1950: "Hoje é o dia que comemora a libertação dos escravos. [...] A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!" (Jesus, p. 32).

A maneira com a qual Carolina Maria de Jesus representa sua vida por meio da escrita é marcada pela pluralidade de recursos narrativos que utiliza, o que fornece ao leitor um rico panorama sobre o aspecto segregário, gerador de processos excludentes,

do conservadorismo social da modernização pela qual o Brasil passava nos anos 1950. Uma concretização pontual de suas habilidades no uso de associações linguísticas para figurar contextos e situações consiste no pão duro como comida que, apesar de não poder ser desperdiçada, já que alimentos são escassos, tem seu estado para consumo metaforicamente ampliado, figurando o dia-a-dia dos favelados: “Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado” (Jesus, p. 42).

Ao narrar um pedido de comida de Vera Eunice, sua filha, a escritora utiliza a ironia de forma eficaz, objetivando explicitar a rotina diária desprovida de esperanças de uma virada que trouxesse um pouco de alegria à família, ressignificando suas dores e tristezas, transcendendo para a cristalização de um episódio que reflete a falta de perspectiva das pessoas marginalizadas, tornadas periféricas. Ao contemplar várias vezes seus filhos roerem pedaços de pão duro, ela descreve, de forma bem humorada, um assunto tão delicado: “Pensei: para comer estes pães era preciso que eles tivessem dentes elétricos” (p. 41). Acima de qualquer situação que reflita miséria, a escrita de *Quarto de Despejo* prende a atenção de quem o lê pelo modo como sua narradora enfrenta a penúria, no meio da qual exerce seu expediente imaginativo.

Pela forma como é descrita na obra, a falta de recursos financeiros revela-se como um tema dolorido, tratado de maneira pungente, devido à pobreza e as privações advindas dela. Ainda assim, mesmo sofrendo as dores dos diversos preconceitos aos quais estava sujeita, sendo a exclusão socioeconômica um dos mais recorrentes, Carolina Maria de Jesus surpreende ao exibir uma contínua habilidade de aproveitar as raras experiências boas que a vida lhe proporcionava:

> 23 maio de 58: [...] O céu é belo, digno de contemplar porque as nuvens vagueiam e formam paisagens deslumbrantes**.** As brisas suaves perpassam conduzindo os perfumes das flores. E o astro-rei sempre pontual para despontar-se e recluir-se. As aves percorrem o espaço demonstrando contentamento. A noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há várias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. Só uma coisa nos entristece: os preços, quando vamos fazer compras. Ofusca todas as belezas que existe (Jesus, 2014, p. 44).

É possível constatar, no transcorrer de sua narrativa, simultaneamente, deslumbramento e desencanto, compondo um panorama cuja expressão mostra grande força semântica, onde a escritora desenha, de maneira sóbria, um quadro conciso por meio da oposição entre suas experiências diárias e aspirações por dias mais tranquilos, não exibindo qualquer traço de pieguice, sentimentalismo exacerbado ou autopiedade. Ao contrário do pensamento em que as privações materiais são aspectos que anulam o

desenvolvimento da sensibilidade estética, a escritora faz questão de destacar que, apesar de suas dores e frustrações, não quer perder a capacidade de enxergar beleza nas corriqueiras coisas do dia-a-dia, como o voo delicado dos pássaros pelo horizonte, associando-o à liberdade tranquila de ir para longe da vida miserável que lhe é imposta.

Nesse panorama onde contrastam a tristeza e a esperança, é claramente perceptível que, para a autora, a leitura se traduz como uma compensadora e aprazível atividade, na agoniante vivência diária da pobreza: "li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem" (Jesus, p. 25). Mas muito mais do que a mulher "que lê", Carolina é aquela "que escreve": "cheguei em casa, fiz o almoço. Enquanto as panelas fervia eu escrevi um pouco" (Jesus, p. 20). Na Favela do Canindé, seu perfil identitário é constantemente lembrado pelos vizinhos, no que tange ao oposto entre, supostamente, ser pobre e gostar de ler: "- Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você" (Jesus, p. 27), como disse um conhecido, afirmando que ambas as coisas são "incompatíveis." Para ele, negritude, escassez econômica não encontram afinidade com o gosto pela leitura e com o desenvolvimento cultural provocado pelo hábito de ler. Manifestando opinião contrária a seu amigo, a autora fala sobre a necessidade de escrever sobre sua vida pautada por severas limitações, sendo esta um genuíno instrumento de um plano de liberdade, ainda que no âmbito imaginário, bem similar à plenitude observada no voo dos pássaros:

> Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. [...] As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários (Jesus, 2014, p. 60-61).

O discurso literário linguisticamente versátil, que encontra forte base na oralidade cotidiana de sua construção de vida, que é influenciado por sua vivência comunitária, aliado ao conjunto vocabular composto de palavras, figuras de linguagem (como a metáfora) e expressões mais rebuscadas, oriundas das obras e periódicos encontrados durante sua atividade como catadora nos lixões de São Paulo, mostra-se como assinatura de perfil da escrita de Carolina Maria de Jesus. A escritora integrou um ambiente social que jamais lhe concedeu o direito de pertencimento, de inclusão, ignorando-a por diversos aspectos que compõem sua figura: mulher, negra, pobre, favelada e de limitada educação institucional, de poucos saberes institucionalizados, sendo sua linguagem classificada como "inadequada à Literatura". Essa desculpa foi

utilizada como pretenso motivo para a não inserção de seu nome ou obra em um nicho literário autoproclamadamente erudito, canônico, pelo qual o preconceito linguístico foi notadamente utilizado como canal de banimento literário e editorial.

Mesmo com os obstáculos a ela impostos pelos processos excludentes, onde a peculiaridade de sua escrita não passava de mero pretexto para sua marginalização literária e social, a escritora mineira converteu-se em uma urgente e fundamental referência de consciência de raça, gênero e classe social. Não somente por sua maneira própria de escrever, mas também pelo que sua existência ilustra, a autora e seu *Quarto de Despejo* reverberaram e, quase três décadas após sua morte, vem ganhando proeminência como objeto de estudos acadêmicos e discussões psicossociais.

Heller (1979) destaca que *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* foi traduzido para 13 idiomas desde sua publicação original, trilhando um curso onde se locomove como meio de denúncia sobre um modo de vida marcado por crueldade e perversidade que se mostra alarmantemente contemporâneo, trazendo luz a questões ainda muito evidentes na estrutura social das grandes metrópoles do Brasil que não são pertinentes apenas à configuração identitária do sujeito, mas também à representação genérica, coletiva, do ser humano.

No espectro da projeção discursiva, em nível de alcance e reflexão social no que tange ao ser inserido e afetado por seu meio, Toledo (2010) postula que Carolina Maria de Jesus fez da favela um ponto nevrálgico de observação e debate sobre silenciamento e anulação da existência, colocando em evidência tópicos de extrema relevância para que se contemplem os preconceitos dos quais são alvos as pessoas marginalizadas, acarretando o alcance desses debates em proporções inclusive midiáticas. Isso se deve não somente ao teor perturbador, de confronto, de seu discurso, que causava simultaneamente, curiosidade e estranhamento, não só ao leitor contemporâneo ao lançamento de *Quarto de Despejo*, como também à desfavorável reação da crítica literária ao que a autora corajosamente representava, por meio de sua inesperada e, aos seus olhos, atípica figura.

Por meio da coragem de sua escrita, a autora reivindicou para si, com altivez e autenticidade, o suporte da escrita canonicamente banida, que encontra berço e força na verdade daqueles a quem a sociedade isola, por meio de preconceitos e ignorância, sua principal aliada. Efetuou literatura de negros, escrita feminista, de linguagem singular, mostrando que a opressão social é o mais forte alicerce estrutural do desmazelo aos direitos humanos, colocando-se como exemplo concreto e evidente da diferença.

1.2 Preconceito Linguístico e Banimento

Enquanto enquadramento conceitual, é possível delimitar a linguagem formal por sua utilização em âmbitos de convivência onde não seja necessário o uso da norma culta. Dessa forma, sua definição pode, também, ser simplificada como a que é utilizada em casos em que não haja a obrigação de tipos exatos de comunicação formal. Contudo, essa categorização não atribui, de nenhum modo, discrepância semântica à língua falada ou à escrita gramaticalmente rebuscada, como também, a de modos plurais, no Brasil: o Português. Como postula Faraco (2008, p. 31): "uma língua é constituída por um conjunto de variedades".

Partindo dessa premissa, afirmar que uma pessoa com pouca instrução formal ou "não tem conhecimento da Língua Portuguesa" não é coerente ou linguisticamente aceitável, já que só não conhece um idioma quem não consegue utilizá-lo em nenhuma instância, seja qual for o processo de comunicação. Mesmo que o usuário da língua possua apenas o conhecimento de aspectos pontuais do idioma que utiliza para se comunicar, isso não implica qualquer tipo de prejuízo à convivência em sociedade. A Norma Culta, em sua vigência geral ou em casos específicos de interação pessoal, mais especificamente em convivência comunitária, não delega prestígio ou distinção social, sequer intelectual, aos que têm certo domínio ou total propriedade sobre ela.

Desse modo, quando se analisa *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, partindo do preconceito linguístico sofrido por ela à época do lançamento do livro e que perdura até a atualidade, é *sine qua non* não ignorar questões como: a conceituação categórica do que vem a ser Norma Culta, como também do sistema de escrita e do próprio preconceito linguístico.

Marcos Bagno, na obra *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira* (2003) estabelece uma diferença esclarecedora entre a explanação do que vem a ser "Norma Culta", evidenciando a ambiguidade de sua estruturação semântica. Em primeiro nível, seria o código linguístico utilizado correntemente por pessoas economicamente abastadas (os considerados "falantes cultos") das cinco maiores metrópoles do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Porto Alegre. Em sua maioria, "têm escolaridade superior completa e antecedentes biográfico-culturais urbanos" (Bagno, 2003, p. 51). Em segundo âmbito, é a definição que encontra reforço em pesados preconceitos, reforçando a ideia de que a forma "correta" de falar ou

escrever é unicamente a que se aprende na escola por meio de compêndios como as gramáticas normativas. Bagno destaca que esses livros, ainda hoje, são compostos por regras e princípios que têm sua base predominantemente no modo literário de escrever, especialmente nas obras canônicas consideradas "clássicas" esteticamente reverenciadas, do passado.

Tomando como fator de compreensão da norma culta por meio de seu caráter dual, constata-se que Faraco (2008), em *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*, adiciona mais uma perspectiva: o conceito, ao ser disseminado em ambientes externos às universidades, foi dotado de certa indefinição semântica, havendo uma atmosfera confusa entre o que é "norma culta" e "Gramática", assim como ocorre entre os termos "norma-padrão" e "expressão escrita". Na primeira abordagem, destaca que norma culta teria sua definição associada à gramática, pertencendo esta à educação estritamente escolar, que trata do estudo das nomenclaturas, subordinando essas classificações às práxis da escrita e da leitura, como também da fala. Tal associação, assim como a confusão originária dela, ocorre porque, com o estruturalismo linguístico de origem europeia e norte-americana, surgiu uma corrente que critica o tradicionalismo dos saberes gramaticais institucionais, já que estes não consideram questões relativas à pluralidade dos fatores sócio-históricos nos processos de leitura, escrita e fala, objetivando apenas a disseminação das regras propostas pelos gramáticos como "corretas", juntamente com as análises de natureza morfológica e sintática. Acerca dessa questão, o autor destaca:

> Nesse contexto, passou a ser "politicamente incorreto" dizer que se ensinava gramática (ou que era importante ou necessário seu ensino). Como, no entanto, o ensino de português (respeitadas as exceções) não se alterou substancialmente nessa conjuntura (a crítica ao saber tradicional alcançou o discurso, mas não, de fato, a prática pedagógica [...], foi preciso enfrentar a depreciação semântica do termo gramática e encontrar um novo nome para o velho saber e as velhas práticas (Faraco, 2008, p. 23).

Quanto à confusão entre as definições de "norma culta" e "gramática-padrão", de acordo com Faraco (2008), o termo "Norma Culta" era denominado como a gama de cláusulas que representava uma antiga tradição linguística, de cunho estritamente conservador e "pseudopurista". Em suma, essa categorização não levava em conta qualquer visão nenhum aspecto histórico. Ou seja, "era pautada em denominações como "admite", "condena", "proíbe", "insistem em" este ou aquele uso." (Faraco, 2008, p.24). O juízo do que vem a ser "Norma Culta" foi e tem sido utilizado, conforme o autor, de modo semelhante a um mecanismo que desqualifica qualquer um que não possui acesso

a ele, atuando como um pesado instrumento de divisão social da população brasileira, que é embasada em questões econômicas, sociais, culturais e linguísticas.

Ainda, segundo o autor, há um vértice desse equívoco entre norma culta e fala gramatical padrão: a imprecisão provocada por uma fusão semântica entre "norma culta" e "expressão escrita", como se ambos fossem sinônimos indissolúveis, em que a "norma culta é sinônimo de escrever com correção, lógica e riqueza vocabular." (Faraco, 2008, p.26). Assim sendo, a escrita seria limitada somente pela normativa-padrão de uso da gramática, sendo ignorado que, no uso oral ou escrito da língua, existem diversas outras vertentes. Em vista desse panorama, o autor elucubra acerca do papel prejudicial dessas questões na utilização da língua no Brasil, o que acarreta transtorno em sua compreensão e no letramento escolar, da mesma forma que cria processos sociais excludentes e uso de violências simbólicas a serviço das relações de poder.

No que tange à padronização da língua, é de essencial relevância o entendimento acerca dos sistemas de escrita. Nesse processo, o conceito de Cagliari (1999b) frisa que o alfabeto foi uma providencial criação, mas não foi estruturado na diversidade de denominações linguísticas, assim como nas varrições fonéticas, no emprego oral das palavras. Como forma de elucidar a questão, o autor descreve a ortografia como "congelada." Desse modo, a neutralização das variações linguísticas, no âmbito da escrita, tornou-se possível e perene, o que propiciou o estabelecimento de uma única maneira para grafar uma palavra cuja pronúncia pode ocorrer de diversos modos:

> Mais importante do que a forma gráfica dos caracteres é a maneira como eles representam as palavras da fala. As letras do alfabeto perderam esta função, que foi assumida pela ortografia. As letras, dentro das palavras, deixaram de representar apenas os sons indicados pelos seus nomes [...]. A ortografia introduziu novos valores, não mais controlados pelo alfabeto, mas pela própria ortografia. O sistema alfabético poderia ser excelente (como de fato o é) para se ter na escrita uma cópia exata da pronúncia do falante. As línguas, porém, apresentam muitos dialetos, pronúncias diferentes para as palavras. Representar estas diferenças seria criar problemas sérios de leitura e de uso da escrita na sociedade. A ortografia assumiu a escrita das palavras para neutralizar estas variações e estabelecer um padrão de escrita que fosse único para todos os falantes, independentemente da maneira como cada um fala o seu dialeto (Cagliari, 1999b, p. 98).

Nessa conjectura, Cagliari (1999b) postula que alfabeto e ortografia atuam como parâmetros sistemáticos da escrita no Brasil, cuja finalidade é normatizar um código gráfico que atue como elemento norteador dos processos de leitura, favorecendo um padrão em detrimento de outros conjuntos linguísticos existentes. Assim sendo, são

criados os valores nos quais a sociedade sedimenta a hierarquização dos diferentes dialetos, privilegiando um como “norma culta.”

Sobre a estruturação psicossocial do preconceito linguístico como meio de exclusão sócio-histórica, Marcos Bagno (2007) propiciou um viés de investigação e reflexão acerca dos processos discriminatórios, que ocorrem de modo simbólico, sutil ou mais explícito, na sociedade. Sua motivação reside nos preconceitos de cerne socioeconômico, no entanto, isso não é visto nem discutido com a atenção que merece. O autor promove a desmistificação dos procedimentos discriminatórios que tomam como base a segregação linguística e relegam pessoas à margem dos direitos e prerrogativas inerentes à equidade social. Como exemplo, Bagno evoca frases populares que alimentam o preconceito de modo permanente. No transcorrer do processo, o preconceito linguístico torna-se um agente utilizado como álibi para toda sorte de exclusões, fomentadas pela depreciação das variedades linguísticas consideradas de pouco prestígio acadêmico ou social. Tais exclusões são nutridas pela gramática tradicional, pelo ensino Tradicional e pelos compêndios didáticos, estando estes na condição de mantenedores da proposital confusão entre uso da língua e Gramática Normativa:

> A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico (Bagno, 2007, p. 09-10).

Dessa forma, torna-se evidente o que Bagno (2003; 2007) preconiza acerca do que sejam os alicerces do preconceito linguístico, partindo da prerrogativa de que suas raízes têm base nas idealizações da “Norma Culta” como o único modo “aceitável” de manejar a língua nos processos de comunicação a ela pertinentes, o que ocasiona uma imposição, nesse contexto, do maniqueísmo entre o “certo” e o “errado”:

> Por isso, até hoje, as pessoas julgam a língua falada usando como instrumento de medição a língua escrita literária mais consagrada: qualquer regra linguística que não esteja presente na grande literatura (e como são numerosas essas regras!) é imediatamente tachada de “erro” (Bagno, 2003, p. 46-47).

Além da função da linguagem como agente promotor da comunicação, Gnerre (2009) enfatiza que uma de suas atribuições mais importantes é fazer com que falante e

ouvinte conheçam o lugar ou posição social um do outro. Nesse âmbito, o autor elabora um ponto de vista histórico sobre a língua, frisando que usar um padrão linguístico estabelecido como "correto" ou "desejável" implica fazer dele um instrumento de supremacia sociocultural, implicando ainda, a tomada da enunciação como um regalo de poder e subalternação de um povo sobre outro, como também de uma classe social sobre outra, dentro de uma população:

> Fernão de Oliveira, na introdução da sua gramática de 1536, mencionava a expansão da língua portuguesa entre os povos das terras descobertas e conquistadas. Foi João de Barros, porém, que realmente considerou o papel da língua portuguesa na expansão colonial. [...] Quer dizer, a língua será o instrumento para perpetuar a presença portuguesa, também quando a dominação acabe (Gnerre, 2009, p. 13-14).

Transpondo essa conjectura para a contemporaneidade, é plausível constatar que, conforme a concepção do autor sobre a imposição de um tipo linguístico sobre outros, a problemática social acerca da questão não está encerrada no passado, transcorrendo ainda na atualidade. Em suma, em nível de análise desse fenômeno com base na população brasileira, a partir da padronização da Norma Culta e da Gramática Normativa como único ponto de referência a ser socialmente seguido e bem-vindo, seria possível e até coerente pensar que uma expressiva parte de nossa população não dispõe de acesso ao que se considera "canônico", em nível de linguagem. Isso provoca, além da marginalização de comunidades que não têm propriedade sobre ela, a reafirmação de uma certa identidade social, no sentido hierárquico e opressor, aquela de uma mínima parcela social detentora dessa variação. Gnerre afirma que:

> Uma variedade linguística "vale" o que "valem" na sociedade seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos "internos", quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos "externos" pelo prestígio das línguas no plano internacional (2009, p. 6-7).

No âmbito das relações socioculturais de poder, a linguagem, dessa forma, se traduz também em um aparelho preponderante para o impedimento de pessoas segregadas por uma série de processos de banimento, sendo o silenciamento delas um eficiente muro que as bloqueia, nas possibilidades de ascensão e destaque:

> Segundo os princípios democráticos nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação. (Gnerre, 2009, p. 25)

De acordo com Leite (2022), a dicotomia entre a abrangência da linguagem e seu uso como tecnologia de dominação e poder reside na seguinte reflexão: a intolerância na linguagem não causa desconforto da mesma forma que a religiosa, política ou de outras alçadas, o que a torna quase invisível, inexistente. Nessa problemática, a autora evidencia que a divisão linguística é tão cruel quanto as outras, haja vista que fere o indivíduo em suas particularidades: "A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas." (Leite, 2022, p. 13).

Assim sendo, é notório que essa conjectura não pode ser situada como um panorama que pertence apenas ao campo de ação da linguagem. Até porque, toda forma de linguagem é composta por um aspecto ideológico, evidente ou subliminar. Como forma de exclusão, a intolerância linguística serve como abrigo de outros diversos tipos de preconceitos, tais como o social, político, religioso, econômico, racial e de gênero, tendo como finalidade basal tornar as diversidades homogêneas através do desrespeito às singularidades de cada um. Quanto a essa questão, Leite pontua:

> [...] o traço semântico mais forte registrado no sentido de *intolerância* é o de ser um *comportamento*, uma *reação explícita* a uma ideia ou opinião contra a qual se pode objetar. Não constitui simplesmente uma discordância tácita. Um *preconceito*, ao contrário, pode existir sem jamais se revelar e, por isso, existe antes da crítica (Leite, 2022, p. 20).

No campo do uso da intolerância linguística como categorizador social, é observável e compreensível o papel do preconceito como construtor e arauto de intolerâncias diversas, que vão gradativamente de implícitas a fortemente evidentes. Nas duas esferas, mostra-se um processo de convergência de vários fatores que se aglutinam em um discurso persecutório que leva à negação das diferenças. Desse modo, Leite (2022) aponta o preconceito como um elemento originário de tudo o que foi "assimilado culturalmente ou plasmado em irracionalidades, emoções e sentimentos." (Leite, 2022, p. 22), sendo estabelecido por meio de tradições que são frutos de construções autoritárias, delimitadoras, criadoras de camadas onde a opressão determina o lugar de cada integrante social: "as diferenças linguísticas relacionadas a esses fatores unem os homens de mesmo estrato social e separam os diferentes. A linguagem é importante fator de identidade e de segregação porque denuncia diferenças desde que o homem começou a falar" (Leite, 2022, p. 26).

Ainda sobre a questão do preconceito linguístico não somente como inibidor de respeito e mobilidade social, mas também como elemento castrador da subjetividade do ser frente ao que lhe cerca, a autora elucubra acerca do preconceito contido no discurso, apontando que o primeiro se trata de uma estratégia argumentativa que, conforme a conveniência de quem o nutre, compõe o segundo, sendo largamente difundido, ampliado, pelos atos de fala de quem o utiliza:

> Para exemplificar, podemos lembrar algumas situações: quando alguém honesto, sincero e inteligente for considerado sempre "desinteligente" por usar linguagem popular; quando se considerar sempre que as pessoas pobres e humildes não têm assuntos importantes a falar, ou que são elas que usam as palavras impróprias e erradas e que, ao contrário, os ricos são inteligentes, têm o que dizer e nunca usam palavras trocadas e erradas; quando se pensa que os menos favorecidos economicamente têm linguagem menos elaborada (Leite, 2022, p. 28).

Diante do campo teórico e semântico até então elaborado para ilustrar o preconceito linguístico como fenômeno ideológico a serviço da segregação sociocultural, levando-o à especificidade do banimento literário de Carolina Maria de Jesus por parte da crítica e do cânone literário, à época da publicação de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, será buscada a compreensão desse episódio da história da Literatura Brasileira. Sua base foi a premissa alegada por meio dos detratores da escrita da autora, marcada pela versatilidade da mescla entre a informalidade coloquial de sua construção de vida e conjuntos vocabulares encontrados em obras lidas pela autora, durante seu cotidiano laboral como catadora nos lixões da capital paulista. A ideia de Norma Culta como padrão de elegância e refinamento artístico, como referência literária, foi fator preponderante para a exclusão editorial e banimento canônico da escritora, sendo ainda um forte catalisador de elementos discriminatórios que, unidos, tornam-se um fator excludente do que deveria ser um campo plural de apreciação, debate e resistência, que é a Literatura.

Quanto às desrespeitosas críticas, das quais Carolina Maria de Jesus foi alvo, cujos motivos residem em sua linguagem escrita, taxada por adjetivos pejorativos como "inapropriada" e "destoante" da escrita dita literária, entre outros, é urgente destacar que, do ponto de vista do estudo da linguística como elemento pautado pela pluralidade vinda das diferenças psicossociais, todo falante nativo de um idioma tem propriedade semântica sobre ele, haja vista que é conhecedor de modo intuitivo para manejá-lo com a destreza necessária aos vários processos de comunicação e de utilização da linguagem verbal, bem como das diversas formas essenciais de operá-lo para esse fim.

A demanda inadequada, que tem origem no cânone literário tradicional, de uma normativa pautada na gramática tradicional, que não estabelece elo com a construção histórica de vida da escritora, evidencia fortemente o uso intencional desse elemento para disseminar preconceitos relacionados a outras formas de embotamento e exclusão social (no Caso de Carolina, também literária e editorial), arraigadas ao perfil rígido e conservador do Brasil da primeira e início da segunda metade do Século XX, o que se sedimentava na segregação social, econômica, racial e de gênero que perseguiram a escritora, ao longo de sua vida, como também após sua morte. Deve-se compreender a comunicação como meio de inclusão social em várias ambientações e entender a complexidade da pluralidade funcional da linguagem, para se criar um "novo olhar sobre a diversidade e desdobramentos linguísticos" (Possenti, 1997, p. 45).

Sob o prisma que compreende a linguagem como um recurso social, de cunho também literário, de construção discursiva, figuração e expressão, há a urgência de uma observação reflexiva, aberta e diversificada sobre o fato de que a sociedade, particularmente a contemporânea, tem por necessidade o distanciamento do tradicionalismo social, já que seu dinamismo carrega consigo a atribuição de transformações em todas as instâncias sociais, que podem atuar na geração de incertezas e cisões identitárias de um sujeito instável, que busca seu próprio eixo. Acerca do caráter volátil da sociedade enquanto instituição moderna, Giddens postula:

> A vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinando-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. A reorganização do tempo e do espaço, somada aos mecanismos de desencaixe, radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da modernidade; e atua na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana (2002, p. 10).

No contexto da análise literária, especialmente de obras contemporâneas, a aplicação do conceito de Giddens pode exercer uma função deveras esclarecedora, já que investiga a influência massiva da modernidade sobre a estrutura da narrativa, em nível de forma e conteúdo. Muitas das narrativas atuais exploram as identidades por um viés híbrido e, por conseguinte, fluído, onde, mesmo em contextos especificamente locais, são figuradas de maneira globalizada. Segundo o autor, diferente do perfil da sociedade contemporânea, delineado por profundas transformações causadas por constantes reorganizações temporais e espaciais, para as sociedades estruturalmente tradicionais, espaço e tempo convergiam de forma regular, linear, na mesma proporção

em que as extensões espaciais da convivência social são delimitadas pelo ato de ser visto como forma padrão de presença, como também pelo caráter pontual de suas atividades. Já na modernidade, é constatável a separação entre espaços, sendo estes descritos de modo, muitas vezes, desencaixados das relações sociais que nesses ocorrem. O tempo, assim como as transformações por ele promovidas, é conjecturado como elemento socialmente reorganizador por meio da viabilização de interações entre indivíduos, não havendo a necessidade efetiva do diálogo fisicamente presencial.

O conceito e a funcionalidade de lugar podem ser concebidos por fatores, como o avanço da tecnologia, por exemplo, que influenciam, também, a reorganização da definição de distância e, por conseguinte, da própria comunicação social. O distanciamento de tempo e espaço é essencial para o surgimento de novas estruturações das relações sociais, conforme a amplitude e variação dos intervalos de espaço e tempo, onde estão inclusos os sistemas globais. Essa categorização de Giddens pode ser facilmente exemplificada, na esfera literária, por meio do endereçamento projetivo das cartas de Françoise Ega à Carolina Maria de Jesus, onde contextos espaciais diferentes se espelham por meio de suas identificações empíricas, bem como pelas motivações de suas narrativas.

Nesse espectro, quanto ao entendimento da literatura como agente gerador de comportamentos individuais e coletivos, a compreensão da linguagem contida na escrita de Carolina Maria de Jesus como literária deve partir do fato de que ela teve, particularmente até o lançamento de *Quarto de Despejo*, escassas vias de acesso a saberes formais. Devido à trajetória de vida cumprida por ela, é primordial o reconhecimento das lutas travadas pela escritora mineira contra várias espécies de preconceitos, sendo o linguístico a forma resultante da junção de diversas outras formas de opressão que, reunidas, resultaram e ainda resultam em um elemento que tenta descaracterizar o incontestável elemento literário de suas obras. De acordo com Bagno, as variações linguísticas negativamente adjetivadas são “empregadas predominantemente pelos falantes das camadas sociais de menor poder aquisitivo e de menor escolarização” (Bagno, 2013, p. 65). Desse modo, acabam por carregar o estigma de uma variedade que, socialmente, não é dotada de prestígio. Sobre o preconceito linguístico, o autor frisa, de forma pontual, várias especificidades de preconceito:

> O preconceito linguístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é “invisível”, no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais, que se dedicam a estuda-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito

> linguístico, que dirá sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo (Bagno, 2007, p. 23-24).

A partir dessa premissa, é fundamental que se entenda que, em toda língua, há um elemento denominado "variação." Nenhuma língua é falada ou escrita de modo similar em todos os lugares, e nem todas as pessoas a utilizam da mesma maneira. A ortografia oficial tem sua relevância, mas não se pode replicá-la na tentativa de criar uma língua falada pautada na artificialidade, delimitando como "erradas" as articulações fonéticas ou vocabulares presentes nos aspectos internos que estruturam a regência dos idiomas.

Para o alcance desse entendimento e sua efetivação sociocultural, a educação cumpre papel fundamental para que na linguagem, em termos de expressão linguística, artística e literária, em termos de abrangência e diversidade, o importante deva ser o que nela é revelado, não a padronização de mecanismos funcionais (educare), isto é, "a autorreflexão crítica" (Adorno, 1995, p. 121). Desse modo, a educação voltada ao conhecimento e efetuação prática dos diversos matizes da linguagem necessita ser crítica e autocrítica, para que seus usuários tenham o discernimento sobre os entraves da racionalidade instrumentalizada, do raciocínio objetificado, responsável por tecer uma rede ideológica claustrofóbica. Em *Teoria Estética* (1992), Adorno postula que a lógica da linguagem deve ser dotada de eficácia que seja subjacente à prática e à teoria. Processo e crítica devem ter seu campo de ação e alcance amplificados, para fazer emergir o conceito de expressão de espaço permeado por possibilidades que revitalizem e reconfigurem a crítica lógica formativa dos estudos linguísticos aplicados à Literatura. Por essa razão, há a urgência em refletir para estabelecer um foco teórico que possa gerar pontos de reflexão, esperança, inclusão e mudanças psicossociais.

No que concerne à atuação e ampliação da educação linguística como vertente futura da análise literária, é necessária a priorização do saber intuitivo do escritor e não o apagamento autoritário de sua identidade discursiva, por meio de sua classificação como "feia" ou "corrompida." A existência da norma culta deve ser notada como um adendo às formas de comunicação, oral ou escrita, informal ou literária, tornando-se um espaço onde o arcabouço linguístico, originário do cognitivo prévio e das experiências empíricas do indivíduo, possa ser considerado como componente atuante e fundamental de sua composição textual, não como um elemento de troca de uma variedade linguística pejorativamente apontada como "errada" por outra dita "correta".

Para que não haja nenhum tipo de interferência por parte da padronização ou elitização da linguagem, na elaboração da escrita literária, bem como na análise e crítica concernente à literatura, como parâmetro normativo acerca do que se considera apropriado, esteticamente desejável ou estilisticamente relevante, é necessária a prática da conscientização, acadêmica e social, de que todo falante nativo é um usuário com aptidão para manejo funcional desse idioma, nos processos de comunicação onde ela seja o instrumento principal.

A Língua Portuguesa, em todas as suas diversidades e características, é, em contexto social, artístico e literário, um elemento cultural inerente a todos que a falam, sejam brasileiros, portugueses ou de outras nações que utilizam esse idioma como língua padrão, oficial. A língua, seja comunicação oral, escrita ou na literatura, integra tudo, atuando como parte constituinte de todos, como parte indissolúvel de nossa humanidade. Nós somos a língua que falamos, sendo a partir dela que contemplamos e tentamos compreender e figurar o mundo circundante.

Além das questões espaço-temporais que influenciaram na construção linguística de sua expressão, Carolina Maria de Jesus, na condição de escritora, configura uma série de traumas vivenciados por conta dos elementos que constituem sua figuração social. Logo, sua escrita literária toma, como ponto de partida, as violências, reais ou simbólicas, e abusos que sofreu durante a vida, espelhos da desumanização desencadeada pela miséria, pela marginalização coletiva dos moradores da hoje extinta Favela do Canindé, em São Paulo, pelo coletivo maior (habitantes da grande metrópole), pelo descaso do poder público, pelo racismo institucional e social. Conforme Fernanda Rodrigues de Miranda:

> A prática literária é articulada à própria experiência do espaço periférico, o que torna esta produção, antes de repertório de técnicas literárias, ferramenta para entendimento e a organização social: uma estratégia que rompe a compreensão da literatura apenas como bem espiritual, fonte de ilustração e prazer desinteressado. Nesse sentido, as reverberações ultrapassam o campo do estético, visto que a literatura é significada também como uma forma de articular a experiência de morar na periferia (2013, p. 17).

Por esse motivo, o lugar de fala da Carolina Maria de Jesus é de fundamental relevância para o entendimento da voz narrativa que caracteriza sua escrita: descreveu, em seu diário, “sua vivência e relações sociais no âmbito da favela, explicitando as violências pelas quais passava, em seu dia-a-dia que ela, seus filhos e os vizinhos perpetravam e/ou sofriam” (Meihy, 1998: 82-91). Segundo Miranda: “sua narrativa traz

o cotidiano periférico não somente como tema, mas como maneira de olha a si e a cidade" (Miranda, 2013: 16).

Mesmo que Carolina Maria de Jesus tenha se tornado tema de pesquisa e discussão acadêmica há alguns anos, mais ou menos desde o começo dos anos 2000, é necessário destacar que seu banimento literário se deu na época de publicação de *Quarto de Despejo*, quando sua escrita foi desprezada pela imprensa pretensamente especializada e pela autoproclamada elite literária da época em questão, apontada como "inadequada à Literatura", e também em épocas mais recentes. Embora sua narrativa apresente alto teor de sensibilidade, inteligência singular e profundidade semântica, qualidades reconhecidas em âmbito internacional, Carolina Maria de Jesus, desde o lançamento de *Quarto de Despejo*, ainda enfrenta categorizações pejorativas acerca da informalidade de sua linguagem narrativa. Encontra detratores na Academia e na crítica jornalística, que se amparam na falta da padronização gramatical, normativa, tida como estilisticamente "desejável" ao fazer literário. Um exemplo recente do banimento literário da escritora brasileira ocorreu em 17 de abril de 2017, quando Carolina de Jesus foi homenageada na Academia Carioca de Letras. Na ocasião, o professor de Literatura Ivan Cavalcanti Proença abriu a cerimônia elogiando a obra e exibindo um exemplar raro de *Quarto de Despejo*, edição de 1966[8]. Porém, segundo Lucinda (2017), o acadêmico terminou seu pronunciamento com as seguintes frases:

> Só tem uma coisa: isso não é literatura. Isso pode ser um diário e há inclusive o gênero, mas definitivamente, isso não é literatura. Cheia de períodos curtos e pobres, Carolina sem ser imagética, semianalfabeta, não era capaz de fazer orações subordinadas. Por isso, esses períodos curtos (Lucinda, 2017).

Tal acontecimento traz à tona vários elementos que compõem o racismo estrutural integrante da crítica literária. Cobra-se um formalismo institucional da escrita de Carolina Maria de Jesus como passe para sua legitimação como escritora, e se destina a ela um tipo de atribuição onde deveria redimensionar seu modo de se expressar ao que é criticamente considerado apropriado, para ser vista e recebida como uma "par".

Segundo Almeida (2019), o conceito de racismo estrutural consiste em um dispositivo de exclusão e banimento que se faz presente na própria compleição da estrutura social, resultante do funcionamento de suas instituições. De acordo com

[8] A narração deste fato consta em *Carolina de Jesus é literatura sim!*, de Elisa Lucinda, cuja publicação data de 2017. Fonte: <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>. Acesso em: 23 de julho, 2022.

esse conceito, o racismo não se trata de um traço comportamental de caráter anormal ou patológico, mas sim de sua naturalização, como mecanismo ideológico, de origem eurocêntrica e colonialista, no organograma da sociedade. Dessa forma, o subconsciente coletivo atua como uma engrenagem que produz desigualdade racial de modo aparentemente velado, que promove a banalização dos processos discriminatórios (especialmente contra pessoas tornadas periféricas cuja ascendência encontra raízes nos muitos escravizados que, durante o período colonial, foram traficados da África às Américas) e das violências por eles acarretadas, cenário em que a contínua segregação étnica nem mesmo chega a ser considerada racismo. Partindo dessa perspectiva, tornam-se inevitáveis os questionamentos sobre o fato de uma negra, moradora da periferia, em vez de ser, de fato, homenageada no local literário mais bem-conceituado da capital do Rio de Janeiro, ter a qualidade literária de sua escrita atacada, como se aquele lugar não fosse de merecimento para uma autora como Carolina Maria de Jesus, dona de uma voz onde também ecoam as consequências do racismo colonial estruturalmente composto por roupagens diversas, mas com intensidades igualmente devastadoras.

Nesse quadro, o racismo estruturalmente presente nas críticas do cânone literário à obra de Carolina Maria de Jesus, apoiadas na pretensiosa justificativa de que sua linguagem escrita era "pobre" e "de poucos recursos", tinham a finalidade de colocar em xeque os atributos que compõem sua humanidade, posicionando-a em um lugar sociocultural do "não-ser". A figuração de Carolina se atrela ao racial, constituindo uma trama desencadeadora de traumas: o racismo mina as oportunidades de transformações nas desigualdades materiais e simbólicas, estabelecendo a miséria como aparelho mantenedor de situações traumáticas:

> O racismo, por assim dizer, estrutura o Estado brasileiro. Ele é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vividas pelo povo brasileiro. Ele estrutura as condições e possibilidades de trabalho, de estudo, de vínculo (incluindo o casamento e os vínculos amistosos), de liberdade, de lugar (ou não lugar) onde morar, a forma de morrer, etc. Afeta a possibilidade de os negros garantirem o presente, planejarem o futuro, realizarem sonhos, satisfazerem necessidades (Costa, 2012: 16).

A constatação dos traumas originários do racismo estruturalmente continuado na sociedade brasileira, vividos por Carolina Maria de Jesus ao longo da narrativa de *Quarto de Despejo*, pode ser efetivada nas passagens onde é observável a negação da própria negritude como, por exemplo, na percepção da filha de Carolina, Vera Eunice, sobre sua mãe: "ela sorriu e disseme: que está contente comigo e não vai comprar uma mãe branca" (Jesus, 2014: 68). Em outros episódios: "Nunca vi uma preta gostar tanto

de livros quanto você" (Jesus, 2014: 27) e "Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta." (Jesus, 2014: 65).

Mesmo com toda a carga de rejeição e indiferença canônica reservada a *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a obra transpassou barreiras quase intransponíveis como um dos primeiros discursos marginalizados a ter significativo alcance público. Adquiriu massiva importância por conta do franco e perturbador testemunho de uma vida marcada pela privação e minimização da humanidade de sua autora e das pessoas que a cercavam, sob a ótica da extrema pobreza urbana, onde seu cotidiano era desenhado por traumas cíclicos arraigados à violência, miséria e ao racismo.

Por esse motivo, para que se compreenda a urgência social, a legitimidade literária do teor da escrita de Carolina Maria de Jesus, o reconhecimento do caráter artístico do estilo de seu discurso, é de extrema necessidade que a obra seja analisada como meio de ressignificação do que é fazer literatura, observado sob o prisma da transcendência à tradição categórica de conceituação atrelada aos cânones literários. Ainda hoje, em pleno Século XXI, existe, no campo da crítica literária, arraigada à retrógrada tradição canônica, quem seja categórico acerca do que a autora, negra, pouco alfabetizada, pobre e favelada produziu durante sua vida poder ser aceito como literatura, como a escrita encontrasse legitimação e apreciação estilística apenas pela forma de fala de Camões ou, de maneira irônica, de outro escritor negro: Machado de Assis. Desse lugar de observação e análise, torna-se plausível concluir que as críticas à escrita de *Quarto de Despejo* encontram-se mais relacionadas a aspectos interseccionais de opressão do que ao perfil de sua linguagem narrativa, propriamente dita.

De acordo com as pesquisas de Carla Akotirene (2019, p. 27), a definição de interseccionalidade é "abrangente e variada", originária dos anos de 1970, nos Estados Unidos, tendo como marco inicial um ato constituído por mulheres negras lésbicas, denominado *Combahee River*, cuja finalidade essencial consistia no debate sobre o discurso das feministas radicais que delimitavam o feminismo como luta homogênea. Contrários a essa categorização, os estudos interseccionais estabeleceram como ponto focal o deslocamento do conceito primário de luta feminista com o objetivo de desestruturar a pirâmide constituída pelas opressões impostas às mulheres negras, lésbicas e indígenas que, até aquele momento, eram enquadradas em uma gama de estereótipos raciais e classistas: mulher, negra, pobre, tornada periférica, entre outros. Para os teóricos que estudam a interseccionalidade, essas figurações de identidade são

edificadas simultaneamente, sem que haja parâmetros organizacionais pré-estabelecidos.

No contexto literário e social, o banimento canônico, como também editorial, experimentado por Carolina Maria de Jesus e sua mais célebre obra é claro exemplo do viés interseccional dessa exclusão, já que o sujeito não aceito na seara canônica é uma escritora negra, de parca condição socioeconômica, resumido saber escolar, moradora de uma comunidade precária e mãe solo, que encontrava no lixo, o seu sustento. Se, por muito tempo, a escritora branca foi relegada às sombras, não sendo digna de ter a importância, como também a qualidade de sua escrita notada ou reverenciada pela crítica tradicional, a autora negra teve que presenciar o rebaixamento de sua consciência e a desqualificação de suas práticas literárias, provocados por uma escala de opressões de muito maior dimensão. Desse modo, é coerente pontuar que escritoras brancas jamais experimentaram o mesmo peso e consequências dos processos excludentes que as escritoras negras. Davis (2016) quanto à junção de elementos persecutórios que atingem de modo pontual, a mulher preta, destaca que, de forma recorrente, elementos como racismo e sexismo se fundem e oportunizam a associação equivocada dos processos discriminatórios sofridos por mulheres brancas ao peso da opressão que atende as mulheres pretas, sendo esta derivada de fatores que jamais alvejarão uma mulher branca de classe média, como a raça e a classe à qual pertence.

Desde a década de 1970, muitas pesquisadoras e teóricas dedicam-se aos estudos sobre a interseccionalidade como método conceitual que investiga a ligação de interdependência de questões tangentes à raça, classe e sexo, frisando a importância da compreensão sobre elementos como gênero, raça, classe social, juntamente com a sexualidade, como também do modo como esses elementos convergem e influenciam a vida e a identidade das mulheres negras. Entre elas, Patricia Collins, que destacou o coletivo de *Combahee River* como importante marco do movimento feminista negro, bem como na proposição e reivindicação pelo estudo dos elementos que compõem os processos excludentes que atingem especificamente a mulher negra, de forma interseccional, postulando que:

> O manifesto propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres negras exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão (Collins, 2017, p.8).

No estudo sobre o impacto de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* na Literatura Brasileira, como também acerca da ainda presente exclusão de sua autora da categorização literária por parte de significativa parte dos "definidores" do cânone, por quem a pluralidade e riqueza de sua linguagem narrativa é apontada como "não literária", o feminismo interseccional mostra-se como indispensável fator de análise e gerador de transformações que levam à tomada do protagonismo das escritoras negras, constantemente sujeitas a vários modos de silenciamento, como foi e continua sendo Carolina Maria de Jesus, por meio de sua representatividade, um elemento basilar, nesse processo, cumprindo papel primordial rumo à desconstrução de representações sociais pejorativas degradantes, imputadas a grupos social e historicamente tornados marginalizados.

Quanto à ruptura do silenciamento das mulheres negras por meio da efetivação de aportes teóricos e instrumentos epistemológicos voltados às peculiaridades das tecnologias de poder que cerceiam a voz e minimizam a humanidade e existência da mulher preta, como também a amplitude nociva de suas consequências, Lorde (2019) pontua a necessidade de visibilidade da presença das mulheres negras na sociedade, juntamente com a importância de seus discursos como ferramenta de urgente relevância, atuando estas não só contra o silenciamento em si que lhes é continuamente imposto, haja vista que vários outros tipos de silêncio, cuja origem tem berço em muitos fatores, ue convergem em processos de exclusão e minimização humana, com enorme pressa de rompimento.

Portanto, a interseccionalidade, no que se refere a seu papel como elemento investigativo sobre os preconceitos que ainda atingem a obra de Carolina Maria de Jesus, traz luz e contorno ao previsível caráter residente no fato de autoras afro-brasileiras ainda precisarem lutar incessantemente para obterem seus direitos de vez e voz em combates deveras desiguais, desde o passado até hoje, por merecidos espaços de reconhecimento, não de submissão ou adequação, junto aos cânones. Carolina Maria de Jesus tornou-se conhecida tardiamente e seu livro de maior alcance social, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de 1960, precisou de longo tempo para atingir um grau de grande interesse acadêmico.

Portanto, a escritora, ainda que não tenha sido contemporânea e, por essa razão, não ter conhecimento sobre o termo interseccionalidade ou mesmo acerca de movimentos feministas, como também de seu elemento de investigação, por todos os aspectos que constituem a história de sua vida e produção literária, pode e deve ser

considerada como um referencial icônico não somente da literatura de combate às dissonâncias sociais e à crueldade advinda delas, como também do feminismo negro, como estratégia de luta e expressão social da resistência.

CAPÍTULO 2: AS EPÍSTOLAS DE FRANÇOISE EGA

Por se tratar de uma obra cuja autora ainda não tem significativa projeção literária ou acadêmica no Brasil, para analisar *Cartas a Uma Negra*, por seu alto grau de intertextualidade com *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, um dos eixos basilares deste estudo, é condição *sine qua non* que se discorra sobre a biografia, no sentido de construção pessoal e como escritora, de Françoise Ega. Segundo dados biográficos levantados por Siqueira (2022), em sua dissertação de mestrado, seu nome de registro é Françoise Marcelle Marie Vitalline Modock, com nascimento datado em 27 de Novembro de 1920 em Case-Pilote, pequena cidade localizada na Martinica, um país insular na região antilhana do Caribe. Tem como pais Claude Eugène Josué Modock, ex-militar que atuava como guarda florestal e Marie Olive Délie Partel, uma costureira.[9] Pertence à segunda geração de pessoas nascidas livres da família, haja vista que sua avó paterna, Robertine Modock, nasceu um ano antes da abolição da escravidão na Martinica, em 04 de Maio de 1847, sendo alforriada quando tinha 02 anos de idade.

Com a abolição do regime escravocrata no país, em 1848, surgiram pequenas cidades, na Martinica, cujo nome *Morne* as identifica. À época deste fato, ex-escravizados dispunham somente de duas alternativas: trabalhar, com parca renumeração, para aqueles que ainda atuavam como colonizadores ou reconstruírem suas existências nos territórios mais altos e sem habitantes, nas colinas, chamadas *mornes* pelos martinicanos. Por decisão da maior parte dos ex-escravizados, o trabalho agrícola, em nível de subsistência comunitária, se tornou a opção para a construção de uma vida nova. As *Mornes*, que sediaram esse tipo de vida e subsistência até a década de 1970, ainda na atualidade, carregam expressivas marcas históricas de suas origens. Nesse contexto, de acordo com Siqueira (2919), é plausível constatar o quadro de desigualdades racial e social arraigadas à história martinicana, em que o fato de morar ou nascer em uma *morne* se faz de grande relevância para que se compreenda a trajetória de Françoise Ega como mulher negra caribenha, com ascendência de ex-escravizados.

Com origem em Monte Rouge, uma *morne* ao norte da ilha, a família Mordock-Partel passou por diversas transformações advindas de turbulentas condições geográficas próprias do local onde a cidade estava situada, próxima ao vulcão Montagne

---

[7] O conteúdo informacional aqui descrito e utilizado está contido, no site da associação com o nome de Françoise Ega, *Comitê Mam'Ega* , onde constam documentos não publicados, doados por seus filhos.

Pelée. Ocorreu uma erupção 1902, que ocasionou a destruição completa de Saint-Pierre, então capital econômica da Martinica, juntamente com a extinção de sua população, como também a de cidades próximas, sendo o pai de Françoise, Claude Modock, um dos poucos sobreviventes dessa catástrofe.

Devido à ingestão de gás durante a Batalha dos Dardanelos, no decorrer da Primeira Guerra Mundial, o pai de Françoise Ega morreu em 1928. Motivadas por essa perda, sua mãe e três irmãs, Léoni, Yvette e Suzette, transferiram-se para Fort-de-France, atual capital da Martinica. Residindo no bairro Trénelle, de moradia popular e Ega começa seus estudos primários na École Perrinon, onde, em 1929, conclui os anos que, no Brasil, equivalem ao Ensino Fundamental e, com isso, consegue obter o *Certificat d'Études Primaires.* Já em 1936, alcança o *Certificat d'Aptitude Professionnelle*. Em 1939, durante a Segunda Guerra Mundial, Françoise Ega dá início às atividades laborais que a tornariam proeminente no futuro, na cidade francesa de Marselha, ligadas ao ativismo social. Primeiramente, assume a presidência de um clube esportivo de Fort-de-France, atuando, também, na Associação de Guias Turísticos da França (*Guides de France*), onde conhece Frantz Ega que, mais tarde, se tornaria seu esposo.

Em seu primeiro trabalho como datilógrafa, em 1944, Ega atua nas *Forces Françaises de l'Intérieur*, o que a leva a trocar a Martinica por Paris. Já na capital francesa, encontra novamente Frantz, casando-se com ele em 1948. Logo após o casamento, Frantz vai à Indochina (atual Vietnã) para trabalhar como enfermeiro militar, dirigindo-se ao continente africano, em seguida, pelo mesmo motivo. Em 1950, Françoise parte para se encontrar com ele em Casamance (atual Senegal,), indo para uma temporada em Madagascar, em 1953. Por causa do serviço militar de Frantz, a família já formada pelo casal e seus dois primeiros filhos, Jean-Luc, que nasceu em 1952, e Jean-Marc, em 1954, desfrutavam de uma social que possibilitava regalias como ter trabalhadoras à disposição para serviços domésticos. Depois de Frantz ter percorrido, a trabalho, países como a Costa do Marfim, Senegal e Madagascar, fixam, em 1955, residência definitiva em Marselha. Seus outros três filhos nasceram nos anos seguintes: Christiane Toumson-Ega, em 1956, Jean-Pierre, em 1957 e Jean-Michel, em 1958.

Em Marselha, a família Ega se estabelece em bairros da periferia, localizados ao norte da metrópole francesa. No período de uma década, fixa residência em Olives, bairro na fronteira leste, em uma casa de tamanho inadequado para a família. Na comunidade periférica onde morava, segundo o filho Jean-Pierre, fora algumas famílias

de Magreb, região que compreende o norte da África, era a única família negra que nesse núcleo habitava. Por essa razão, logo os filhos de Ega tomam contato com o *bullying* escolar, fato que, junto com o contato com mulheres vindas das Antilhas e seus relatos acerca da desumanidade sofrida por elas, em termos laborais e sociais, levaram Françoise Ega ao engajamento na luta contra contextos socioeconômicos miseráveis aos quais estavam sujeitas suas conterrâneas, gerados por processos de discriminação e exclusão originários de questões raciais, sociais e de gênero.

Ega professava que a instrução é a primeira porta em direção à liberdade, pauta defendida por ela durante toda a sua atuação como ativista. Por conta dessa crença, Françoise ingressa em uma associação de pais de alunos, reforçando a instrução escolar de seus filhos, como também nos processos educacionais de crianças com dificuldades de aprendizado escolar. Defende um olhar mais humanizado, por parte das autoridades governamentais, aos bairros ao norte da cidade, que passavam por intensa ocupação migratória por parte de árabes, italianos e antilhanos, entre pessoas de vários outros países. A comunidade, em um curto período de tempo, a torna conhecida como *Mam'Ega* (contração de *Madame Ega*). Tomou para si a atribuição de endereçar uma missiva ao prefeito da vila onde reivindicava a criação de um centro cultural comunitário e o redirecionamento do trajeto do transporte coletivo, para que tendesse aos bairros periféricos.

Consciente da relevância de sua atuação política, Ega direcionava constantemente suas ações para a comunidade que, de forma crescente, a circundava, identificando-se como militante de esquerda. Integrou a Associação de Imigrantes Antilo-Guianenses de Marselha, a AMITAG (*L'Amicale des Travailleurs Antillais et Guyanais*). Embora a associação tivesse, como participantes, militares e pessoas que faziam parte do governo francês, o contato com essa instituição propiciou à escritora a inserção no cotidiano político local.

Durante o entendimento desse processo de formação política, Françoise Ega tomou conhecimento de *Quarto de Despejo*, obra da autora brasileira Carolina Maria de Jesus. Comprando semanalmente a revista *Paris Match*, periódico notório por publicar reportagens relativas a autores e demais celebridades negras daquele período, entrou em contato com uma reportagem da edição de 05 de Maio de 1962, com Carolina Maria de Jesus como tema central, contendo também um resumo e alguns trechos de *Quarto de despejo* (1960), cujo título era: "Ela escreveu um best-seller com papel recolhido no lixo". Também portando algumas fotos, a matéria continha um perfil um tanto

tendencioso, como se sua intenção fosse conferir ares de “exotismo” à autora: “As duas primeiras fotos, as de maior destaque, no barraco e na praia carioca, servem como resumo iconográfico do artigo: trata-se do registro de um fenômeno literário e social, uma mulher saída da miséria direto para o estrelato.” (Carneiro e Machado *apud* Ega, 2021, p. 245). Ainda morando no bairro de Olives, Françoise Ega dividia seu tempo entre o cuidado com os filhos, a militância requerida pelo ativismo social e os afazeres domésticos. Embora seu marido, mesmo com dificuldade, pudesse garantir os recursos à subsistência familiar, núcleo composto por ela, esposo e cinco filhos, Françoise se pôs à procura de atividade laboral.

Nesse âmbito, é facilmente constatável a projeção que resultou na posterior identificação com *Quarto de Despejo*. Não se trata apenas de se enxergar em grande parte da narrativa de Carolina Maria de Jesus, pois também detectou significativa similaridade entre os fatos narrados na obra com as trajetórias de suas companheiras. As reflexões causadas pela história da escritora brasileira resultam no livro *Cartas a Uma Negra* (cujo título inicial seria *Lettres à Carolina)*, compêndio epistolar que configura uma espécie de resposta à Carolina Maria de Jesus, aos moldes de um diálogo com sua obra mais conhecida.

Um fato histórico paralelo ao início da trajetória de Françoise Ega como escritora, atividade cuja maior fonte de inspiração era Carolina Maria de Jesus, foi a criação, em 1963, do BUMIDOM, *Bureau pour le développement des migrations dans les départements d'outre-mer* (Escritório para o Desenvolvimento das Migrações nos Departamentos Ultramarinos) pelo Primeiro Ministro da França na época, Michel Debré. Essa instituição procurava representar uma espécie de solução para o colapso industrial açucareiro na região insular da Mesoamérica, como também para as questões de natureza demográfica e migratória, no âmbito além-mar. Sua finalidade era agilizar os processos migratórios nos, até então, departamentos franceses das Antilhas para a França. Por meio de promessas que garantiam trabalhos dignos e qualificação profissional, o BUMIDOM promoveu a ida de uma estimativa 90.000 pessoas às grandes cidades francesas, como Paris e Marselha. Porém, de fato, os viajantes depararam com a precariedade de empregos inferiores aos que exerciam em seus países. Conforme Aimé Césaire, essa ação consistia em um “genocídio por substituição”[10], fato exemplificado pelo autor ao citar o repovoamento da Guiana Francesa por meio do

[10] Informações retiradas do site *Une Autre Histoire*.

assentamento de asiáticos e de franceses vindos das metrópoles, em duras condições de sobrevivência.

A intenção desse estratagema tornou-se rapidamente nítida: orquestrar um remanejamento de pessoas com ascendência escravizada para os grandes centros metropolitanos da França, submetendo-as à execução de serviços facilmente classificáveis como subempregos, refazendo a densidade demográfica de seus postos na América Central com contingente populacional branco. De acordo com Françoise Vergès, em uma reportagem durante a qual concedeu uma entrevista[11], o BUMIDOM "[...] visava não só preencher a escassez de mão-de-obra na França, como também evitar a participação de imigrantes jovens em lutas decoloniais que, à época, ganhavam expressiva proeminência, especificamente por causa da reunião com o Partido Comunista Reunionense."[12]

A mudança de Françoise Ega para a comunidade Saint Barthélemy, na *cité de la Busserine*, condomínios de moradia popular nas adjacências do bairro Olives, ocorreu em 1969, momento em que eram intensos os debates do BUMIDOM sobre assuntos políticos e, também, os movimentos reivindicatórios por independência nos pontos ainda sob domínio francês, na América Central insular. Por fazer parte do AMITAG, Ega era vista como conservadora, haja vista que a maior parte dos associados dessa instituição posicionava-se desfavoravelmente em relação à independência dos departamentos ultramarinos, mostrando-se simpática à soberania da França sobre eles, que era mantida por meio de violência.

O caso do professor e filósofo natural da ilha de Guadalupe, Yves Leborgne, é um evidente exemplo desse quadro, pois foi escalado para cumprir, contra sua vontade, expediente em uma escola na França continental, deixando à força sua terra natal. Por integrar movimentos ativistas em favor da Independência, foi proibido de voltar à Guadalupe pelo Governo Francês, pois era visto como forte influência nas lutas pela libertação de seu território do subjugo francês. Ega fez parte de uma movimentação nacional em prol da liberdade de Leborgne, em 1971. Ainda que tivesse estreitas relações com o médico psiquiatra Emile Monnerot, que assina a autoria do prefácio de seus livros, e do advogado martinicano Marcel Manville, pessoas claramente a favor da

---

[11] Conteúdo coletado do site *Entretien avec Fraçoise Vergès.*

[12] Tradução minha, a partir de trecho do texto em Francês: "*[...] voulait pallier le manque de main-d'oeuvre en France mais aussi empêcher la participation de cette jeunesse aux luttes de décolonisation, qui étaient alors très vigoureuses, en particulier à La Réunion autour du Parti communiste réunionnais.*"

independência dos departamentos ultramarinos, sua adesão ao movimento pela libertação de Leborgne só foi efetivada depois de seu desligamento do AMITAG.

Mesmo assim, Françoise Ega decide não abandonar sua atuação em associações de caráter comunitário. Cria a Associação Cultural e Esportiva Antilo-Guianense, ACSAG (*L'Association Culturelle et Sportive Antillo-Guyanaise*), cujo objetivo era a criação de espaços destinados a eventos culturais dos quais os imigrantes das Antilhas, como também da Guiana Francesa e demais países do Caribe, pudessem participar. Atua, também, nas atividades voltadas à catequese da *Chapelle de Sainte-Claire*. Foi durante uma das atividades da igreja, local de forte simbolismo para os antilhanos residentes em Marselha, especificamente na entrada desse templo, situado ao centro da *cité* de Busserine que, em 08 de março de 1976, em uma tarde de domingo, Françoise acabou por falecer precocemente, de um ataque cardíaco.

Segundo sua família e várias publicações de periódicos contemporâneos à morte de Ega,[13] os habitantes de Busserine e das comunidades periféricas adjacentes realizaram uma extensa procissão conduzindo seu corpo. Depois de seu velório, em Marselha, Françoise Ega voltou ao seu país de berço, por mar, para que seu sepultamento fosse efetuado no cemitério de Morne-Rouge, junto de seus familiares.

Hoje, a força de seu legado e imponência de sua presença continuam vívidas no *Espace Culturel Busserin*e, marco que cumpre a função de homenageá-la já com uma placa memorial em sua porta de entrada, como também no *Comité Mam'Ega*, cuja criação data de 1988, com a intenção de dar continuidade ao ativismo comunitário conduzido de forma tão esmerada por Françoise Ega. Sob a curadoria de seus filhos, conta com a atuação voluntária de diversos integrantes que dão andamento a um calendário de muitas ações comunitárias, todas de enorme relevância para os habitantes das comunidades próximas, tais como: ateliês de escrita, leitura infantil, debates e rodas de conversa, exposições, encenações teatrais e outros eventos culturais.

Embora tenha falecido precocemente, Françoise Ega deixou vários manuscritos. Foram publicados três de seus livros, mas somente *Le temps de Madras*, de 1966, foi lançado enquanto sua autora era viva, pelo selo editorial Éditions Maritimes et d'Outre-mer, de Paris.[14] Em seu lançamento, foi realizado um evento na Associação de Imigrantes Antilho-Guianenses (AMITAG), por ser a primeira obra escrita e lançada

---

[13] Informações retiradas do seguinte site: *Comitê Mam'Ega*.

[14] Dados bibliográficos e biográficos, como vida e obra de Françoise Ega, estão contidos no artigo *Aquela que diz não à sombra: biografia e obra da escritora martinicana Françoise Ega*, Caligrama, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 57-75, 2020.

pela autora, em vida. O livro passou por uma reedição em 1989, a cargo da editora l'Harmattan.

Composto por 18 capítulos, o livro é caracterizado por uma narrativa em primeira pessoa, com elementos romanescos, como também alguns deles próprios do conto e outros, de linguagem referencial, jornalística, com eixo temático centrado em suas memórias que remontam seus tempos de menina. O psiquiatra martinicano Emile Monnerot, nascido na Martinica e autor do prefácio da obra (autor, também, do prefácio de *Lettres à une noire*) conceitua *Le temps de Madras*:

> O livro de Françoise Ega não é um romance, um conto, nem uma reportagem. É uma narrativa em primeira pessoa, um testemunho um pouco autobiográfico da sua realidade martinicana. No entanto, essa narrativa, verdadeira observação naturalista, possui essas três modalidades de expressão. Do romance, ela pega emprestado a trama dramática no sentido etimológico, ou seja, os personagens descritos em seus movimentos interno e externo, colocados em situações e interações em movimento. Do conto, ela se vale da ambientação sobrenatural e da atmosfera de espera, vizinha do "suspense". Da reportagem, fica o espírito documentarista e sua pesquisa da realidade[15] (Monnerot *apud* Ega, 1989, p. 9).

De acordo com Siqueira (2022), um claro exemplo do caráter sócio-histórico e documental, também contido na obra, é seu próprio nome, cuja tradução para o Português, "O tempo dos madras", remete a um tipo de tecido característico da região francesa das Antilhas, sendo também um elemento ilustrativo da Guiana Francesa, conhecido por suas cores de tons vibrantes, com padronizações geométricas, geralmente xadrezes e listras. Largamente presente na confecção de indumentárias tradicionais e outros itens de vestuário, especialmente camisas, o madras é célebre por ser utilizado nos turbantes adotados cotidianamente pelas mulheres caribenhas das Antilhas, ainda na atualidade. Por essa razão, esses turbantes são repletos de expressiva carga histórica, enquanto traje de objetivo tradicional. Incorporado ao uso como peça acessória ou principal na composição de roupas das terras insulares do Caribe nas últimas décadas do século XVIII e com origem na Índia, o madras era dotado de diversas expressões de significado, nas sociedades antilhanas, indicando, por exemplo, o status relacional das mulheres, como também o tipo de festa para onde intencionavam ir.

---

[15] Tradução minha, a partir do texto em Francês: *Le livre de Françoise Ega n'est pas un roman, un conte, ni un reportage. C'est un récit à la première personne, un témoignage quelque peu autobiographique de sa réalité martiniquaise. Ce récit, véritable observation naturaliste contient cependant ces trois modalités d'expression: Au roman, il emprunte sa trame dramatique au sens étymologique, c'est-à-dire des personnages décrits dans leur mouvement intérieur et extérieur : eux-mêmes placés dans des situations et des interactions en mouvement. Au conte, il doit son ambiance supranaturelle et son atmosphère d'attente voisine du "suspense". Il tient du reportage par son esprit documentaire et sa recherche de la réalité.*

A forma como os turbantes confeccionados por esse tecido eram amarrados também carregava mensagens específicas. Uma amarração de duas pontas (deux bouts) indicava a condição de solteira, de uma mulher. Porém, se os turbantes se encontrassem presos à amarração de três pontas (trois bouts) sinalizava que a mulher que a usasse era casada. Portanto, o nome dado por Françoise Ega à obra é uma clara alusão ao período em que as mulheres utilizavam esse tecido para estas finalidades.

De forma similar a *Cartas a Uma Negra*, a publicação de seu último livro também ocorreu após sua morte, em 2000, por meio do Comité Mam'Ega, na Editora L'Harmattan, *L'alizé ne soufflait plus (Antan Robè)*. A obra tem como eixo temático central a trajetória de um jovem casal martinicano que morava em Fort-de-France, em 1939, ano em que foi iniciada a Segunda Guerra Mundial. Na contramão de suas outras obras, sua narrativa transcorre em terceira pessoa, sendo dividida em 15 capítulos e um epílogo.

Assim como a obra de Ega em sua totalidade, esse livro é delineado por fortes traços sociológicos e históricos. O subtítulo escolhido, *Antan Robè*, faz referência à época que os habitantes da Martinica nomeiam como "do tempo de Robert", regime autoritarista encabeçado pelo Almirante Georges Robert que, por indicação do Marechal Pétain, governou o país. Nesse período, víveres destinados à alimentação primária, como farinha, carne, além de produtos básicos de higiene e tecidos entraram em larga escassez, direcionando o povo da ilha à subsistência pautada na produção artesanal, para sobreviver.

Outro fator característico do período referenciado no livro reside nas altas taxas de mortalidade infantil, consequência da guerra ocorrida na Martinica, cujos tempos remetiam a Robert, onde Telliam, um jovem martinicano de uma família financeiramente privilegiada e, previsivelmentente, permeada por fortes preconceitos, abandona sua casa para residir em Fort-de-France com Chabine, moça de origem camponesa e sem nenhuma instrução institucionalizada. Em Trénelle, vizinhança de moradias populares onde moram, Telliam e seus vizinhos organizam rodas de conversa na praça principal do bairro, a fim de angariarem notícias acerca dos acontecimentos relativos à Segunda Guerra Mundial. Em pouco tempo, percebem que lhes será imposta a partida para a região metropolitana, na França, com o objetivo de lutar pela "Mère Patrie." [16] Ao aportar na França, encontraram a hostilidade do clima frio e do racismo, o

[16] Do Francês, "Pátria-Mãe."

que contribuiu para que homens martinicanos pertencentes a classes sociais diferentes se unissem. Enquanto isso, em Fort-de-France, as mulheres que faziam parte de suas vidas (mães, irmãs e companheiras) continuavam sob o domínio governamental de Robert.

A recorrência tangente às causas sociais nos temas apresentados na narrativa de Françoise Ega é um elemento facilmente constatável em suas três obras publicadas. Tendo sua história de vida como pano de fundo para relatar o panorama sócio-histórico da Martinica, em primeiro quadro, seguido da ilustração de mesmo cunho de Marselha e da própria França, de um modo geral, sendo esse o ponto focal de ligação entre as obras da escritora. Essa construção de si, enquanto autora e intelectual negra, propicia sua entrada na tradição de escritoras caribenhas e afro-americanas.

2.1 *Cartas a Uma Negra*: as misérias irmãs

O livro *Cartas a Uma Negra* é a primeira das obras de Françoise Ega a ser traduzida para o Português, com publicação no Brasil. Originalmente lançado em 1978, tem como pilares estruturais o gênero epistolar e a narrativa autodiegética. A composição da obra consiste em um conjunto de cartas escritas entre Maio de 1962 e Junho de 1964, que retratam não só o cotidiano áspero e repleto de obstáculos de diversas naturezas que, de forma interseccional, oprimem sua autora, mas também a figuração identitária de Françoise Ega: mulher, negra, moradora de uma área periférica de Marselha (França), imigrante. Ega, devido vários tipos de preconceitos, não consegue trabalho como datilógrafa, sua formação profissional, e se torna trabalhadora doméstica mesmo seu marido se opondo a isso, alegando que, mesmo com algumas limitações financeiras, poderia sustentar a família. A estrutura literária de *Cartas a Uma Negra* é composta por missivas que tomam, como pretensa destinatária, outra também escritora negra e tornada periférica: a brasileira Carolina Maria de Jesus.

No que é reativo à finalidade da carta como instrumento de contato de remetente com destinatário, Foucault (2006, p. 149-159) afirma que a missiva “é algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro.” Afinal, em nível de figuração da pessoalidade, “ela constitui, também, uma maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros”. Destaca ainda que esse tipo de texto “faz o escritor “presente” àquele a quem a se dirige”, haja vista que a escrita é o exercício de “mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao

outro", sendo também "simultaneamente, um olhar que se volta para o destinatário e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz". Através de carta, "abrimo-nos ao olhar dos outros e instalamos o nosso correspondente no lugar do deus interior." Foucault explicita que a demanda operada pela carta sobre o destinatário, que é efetivada, também, sobre o autor por meio da carta endereçada a um pretenso leitor, é carregada de uma "introspecção" que pode ser compreendida como "uma abertura de si que se dá ao outro" (Foucault, 2006, p. 152).

Ainda segundo Foucault (2006, p. 152), essa abertura possibilita a "constituição de uma narrativa de si", onde "a narrativa da relação de si" traz luz a dois elementos que, paulatinamente, são elevados ao status de objetos dotados de privilégios na relação entre a escrita e a representação de si: o corpo e os dias entre a composição, o envio e o recebimento, real ou idealizado, da carta.

Tomando ainda como base o estudo de Foucault acerca da *Escrita de si*, na seção "Correspondência", tendo como foco as cartas de Sêneca cujo destinatário é Lucílio, é possível aprofundar-se no estudo do gênero epistolar utilizando, como suporte teórico, o material do pesquisador Marcos Antonio de Moraes (2008a, p. 8), que resgata, como objeto de análise, a crônica *A quem pertence uma carta*, do livro *Pour l'Autobiographie* (1998), de Philippe Lejeune, destacando o desvelo com o qual esse texto desvenda "a complexa natureza das mensagens epistolares: a carta, por definição, é uma partilha. Tem diversas faces: é um objeto (que se troca), um ato (que coloca em cena o 'eu', o 'ele' e os outros), um texto (que se pode publicar...)", explica Moraes (2008a, p. 9), ressaltando que "cada uma dessas perspectivas (carta/objeto; carta/ato; carta/texto) orbita uma constelação de assuntos, significados e indagações."

No que é relativo à escrita de Françoise Ega como meio de interlocução por meio de correspondência epistolar com Carolina Maria de Jesus, ainda que de forma projetiva, é providencial destacar que, de acordo com Moraes (2007, p. 30), a correspondência entre escritores, artistas plásticos, músicos e intelectuais das múltiplas áreas de conhecimento, mesmo que não tenham atingido esse patamar em vida, como é o caso de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, possibilita abertura para "três perspectivas de estudo".

A primeira variante de investigação do gênero epistolar encontra base na recuperação do aspecto testemunhal da carta como expressão de um perfil caracterizado pela autobiografia porque, ainda conforme Moraes, "confidências e impressões espalhadas pela correspondência de um artista, contam a trajetória de uma vida,

delineando uma psicologia peculiar que ajuda a compreender os meandros da criação literária". Já a segunda reside na apreensão dos conhecimentos sobre os bastidores dos movimentos artísticos e literários de um período específico, haja vista que:

> As estratégias de divulgação de um projeto estético, as dissensões nos grupos e os comentários acerca da produção contemporânea aos diálogos contribuem para que se possa compreender que a cena artística tem raízes profundas nos 'bastidores', onde, muitas vezes, situam-se as linhas de força do movimento (Moraes, 2007, p. 30).

No que concerne à terceira variante, o autor destaca que é aquela onde a interpretação textual da carta como um arquivo criativo, uma espécie de lugar onde se encontram fixados os pontos de origem e as diversas fases da construção de uma obra de arte, desde seu início até a contemplação e recepção crítica de quem a lê, o que favorece a sua recriação. Nessa esfera, Moraes postula que a carta ocupa justo lugar de obra artística.

No âmbito do caráter pessoal da carta como instrumento de expressão de seu autor, seja em esfera empírica, seja na subjetiva, presentes de forma massiva em *Cartas a Uma Negra*, é possível aplicar o estudo das cartas de Ega, a conjectura de Ronald Freedman que aponta que como documento a carta diz "supostamente diz a verdade, como testemunho que vai além da esfera do privado, passa a ser olhado por todos e a crítica pode agora opinar sobre as informações que ali aparecem representadas" (1971, p. 294-295 *apud* Vasconcellos, 2008, p. 381). Isto é, no mesmo espaço que as biografias, os diários e as autobiografias, são considerados os documentos expressivos mais acessíveis, variando de acordo com o ambiente cultural de seus emissores. Assim que ocorre sua publicação, a carta é permeada por uma nova característica. Porém, adverte Vasconcellos que, na visão dos críticos literários de arcabouço canônico, "autores mudam de opinião ou de pontos de vista e as cartas escritas em determinada época podem ser repudiadas posteriormente" (2008, p. 381).

Por esse motivo, o gênero epistolar foi estigmatizado, por seu aspecto nômade, no trânsito entre remetente e destinatário, como peregrino, proscrito, sendo reduzido, ao longo dos estudos literários, a um limbo de subalternação. São textos de composição intimamente ligados à história de quem os remete e a quem são endereçados, podendo ser editados ou destruídos. Por esse aspecto volátil de sua conservação ou fidedignidade, são vistos como pertencentes a um "subgênero", de classificação secundária. Só passam por alguma espécie de exaltação quando evidenciam elementos

biográficos até então cercados pelas névoas do mistério ou quando, de modo alternativo à História, elucidam ocorrências sócio-históricas.

Os estudos sobre a carta como gênero literário, mesmo com constatável evolução no contexto da poética e da crítica literária, não desfrutam ainda de uma análise mais objetivamente apropriada, com aportes teóricos mais específicos, que intervenham como um suporte teórico com solidez e coerência para a devida investigação desta rica seara literária e sociolinguística, onde está claramente inserida. Por reunir elementos que partem de sujeitos que compartilham de uma enunciação não metafórica, haja vista que remetente e destinatário não atuam, a priori, de maneira ficcional, no processo de correspondência, o texto epistolar tem, no compartilhamento identitário, sua essência que pode reunir um caráter documental a elementos ficcionais ou licenças poéticas, no intuito de estabelecer a exposição do *eu* com a possível reciprocidade do outro. Como objeto de estudo literário da carta como meio da expressão de si e da partilha identitária com o receptor, Benoit afirma:

> A carta é a expressão escrita de um "eu" não metafórico (quem assina corresponde ao sujeito enunciador) que se dirige a um destinatário também não metafórico, tendo esta dupla restrição à finalidade de eliminar desta nossa análise a ficção epistolar. Forma de comunicação e de troca, o texto epistolar une, num projeto comum, duas instâncias (destinador e destinatário) postulando-se o conceito de reciprocidade. Nascido de uma ausência conotada negativamente, o texto epistolar tem, amiúde, uma função metonímica e testemunha, de forma eloquente, a coalescência de diversas temporalidades. [17] (Benoit, 1996, p. 47).

A busca por um novo olhar literário sobre o gênero epistolar é expressa pelo posicionamento de teóricos como Janet Altman que, já em 1982, por meio de sua obra *Epistolary, Approaches to a Form*,[18] lançava mão de uma nova definição, para a qual cria a denominação "epistolaridade" ("*epistolarity"*). Mesmo que o livro divague de maneira não muito aprofundada, algo simplória, através de uma conceituação limitante da amplitude de possibilidades da carta ou de um conjunto delas como instrumento literário, que denomina como o "romance epistolar", é válido frisar que a autora aponta para a necessidade de se criar novos campos semânticos para estudar esse tipo de texto,

---

[17] Tradução e adaptação textual minha, a partir de: La lettre est l'expression écrite d'un « je » non métaphorique (qui la signe correspond au sujet énonciateur) qui s'adresse à un destinataire non métaphorique, cette double restriction ayant pour but d'éliminer de notre analyse la fiction épistolaire. Forme de communication et d'échange, le texte épistolaire réunit, dans un projet commun, deux instances (expéditeur et destinataire) postulant la notion de réciprocité. Né d'une absence à connotation négative, le texte épistolaire a souvent une fonction métonymique et témoigne avec éloquence de la coalescence de différentes temporalités (Benoit, 1996, p. 47).

[18] Janet Altman, *Epistolary, Approaches to a Form*, Columbus, Ohio State University Press, 1982.

para investigar, de maneira indistinta, a variedade de composições e finalidades dos textos epistolares. Contudo, conforme observa Vasconcellos (2008), às cartas cuja intenção, efetivada ou não, é alcançar um destinatário real, devem ser conferidos os elementos documentais e literários, especificamente como partes essenciais da escrita de um autor, pois "apesar de não haver na correspondência intenção artística, ela pode ser considerada um gênero literário, isto é, ganha uma pátina estética literária" (Vasconcellos, 2008, p. 381-382).

Ainda quanto à inclusão da epístola como gênero literário, Walnice Nogueira Galvão, especialista na área, em entrevista concedida à revista *Teresa*, orquestrada por outro teórico ligado ao gênero, Marcos Moraes, esclarece, tomando como ponto de partida o texto *Linguística e Poética* de Roman Jakobson, que "desfrutamos, de alguma forma, da licença para trabalhar com a carta nos estudos Literários" (Galvão, 2008, p. 23). Nessa entrevista, quando perguntada acerca da contemplação da "carta como "material auxiliar", jamais como "texto literário" e se essa ocorrência está conectada à falta de um mecanismo de interpretação apropriado a este tipo de investigação, a estudiosa responde: "Marcos, é gente como você que está criando o instrumental" (Galvão, 2008, p. 24). Em seguida, Moraes questiona "se não dá para analisar a carta lançando mão de termos como "foco narrativo", "tipologia de personagens", "espaço", "tempo"...", obtendo como resposta: "as cartas da Madame de Sévigné têm foco narrativo, têm personagens, têm tudo isso [...]. Depende da carta, depende do epistológrafo." Todavia, "nós ainda não temos uma teoria da carta, precisamos acumular mais cartas e acumular mais estudos sobre cartas, para chegar a uma teoria" (2008, p. 24). Em continuidade, nessa conversa, Galvão destaca que o limite da carta precisa deixar de ser um instrumento documental exclusivamente histórico, já que também expressa, no exercício da escrita, aspectos ficcionais, podendo ser, também, uma variante da metaficção no contexto da escrita literária:

> Como saber se a pessoa está inventando? Frequentemente, está... Proust inventava à beça nas cartas, queixando-se tanto e de tantas doenças que dá para desconfiar se não seria invenção, uma forma de distanciamento... [...]. Algumas cartas são mais documentos do que outras. O difícil está em você equilibrar esses dois pratos da balança, entre o que é documento e o que é invenção. Se há invenção, a invenção pode ser criação artística também (Galvão, 2008, p. 26).

Para que sejam fornecidos meios para o estudo do gênero epistolar não somente como uma vertente histórica ou documental da escrita, urge que teóricos e pesquisadores do tema demandem atenção específica para o fato de que, enquanto

forma literária, a carta também dever ser vista como aspecto da criação artística de seu autor, sem que isso a caracterize como elemento meramente estilístico e de cunho essencialmente íntimo, particular, tornando-se obra relevante no conjunto de quem a escreve.

Como o ato de dar contornos fictícios à realidade é uma das partes fundamentais do fazer literário, sendo este marcado pela pluralidade discursiva, sem obrigação pontual com a veracidade objetiva dos fatos, a epístola deve ser examinada literariamente, como um compêndio cuja finalidade mora na expressividade da informação acerca do transcorrer da vida de quem a emite, informada ao destinatário por meio de livres recursos textuais, de estilo e delineamento, dos fatos descritos, sendo recebida como uma espécie verossimilhante de verdade e, por esse motivo, pertencendo à literatura, por excelência. Até porque, é sabido que o remetente não tem a obrigação de relatar fidedignamente qualquer situação, em suas cartas, podendo omitir elementos ou "fantasiar" detalhes, por meio de recursos líricos ou de metaficção, se assim o desejar.

A lentidão da caminhada do gênero epistolar rumo ao reconhecimento desse tipo de escrita como literatura, paradoxalmente, proporciona a esse tipo de escrita maior alcance de possibilidades de autonomia expressiva. Devido ao enquadramento ainda vigente da carta em uma tipologia textual menos passível de padronizações ou classificações, o escritor/remetente de uma carta goza de maior liberdade de uso dos meios para externar sua subjetividade, em nível de percepção e interpretação da realidade que o cerca.

A despeito dos elementos documentais que englobam gêneros fundamentalmente históricos, científicos e burocráticos que podem estar presentes na estrutura diegética de uma carta, que primam pela objetividade e impessoalidade, de acordo com Passos (2003, p. 101), o gênero epistolar, especialmente na relação autor/escritor e destinatário/leitor, é composto por "características interativas e subjetivas" como na "desinência número/pessoal dos verbos" que trazem à tona a "marcação da subjetividade, prevalecendo o eu como elemento centralizador".

Uma das qualidades mais marcantes do gênero epistolar é, também, a relatividade de seu contexto temporal. Mesmo quando há marcação cronológica na missiva, o que ocorre na maioria dos casos, a carta parece desfrutar de uma delimitação temporal mais flutuante, devido à liberdade que lhe é conferida por seu elemento subjetivo, ao passo que diversos outros gêneros têm um limite de tempo amplamente

durador e outros parecem envelhecer mais velozmente, sendo “sincronizados com o emergir e o repercutir dos acontecimentos” (Marques de Melo, 2003a, p. 66).

Dessa forma é coerente postular que as cartas podem ser examinadas e temporalmente entendidas em épocas diferentes, não dependendo necessariamente de sua estrutura cronológica, da qual retoricamente se originou. Portanto, a carta está situada em um lugar de relatividade temporal por não ser dependente de fatores como o imediatismo cronológico, na esfera de sua análise como obra literária, sendo compreendida “de modo temporalmente mais desfocado”, pois “não coincidem como o seu [dos fatos] momento eclosivo” (Marques de Melo, 2003a, p. 66).

Paredes Silva (1988) destaca que, por pertencer a um gênero de maior amplitude estrutural, não estando presa a convenções textuais compromissadas com a veracidade documental ou histórica de seu conteúdo, ainda que reflita ambos os aspectos em sua escrita, a carta tem maior proximidade com uma “conversa solta”, de natureza pessoal, revelando-se, nesse aspecto, textualmente produtiva. No teor de sua escrita, em âmbito de figuração, apresenta elevado nível de casualidade prosaica. Fatos empíricos cotidianos são sucessivamente destrinchados, também, ao decorrer das circunstâncias, como da mesma forma surgem, no ato de redigir uma missiva, digressões, associações e memórias.

Nas muitas missivas que compõem *Cartas a Uma Negra*, um elemento notório, no que tange à força da história narrada e potencial alcance literário e social, consiste no sentimento que se encontra acima do mero encontro com o indivíduo, sendo, como construção literária, um lugar onde há um duplo destinatário: aquele para quem a carta foi escrita e, de modo geral, ao “leitor desconhecido.” Conforme Calligaris, apesar de autobiográficos, esses textos configuram cartas para todos:

> O escrito autobiográfico implica uma cultura na qual, por exemplo, o indivíduo (seja qual for sua relevância cultural) situe sua vida ou seu destino acima da comunidade a que ele pertence, na qual ele conceba sua vida não como uma confirmação das regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada. Ou ainda uma cultura na qual importe ao indivíduo durar, sobreviver pessoalmente na memória dos outros. (1997, p. 2).

Essa conjectura encontra afinidade teórica na afirmativa de Geneviève Haroche-Bouzinac (1995), que caracteriza o gênero epistolar por meio da polissemia e hibridismo que lhe são peculiares, como detentor de um “caráter essencialmente híbrido do gênero” (p. 10), sendo permeado por uma “instabilidade de suas formas”, “por isso mesmo, sempre em movimento”, o que o conceitua como um “gênero de fronteira”.

Devido a todos os seus matizes teóricos e de expressão, a carta é dona de um amplo conjunto de direções analíticas, encontrando-se em uma “trave de equilíbrio” que não a generaliza, conferindo-lhe multiplicidade conceitual, juntamente com uma evidente fortuna no campo da abordagem e desempenho, além do frutífero meio de debates ocasionados por estes tipos de textos.

Retornando a relação entre remetente e destinatário, Philippe Lejeune (1988) debate o direito de posse da carta, com ênfase no processo de correspondência, individual ou coletiva, no caso de sua publicação em veículo histórico, jornalístico ou literário. Este é um elemento de importante função no estudo do Gênero Epistolar, particularmente das missivas que, por meio de inserção no mercado editorial, adquiriram status público, como é o caso de Cartas *a Uma Negra*, não tendo significativa relevância o fato de haver ou não consentimento de quem remete ou recebe. Porém, esta não é o único fator intrigante, haja vista que esse tipo de investigação lida com a complexidade de um modo de escrever que transita entre os limites do que é considerado público ou privado, escrita autobiográfica ou algo cênica, que pode mesclar verdade e ficção, o que acarreta certa flutuação entre a fronteira, por vezes tênue, entre a história e a literatura. Sobre a observação da relação de pertencimento que envolve o envio e a recepção de uma missiva, por meio sua colocação como objeto de pesquisa estética, documental, histórica e/ou literária, enquanto obra que pode transcender o âmbito privado, Kaufmann afirma:

> A correspondência é para alguns escritores, independentemente de seu eventual valor estético, uma passagem obrigatória, um meio privilegiado de ter acesso a uma obra, o elo que falta entre o homem e a obra. As correspondências representam um corpus, ao mesmo tempo, superabundante e sempre lacunar (1990, p. 80).

Dessa forma, por conta das questões acerca do pertencimento da carta, na troca entre quem escreve e a quem é destinada, e de seu lugar na literatura, o gênero epistolar encontra-se marcado por complexa diversidade de categorizações dos componentes que as sedimentam, principalmente quando se alcança a certeza de que a carta é carregada de enorme relevância e preciosismo que transcende a visão unilateral de que esse tipo de escrita está limitado somente ao âmbito do envio, recepção ou troca de informações mera ou pretensamente verídicas. Quando lançada editorialmente, torna-se obra pública que, primeiramente, partiu de um ponto de origem primeiramente individual, direcionado, pautado pelo elo remetente-destinatário.

Todavia, essas fronteiras denominacionais passam constantemente por diversas metamorfoses, ganhando novas definições e atingindo novos lugares e atribuições, passando a exercer função privada ou social, referencial ou de estética que remete ao lirismo poético, de cunho íntimo ou sócio-histórico, de escrita informal, coloquialmente cotidiana, barroca ou mesmo parnasiana. O elemento volátil da dinâmica que envolve a amálgama de componentes diversos que é inerente ao gênero epistolar o torna, essencialmente, uma tipologia textual com devido espaço no seio da literatura.

Como elemento motivador, que norteia a escrita epistolar de Françoise Ega, o periódico mensal *Paris Match*, cuja edição data de maio de 1962, foi onde Ega tomou conhecimento da existência da obra e história de Carolina Maria de Jesus. A partir desse primeiro contato, houve a constatação de que ambas, guardados os devidos contextos especiais, temporais, históricos e sociais, foram posicionadas às margens das sociedades das quais faziam parte, limitando-as ao "quarto de despejo" de seus convívios sociais (Siqueira e Lucena, 2020, p. 63).

Tendo sua primeira publicação em 1978, um ano depois da morte da autora brasileira a quem suas cartas são destinadas, e dois anos após o falecimento de Ega, em 1976, a obra é composta por 156 textos de estrutura epistolar. A autora caribenha relata à sua interlocutora não só os duros percalços de sua vida diária, mas também as agruras do transcorrer do processo que dá forma à narrativa de *Cartas a Uma Negra*, como os processos de subalternação e rebaixamento da humanidade, sofridos pelas mulheres de origem afro-americana, vindas do Caribe e Guiana Francesa, nas casas de família francesas. Por questões de identificação dos elementos semelhantes nas histórias de ambas, Françoise fez questão de explicitar que não leu integralmente Carolina Maria de Jesus, tomando contato apenas com alguns trechos durante a leitura na revista, o que transformou esse acontecimento em um tipo de leitura peculiar, único, de *Quarto de despejo*, partindo do ponto de comparação com sua própria trajetória.

A identificação de Françoise Ega com o conteúdo de *Quarto de Despejo* evidencia a concreta possibilidade de apropriar-se da essência de uma obra e até nutrir simpatia e afeto por ela, ainda que a leitura completa não tenha sido efetivada, exemplo disso configurado na situação da qual Françoise Ega e *Quarto de Despejo* são protagonistas. Partindo desse ponto de observação, Carneiro e Machado (2021) frisam que Françoise Ega não obteve acesso direto, físico, ao livro de Carolina Maria de Jesus, tendo seu esposo buscado contatar o repórter que redigiu a coluna no periódico anteriormente citado, visando adquirir um exemplar, sem sucesso. Com o título "*Ela*

Escreveu um Best-Seller com Papel Recolhido no Lixo", a reportagem capturou o interesse da autora martinicana que, enquanto lia a revista, encontrava-se no transporte coletivo para chegar ao trabalho, a atividade doméstica: "Eu descobri você, Carolina, no ônibus". (Ega, 2021, p. 6).

A coluna contida na revista atuou como ponto focal da atenção de Françoise Ega à história de Carolina Maria de Jesus, revelando-se suficiente para que a escritora antilhana sentisse a necessidade de criar um elo epistolar com a autora brasileira. Na missiva cujo título é "Maio de 1962", que abre a obra, Ega mostra-se taxativa: "[...] Na favela, você nunca foi capaz de pensar em nada além do pão de cada dia. Penso que isso me aproxima de você, Carolina Maria de Jesus" (Ega, 2021, p. 7). Nesta fala, é perceptível a presença dos elementos que encurtam as distâncias entre ambas, com base primária em seus cotidianos adversos, marcados pelos vários processos de marginalização aos quais estavam sujeitas.

Do ponto de vista literário, Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus encontram estreita ligação entre si por meio do relato de suas histórias, mais pontualmente das dificuldades enfrentadas por quem, em seu dia-a-dia, é alvo de diversos engendramentos discriminatórios, relatando a dor da negação à dignidade que pudesse ser referendada por direitos legal e socialmente assegurados, por meio de uma escrita carregada de elementos autobiográficos, em forma de carta e o diário, respectivamente, para uma forma de escrever estruturada na narração, de acordo com Genette (1980), autodiegética, instrumento tomado como meio da figuração de si. Destarte, é providencial afirmar que o relato escrito das próprias experiências, concretas ou subjetivas, apresenta dois modos distintos de percepção da realidade: o primeiro mostra-se ligado à forma como é expressa a percepção subjetiva do mundo circundante de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus. Quanto ao segundo, trata da maneira de interpretar o ambiente empírico da perspectiva de contemplação das autoras, pois embora suas narrativas sejam predominantemente dotadas de realidade, apresentam figurações, em um ponto ou outro, delineadas por recursos líricos ou metafóricos que as afastam da escrita simploriamente referencial.

As variações existentes na estrutura na representação da realidade concreta são largamente abordadas por Calvino (2009, p. 9), quando o autor postula que, "como a literatura não tem por obrigação conhecer unicamente o real, pode apropriar-se somente de alguns de seus níveis." Portanto, não é incoerente afirmar que, no tocante à realidade retratada nas obras das autoras, sua representação está fortemente ligada ao interno,

subjetivo, sendo esses aspectos amplamente ressaltados na escrita de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus. Essa configuração narrativa auxilia o leitor no entendimento dos diversos níveis de verossimilhança, fator que Calvino conceitua como "olhar de fora" do interno e, no caso de Ega e De Jesus, acompanhado do tempo histórico que molda suas vivências.

Calvino (2009, p. 9) é enfático, também, ao destacar que, devido às variações de percepção sócio-histórica de tempo e espaço, "ninguém se coloca inteiramente na escrita de sua obra", já que a ilustração de si, por meio da escrita, em nível estilístico, pode ser algo de natureza delicada e, por esse motivo, a veracidade de seu teor pode ser tanto próxima do real quanto do ficcional, onde o *Eu* pode ser delineado de forma algo ambígua. No caso de Françoise Ega, porém, é possível identificá-la como uma personagem que atua como participante principal de sua história: mulher, negra caribenha, nascida da Martinica, trabalhadora doméstica da França, lançando-se em um modo autobiográfico de escrita para externar a si, mas em uma interlocução idealizada surgida de uma identificação projetiva, da mesma forma que ocorre em *Quarto de despejo*, onde Carolina Maria de Jesus pode ser compreendida como personagem integrante da favela como contexto espacial, cenário de seu sofrimento cotidiano, advindo de sua atividade laboral como catadora de papel, a fim de obter a alimentação diária, sobrevivendo duramente um dia por vez. Carolina é, também, uma mulher negra, mas brasileira, originária de Minas Gerais, que se dirigiu para a cidade de São Paulo para procurar melhores oportunidades de sobrevivência, aspirando a publicação de seus diários como forma de adquirir sonoridade de fala, social e literária, por meio da busca da realização do sonho de ser escritora.

Quanto à complexidade e níveis de arquétipos que podem emergir de uma figuração individual, Bakhtin (2010, p. 266) evidencia que a representação originária de um indivíduo pode trazer à tona "diversos níveis e nuances de uma única personalidade" por meio da dialogicidade, que fornece múltiplas possibilidades de expressão da consciência como perfil identitário e da polifonia, processo em que a identidade adquire figurações diversas devido à pluralidade de vozes que representam aspectos de sua composição, como a memória, conjunto de emoções e percepções das relações socioambientais que delineiam a personalidade de quem é retratado ou narra uma história, fato notório não só na composição narrativa de *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, como também na interação entre essas obras. Ao conhecer a história de Carolina Maria de Jesus, Ega, a princípio, enxerga-se como escritora no momento em

que identifica muitas partes de si mesma na trajetória de uma mulher negra que, como ela, vivia uma realidade de poucas condições econômicas e sociais. Mas, mesmo assim, agiu com altivez e força, tomando para si a escrita como instrumento não só de voz, mas também de lugar social.

O peso do banimento social, econômico e da minimização das existências de ambas as autoras pode ser identificado, em suas narrativas, nas categorizações sócio-históricas como gênero, raça e classe que, de forma convergente, impossibilitam o cultivo de sonhos e esperanças futuras para si, suas famílias e comunidades onde estão inseridas. Nas cartas de Françoise Ega, esse fardo se mostra permeado por reflexões com elementos existencialistas, na tomada da imagem da escritora brasileira como espelho para si. A narradora de *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus, no diário datado em 17 de maio de 1958, expressa descontentamento e desejo de morrer. Sensações angustiantes que lhe fazem questionar: "Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil?" (Jesus, 2014, p. 33). Cinco anos depois, em *Cartas a uma negra*, Ega inicia a sua obra no mesmo mês em que a primeira autora apresentou o questionamento citado. Na carta datada em maio de 1962, a narradora é categórica: "Pois é, Carolina. As misérias dos pobres do mundo inteiro se parecem como irmãs" (Ega, 2021, p. 05).

A despeito das diferenças estruturais das narrativas de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus (cartas e diário, respectivamente) suas semelhanças, no aspecto memorial e da expressão, evidenciam a possibilidade de um contato potencialmente responsivo que vá além dos limites ultramarinos, já que as autoras mostram-se intrinsecamente conectadas pela similaridade de suas vivências e pela percepção e compreensão acerca delas, esfera onde suas obras primam pelo intimismo da narrativa.

A primeira missiva do livro de Françoise Ega, cujo nome é "Maio de 1962", trata da afirmação feita pela autora de que os leitores de Carolina Maria de Jesus tomam contato com *Quarto de Despejo*, majoritariamente, motivados por simples curiosidade, como se a escritora brasileira despertasse atenção pautada no "exotismo" de sua figura, ao passo que ela jamais o faria: "tudo o que você escreveu, eu conheço" (Ega, 2021, p. 5). Françoise Ega, taxativamente, afirma que a leitura sobre Carolina Maria de Jesus não encontrou motivação propriamente por seu livro, mas pela pungência de suas palavras e força de sua história. Em suma, a escritora martinicana notou que o trabalho pesado e o embotamento das condições socioeconômicas estabeleciam um ponto de união entre ambas. As cartas retratam, ainda, a rotina laboral doméstica de Françoise Ega, onde sua

existência era ignorada por seus patrões e filhos: “Quinze dias se passaram e ninguém me perguntou como eu me chamava nem pediu a minha carteira de identidade, é incrível!” (Ega, 2021, p. 5). A escritora transfere o empirismo de sua história para dar forma à dureza de seu labor como uma mulher caribenha trabalhando como empregada doméstica em Marselha, na França.

A gradação temática entre a primeira carta e a segunda, intitulada também como “Maio de 1962”, consiste a descrição de cenas cotidianas ao intimismo representado na descoberta de Carolina Maria de Jesus. As cenas retratadas compreendem desde a chegada em casa após o trabalho, a interação com o marido e os filhos, posteriormente com a narrativa seguindo para uma introdução sobre si feita à escritora brasileira, sua interlocutora: “Eu também me chamo Marie, como você, e Marcelle, como Pagnol [...] Também me chamo Françoise e, por fim, Vittalline, como ninguém mais” (Ega, 2021, p. 7). O nome, Marie, que ambas têm em comum, cada uma em seu idioma, estabelece mais um elo entre a martinicana e brasileira. Logo, Françoise Ega direciona sua apresentação para seu próprio nome, procurando também estabelecer uma identidade sua, no livro.

A atmosfera intimista da primeira carta demonstra a tentativa de Françoise Ega de fazer com que sua interlocutora se aproxime de sua percepção do cotidiano, no momento em que enfatiza a presença do marido e os filhos, na narrativa. Fato também reforçado de maneira bastante particular, ao longo desta epístola, reside na afirmativa de que Carolina Maria de Jesus nunca tomará conhecimento da obra de Françoise Ega, como também ocorrerá o contrário, onde o motivo talvez seja o fato de que ambas comungam de uma exaustiva rotina diária, como catadora e doméstica, respectivamente. A ausência de uma evidência comprovadamente real de que Ega tivesse a intenção de enviar as cartas à Carolina não anula, de nenhuma forma, que a autora dê continuidade à escrita de suas missivas ou projetasse uma conversa com sua destinatária brasileira. De acordo com Bakhtin (2010), o enunciado é composto de forte teor responsivo, consistindo em uma etapa de preparação para a resposta, mesmo que essa não chegue a ocorrer concretamente.

O ato responsivo, segundo o autor, assegura que, nesse caso, mesmo que Françoise Ega não tenha lido a obra de Carolina Maria de Jesus, que soube da existência e da história da autora por meio da reportagem da revista, sendo os enunciados presentes na matéria, tenha recursos suficientes para que escrevesse para respondê-los. A interlocução mostra-se mais incisivamente em aberto quando aborda a possível

resposta de Carolina Maria de Jesus, falecida em 1977, um ano antes do lançamento editorial de *Cartas a Uma Negra*, 1978. Essa resposta revela-se provavelmente presente em *Quarto de despejo*. A autora brasileira lança, de antemão, uma divagação que Françoise Ega daria continuidade, anos depois: o relato das experiências de uma mulher negra em uma delimitação espacial tornada periférica.

No segundo diário, "2 de maio de 1958", Carolina Maria de Jesus deixa claro que não sofre de indolência e, por esse motivo, não é indiferente às dores da vida, cuja tônica é o a miséria e, como consequência dela, a fome, que minimiza qualquer traço de aspiração de vida ou mesmo de autoimagem: "[...] Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor achei que era perder tempo" (Jesus, 2014, p. 28). Escrito no passado, esse trecho mostra-se intrigante pelo fato de que, mesmo que a enunciação de Ega estivesse no presente, Carolina respondeu subliminarmente, no passado, que não era provida de qualquer valor, mas que a escrita modificou essa percepção sobre si.

Semelhante ao que acontece com a autora de *Quarto de* Despejo, no que concerne à influência da escrita sobre a percepção de si, em *Cartas a Uma Negra*, na missiva "20 de Maio de 1962", a escritora antilhana se dá conta de que não desfruta de credibilidade por parte daqueles que a rodeiam, quando tomam conhecimento de que ela tem aspirações de tornar-se escritora: "Timidamente, eu disse para quem estava ao meu redor: 'estou escrevendo um livro'. Riram de mim [...] Comecei então a escrever às escondidas" (EGA, 2021, p. 8). Nesse mesmo texto, a autora deixa claro que tomou Carolina Maria como referência para começar a escrever: "Se você não tivesse se tornado minha inspiração, eu já teria atirado tudo para o alto, dizendo: De que adianta escrever?" (Ega, 2021, p. 8).

Segundo Certeau (1998, p. 225), a efetuação da escrita é, estritamente, o ato de "construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado." Essa definição está intimamente atrelada à relação entre as atividades ocupacionais, relatadas por meio da escrita de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, já que, por meio de suas práticas narrativas, as autoras tecem uma tapeçaria com imagens refletoras de processos de opressão e exclusão que, por longo tempo, foram negligenciadas pelo grande público, tendo esse fator servido de alicerce para o medo das editoras de publicar obras e autoras que tratam de temas com desconcertante impacto potencialmente gerado, nesse processo.

O jogo de perfil sinestésico, que denota a intenção da autora martinicana de estimular sensações e sentimentos em sua destinatária, expresso na carta “02 de junho de 1962” retrata a exploração da mulher por parte de sua patroa europeia, onde fica clara a forte indignação de Ega com tal situação, com focada intenção de explicar os sentimentos surgidos desse contexto à Carolina Maria de Jesus: “Carolina, meu sangue estava fervendo!” Diante dessas desgraças, sou invadida por um imenso desgosto” (Ega, 2021, p. 10 e 11). Questionada pelo esposo acerca de continuar trabalhando como empregada doméstica, mesmo sendo um contexto degradante e pouco humano, no âmbito das relações trabalhistas, Ega responde: “[...] nunca poderei falar sobre isso com conhecimento de causa se não souber do que se trata. Foi assim que voltei aos gestos ancestrais, Carolina” (Ega, 2021, p. 10).

Figueiredo (2023) explicita que as violências simbólicas vivenciadas diariamente pela autora e por suas conterrâneas eram marcadas pelo racismo fortemente arraigado nas ações contínuas não só das patroas, mas também dos franceses em geral, fato evidente no trato destinado a elas, permeado por desprezo, indiferença ou condescendência. Para eles, negras não eram pessoas a quem se desse ouvidos, já que quaisquer coisas que tivessem a dizer em nada lhes importavam e, por esse motivo, agiam como se nada detivessem que precisasse ser falado. Em uma ocasião em que Françoise Ega conseguiu uma colocação em um escritório, ficou extremamente surpresa quando o doutor lhe serviu um refresco, fato nunca ocorrido nas residências familiares onde trabalhou. Esse acontecimento despertou nela a conclusão de que “dependendo se você se dedica à faxina ou às letras, passa da condição de burro de carga à de ser humano.” (Ega, 2021, p. 159).

Em postulação sobre o sadismo recorrente no tratamento das patroas às trabalhadoras domésticas antilhanas, Figueiredo (2023) constata que várias delas privavam suas funcionárias de qualquer recurso que pudesse agilizar ou dinamizar sua rotina laboral, como o uso da máquina de lavar ou do aspirador de pó, sendo obrigadas a executar da forma mais pesada qualquer tarefa que pudesse ser facilitada pela utilização de aparelhos domésticos. Eram forçadas, por exemplos, a subir e descer vários lances de escada muitas vezes por dia por motivos absurdos, como buscar água quente fria sem finalidade concreta para o momento. O objetivo era deteriorar o corpo dessas mulheres: ferir suas mãos devido ao contato com produtos químicos abrasivos, inchar seus pés com o peso do que eram obrigadas a carregar, com as distâncias percorridas e com trabalhos externos sob baixíssimas temperaturas.

Françoise Vergès (2020, p. 127) conjectura sobre a economia construída sobre o desgaste dos corpos das mulheres racializadas para que as outras, as brancas, as burguesas, possam "desfrutar a cidade limpa, os jardins, as flores, os passeios tranquilos". Sobre a forma usurária, um dos muitos reflexos dos processos discriminatórios com os quais alvejavam mulheres negras caribenhas, com a qual as famílias francesas privavam suas empregadas, de direitos básicos, como uma alimentação de decente qualidade, a autora afirma:

> A mesquinharia e a desfaçatez se manifestam na hora das refeições; a comida é pouca, é diferente. Considera-se que uma negra não pode gostar de ostras, por exemplo, seria fora do padrão. Uma crítica recorrente é a mania da magreza das francesas, o que as leva a fazer dietas e a matar de fome as antilhanas acostumadas com alimentação farta (Figueiredo, 2023, p. 29).

Ainda na missiva "02 de Junho de 1962", Ega faz comentários acerca do preço de itens alimentares básicos, como o café, assim como sobre a quantidade de trabalho pesado para desfrutar da regalia de tomá-lo. Surge, então, a reflexão a partir da massiva quantidade de pessoas cujo valor da vida é tristemente equiparado ao preço de um cafezinho, quarenta centavos: "E como são infelizes aquelas cujas vidas são reduzidas a esse cálculo. Quem tem dinheiro em abundância não pensa nisso" (Ega, 2021, p. 10). O desumano sistema de regras trabalhistas aplicado às trabalhadoras domésticas na França é fortemente criticado pela narradora, como também o são os financeiramente abastados, em posicionamentos similares aos de Carolina Maria de Jesus que, no diário "15 de Julho de 1955", aponta o alto custo dos alimentos e gêneros de primeira necessidade como obstáculo à efetivação de desejos que possam ir além do seu duro cotidiano. Já no diário "9 de Maio de 1958" destaca a sobrevivência como razão principal para catar papel nos lixões, embora tenha repulsa a esse trabalho, sonhando em amenizar as privações de sua vida e de seus filhos (Jesus, 2014).

Na escrita de Françoise Ega, percebe-se a página em branco como terreno de expansão de sua individualidade em confluência com a realidade social em torno dela, ambiente de construção narrativa do qual se apropria com autonomia e propriedade a partir das reflexões sobre a história de Carolina Maria de Jesus. A partir dessa direção, Ega relata inicialmente os acontecimentos diários de seu trabalho, com ênfase nos elementos que mais catalisam sofrimento, como o peso das tarefas e o desprezo no tratamento que lhe é destinado.

A narrativa se expande quando suas companheiras ganham espaço na obra por meio de análises comparativas de suas vivências, com traços que lembram uma crônica,

que motivam a interlocução com Carolina Maria de Jesus. Neste quadro, pode-se constatar a orquestração discursiva voltada à expressão sinestésica, cuja intenção reside em gerar um lugar de sentidos que materialize à realidade, no que tange à exploração laboral, convivência familiar e demais elucubrações que procura refletir, em sua escrita.

A finalidade de Françoise Ega de estimular sensorialmente, a fim de gerar percepções emotivas de seus relatos e reflexões em quem a lê, torna-se ainda mais clara em sua afirmação sobre o trabalho doméstico como forma de experimentar o que passam e sentem suas conterrâneas, a quem chama de "irmãs": "[...] me pergunto como deve ser para minhas irmãs que não têm para onde ir caso se rebelem [...] Carolina, é horrível!" (Ega, 2021, p. 12). Ega faz da categorização social excludente o instrumento catártico de sua escrita, descrevendo incisivamente a forma exploratória como as altas classes francesas tratavam as mulheres vindas do Caribe, que trabalhavam de maneira causticante em suas casas. Paralelamente, reflete sobre a situação de Carolina Maria de Jesus, vagando nas lixeiras de São Paulo e procurando o mínimo de material aproveitável para venda e posterior compra de comida: "Carolina, quando você se dobrava toda para ver o que tinha nas lixeiras, pelo menos não havia ninguém no seu calcanhar para ter certeza de que você estava curvada, sorte sua, você sabe" (Ega, 2021, p. 12).

A rotina diária na residência onde trabalha é narrada por Françoise Ega em "Pentecostes de 1962", destacando o asco que precisa dominar, durante a limpeza: "Passo o aspirador e me sinto enjoada, a náusea toma conta de mim depois de respirar aquela mistura de cheiros, perfume, suor, cozinha" (Ega, 2021, p. 13). Mesmo com indigestos e constantes momentos de estranhamento causados pela situação da casa, Ega faz questão de reforçar que sua família é a principal causa de continuar trabalhando, como também o é, de forma similar, a da escritora brasileira: "Consigo vê-la, um lenço prendendo os cabelos, pregando as tábuas do seu barraco, fico motivada." (Ega, 2021, p. 14).

Certeau (1998, p. 226) destina à escrita o papel de uma "empresa escriturística" que encerra em si, como um receptáculo, todos os elementos circunstanciais de seu ambiente, o que origina ferramentas destinadas à apropriação do contexto externo, reflexão facilmente identificável na escrita de Françoise Ega. Discorrendo sobre si, momento em que elucubra sobre temas predominantemente sociais, ela toma posse desse meio exterior, tendo a contemplação subjetiva dele como forma de franca expressão, em suas cartas. No certame nascido da decisão de escrever, em que sua

maior fonte inspiradora é Carolina Maria de Jesus, Françoise Ega encontra a garantia de que, no processo de escrever, o tempo está sob seu domínio, haja vista que, registrando as ocorrências de sua existência, como também de outras pessoas que a cercam, se apropria do passado e o corresponde com o presente, em um processo narrativo que Certeau (1998, p. 227) denomina como "ilha de produção do querer", onde o conceito relativo ao espaço de escrita, bem como o tempo que nele se estabelece, prima pela subjetividade.

O matiz subjetivo do espaço ilustrado em *Cartas a Uma Negra* reside nos trechos em que Ega faz referência ao esposo e aos seus filhos, assim como nas menções às ações como ativista pelos direitos das mulheres das Antilhas, atuando contra os árduos processos de exploração e rebaixamento de sua dignidade, na atividade laboral doméstica. Como claro exemplo, a epístola "24 de junho de 1962" descreve a vida oprimida, objetiva e intrinsecamente, da antilhana Yolande: "Yolande tinha medo das pessoas, medo da sua sombra, medo dos brancos, como nos áureos tempos da escravidão" (Ega, 2021, p. 16). A perda de sua identidade e dignidade não passou despercebida por Ega, que ilustra vividamente o pavor que sua conterrânea tinha dos patrões. Para despertá-la desse torpor, Françoise procura abrir a consciência de Yolande, para que ela passe a questionar seus patrões, tirando-a posteriormente desse insalubre emprego: "[...] seu rosto estava radiante. Podia enfim, cogitar que sua servidão teria um fim" (Ega, 2021, p. 17).

Nesta conjuntura, é claramente possível identificar que, independente do papel de Carolina Maria de Jesus como inspiração para sua escrita, Françoise Ega sempre foi portadora da ânsia de, não só nesse livro, mas também em outras de suas obras, tratar de temas de forte cunho social, de suma importância para sua constituição não só como indivíduo, mas também como autora que dá voz ao sofrimento dos que não são vistos com frequência pelo organograma social. A identificação com a vida da escritora brasileira, especialmente na forte semelhança entre as dores, sofrimentos, misérias, apagamento da dignidade e silenciamento de suas vozes, juntamente com outros elementos de exclusão que, de modo conjuntivo, se aglutinam em processos de segregação e marginalização só reforça, na martinicana, a necessidade de observar e relatar a vida inóspita das imigrantes antilhanas colocadas em lugar de vulnerabilidade em diversas instâncias, no serviço doméstico. No terreno da referência estilística, o traço de Françoise Ega se assemelha ao de Carolina Maria de Jesus, com similaridades também detectáveis no delicado e peculiar lirismo nas escritas de ambas.

Como difusora de questionamentos de natureza social acerca da mulher enquanto ocupante de função familiar historicamente a ela delegada, a narrativa de Françoise Ega se desdobra em episódios que descrevem sua atuação como mãe, como na carta “2 de Junho de 1962”, onde expressa o papel dos filhos no alívio da dor causada pela rotina do serviço doméstico: “Tenho filhos para educar, dar umas boas palmadas, alimentar e amar. Felizmente, isso me faz esquecer a patroa”, como também na carta “26 de Junho”: “[...] meus filhos estão saudáveis. Isso vale todo o ouro do mundo!” (Ega, 2021, p. 12).

Longe de descrever apenas um componente da construção de sua vida, Françoise Ega delineia a si mesma de modo claro e detalhado, em suas epístolas, como sujeito na condição de mulher, mãe e trabalhadora no serviço doméstico. Durante a elaboração de *Cartas a Uma Negra*, a escritora passeia por essa fragmentação de sua identidade. Na missiva intitulada “30 de Junho de 1962”, a autora direciona uma reflexão, de forma descritiva, sobre seu cotidiano laboral para Carolina de Jesus: “Carolina, dizem que o futuro é dos que cedo madrugam. Sempre me levantei cedo, porque o pobre levantar cedo não é uma questão de futuro, mas de presente” (Ega, 2021, p. 17). A impossibilidade dos economicamente desfavorecidos de nutrirem sonhos é enfatizada por Ega nesse trecho, desencadeada pela urgência de se planejar apenas um dia por vez, sob a perspectiva de sobrevivência e sustento imediatos. O diário “16 de Julho” do ano de 1955 mostra Carolina Maria de Jesus discorrendo sobre uma percepção parecida: “Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanço” (Jesus, 2014, p. 12).

Ao transportar o aspecto empírico da subalternação, tolhimento de direitos trabalhistas e humanos, bem como o silenciamento e constante embotamento de sua identidade e lugar social, juntamente com a interseção entre esses fatores em aglutinações que originam processos opressivos para a narrativa própria das cartas, onde uma autora que porta forte e similar experiência de vida é alçada ao patamar de pretendida destinatária, Françoise Ega fala de si, assim como Carolina Maria de Jesus em seus diários, diversificando a representação de sua identidade em um amplo conjunto de figurações sociais acumuladas ao longo de sua vida, cujo registro prima pelo elemento autobiográfico, com forte presença na esfera memorial.

Dessa forma, expande significativamente os pontos de convergência entre as composições estruturais, semânticas e subjetivas da escrita de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, onde se mostra proeminente a probabilidade de efetuação de uma

correspondência, em âmbito literário, cujas fronteiras ultrapassaram as limitações impostas pelo Atlântico, o que lhes assegura, notoriamente, um lugar de destaque na narrativa literária de mulheres em situação diaspórica.

Embora a interlocução, na esfera epistolar remetente/destinatário, não tenha passado por efetiva concretude, haja vista que a intenção de envio integral das cartas, por parte da autora antilhana, não tenha real comprovação, ambas as escritoras, através dos pontos em comum em suas vivências, mostram-se intimamente ligadas pela força da palavra, originária da constatação do alto grau de similaridade entre os aspectos nevrálgicos das experiências dolorosas que permeiam suas vivências.

Ainda sobre o aspecto interlocutório tangente às funções de remetente e destinatário ocupadas por Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, é necessário que se compreenda que o endereçamento ocorrido entre elas perpassa a questão meramente direcional, no âmbito da comunicação pontual, bilateral e concretizada. No contexto literário, as elucubrações de Andrade *et al* (2018) podem ser perfeitamente aplicadas à compreensão da intertextualidade existente entre *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*. Segundo os autores, na contemporaneidade, endereçar um texto não se trata somente de encaminhá-lo a determinado destinatário, já que um texto literário pode ser comparado a um viajante suscetível de ser encontrado por diversos leitores, em múltiplos contextos, o que pode gerar diferentes interpretações. Nesse sentido, a obra da autora antilhana, por não haver certeza do objetivo concreto de enviá-lo à brasileira, não pode ser categorizada como um texto estático, unidirecional, de caráter interesse estritamente privado, pois o endereçamento literário pode ser pensado como “algo que produz um texto em movimento, em deslocamento através de uma conversação ou correspondência em aberto, uma palavra em trânsito” (Andrade *et al*, 2018, p. 104).

Neste âmbito, *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra* configuram um elo formado também, no campo estilístico, por um lugar autobiográfico, subjetivo, e alicerçado no espectro memorial, proporcionando maior amplitude da interlocução entre as obras, como também do aspecto intimista, que minimiza, na visão do cânone e, por conseguinte, da crítica, a categorização do gênero epistolar como Literatura, em conceituação de tempo, espaço e estilo, metamorfoseando-o um contexto de necessária inserção da unidade sócio-histórica à análise do que é (ou não) obra literária.

Em suma, é providencial destacar que *Cartas a Uma Negra*, assim como *Quarto de Despejo*, guardadas as diferenças de tipologia textual, proporciona uma narrativa que encontra eixo para estudo, apreciação e pertencimento literário no relato de fatos

privados, derivados de processos históricos de banimento e marginalização, retratados em uma linha traçada pela memória derivada de tempo e espaço, dando às assinaturas narrativas de ambas as autoras a devida colocação no âmbito da literatura feita por mulheres tornadas periféricas e em situação diaspórica, tão urgente para o levantamento de debates e desconstrução, mesmo que paulatina, da continuidade opressiva de processos de afastamento dessas e de tantas outras autoras para a margem não só dos cânones literários ou acadêmicos, mas também de seus lugares na sociedade.

2.2 Migração, Trabalho Doméstico, Exploração e Silenciamento

Para que seja plausível compreender e analisar os processos que envolvem o trabalho doméstico pautado em desumanas condições, com origem nas ações migratórias ultramarinas entre as Américas Central, do Sul e Europa, ao qual estão sujeitas as mulheres caribenhas na França, largamente descrito e refletido em *Cartas a Uma Negra*, é fundamental que se trace um perfil linear que cubra desde o desencadeamento da migração até o manejo dessas trabalhadoras às atividades, muitas vezes, análogas à escravização, sendo necessário, também, considerar olhares sob perspectiva antropológica e/ou sociológica, pertinentes aos eixos temáticos que tangem a essas questões em nível de escopo da obra, aqui, em estudo.

Neste contexto, é cabível a busca pela compreensão acerca da organização estrutural do trabalho como mecanismo de controle, por meio da divisão social constituída pela aglutinação de elementos de categorização como raça, classe e processos migratórios, bem como de subalternação socioeconômica de classes em estado de vulnerabilidade socioeconômica, tendo o serviço doméstico seus alicerces funcionais fincados na classificação de gênero, onde a categorização sexual do trabalho atua como atribuição impositiva das tarefas domésticas à mulher como mantenedora naturalizada desta função. O caráter sexista dessa classificação é impregnado de forte, ambiguidade, embasada em dois princípios, como destacam Hirata e Kergoat:

> Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Nesse âmbito, mas tangente ao trabalho doméstico feminino como fruto de migrações, especialmente as intercontinentais que envolvem mulheres latino-americanas e em situação de diáspora, a experiência mostra-se caracterizada por enorme complexidade e ambivalência. Segundo King (2004), o perfil da feminização dos processos migratórios, em que raça e condição social também atuam como molas-motrizes da exploração laboral, é permeado por riscos de naturezas diversas, como o aumento de vulnerabilidades, conflitos identitários e violências múltiplas. Ramos (2008) aponta que esse quadro deve-se ao fato de que as mulheres migrantes são, em sua expressiva maioria, simultaneamente, objetos e executoras de transformações tangentes ao desenvolvimento tanto em seu país de origem receptor quanto no de origem. Constituem-se como suporte financeiro familiar (quando possível) por meio de envios de quantias em dinheiro para a subsistência de suas famílias nos países de origem e atuam, também, no desenvolvimento e transformação nos países que lhes servem de nova morada, contribuindo com seu laboro com a economia, o que configura redes transnacionais e de pertencimento múltiplas. Por conta dessa dualidade, enfrentam, também, novos percalços familiares, identitários, de saúde, discriminação, exploração e violações diversas.

As movimentações migratórias femininas, particularmente as pautadas por grandes distâncias geográficas, motivadas pela busca de melhores condições de trabalho para melhoria de vida e ajuda financeira aos familiares, acabam por dar origem a representações identitárias cujo pilar reside na reconstrução de si devido aos vários tipos de abandono que caracteriza suas jornadas como indivíduos, seres sociais e culturais. De acordo com Woodward (2001), diversas mulheres migrantes vivem identidades contestáveis com base em memórias silenciadas e traumáticas, pautadas pelo preconceito, discriminação, exploração, assédio sexual, tráfico, desqualificação social, invisibilidade e apagamento de suas figurações psicossociais.

Apesar de a narradora de *Cartas a Uma Negra* não ter passado por esse tipo de ruptura, já que residia em Marselha com seu esposo e filhos, tendo morado em alguns países da África com sua família antes de se estabelecer na França, é válido destacar o aspecto traumático pelo qual passam as mulheres imigrantes em situação solitária. Por estarem sozinhas, são obrigadas a enfrentar a solidão e todos os demais tipos de sofrimento advindos do isolamento, como a culpabilidade por terem deixado seus lares e entes queridos. Hondagneu-Sotelo e Avila (1997) frisam que, ainda que cheguem a

desfrutar de alguma autonomia, do ponto de vista financeiro, familiar ou mesmo conjugal, muitas das mulheres migrantes, ontem e hoje, (particularmente as africanas, asiáticas ou latino-americanas) têm de deixar os seus filhos em seus países de origem, sob a tutela de seus familiares, especificamente mulheres (mães, tias e irmãs) para que possam prestar serviços e oferecer cuidados a outros, como crianças e idosos, nos países que as recebem, processo que pode ser denominado como uma espécie de maternidade transnacional, por parte das mulheres diaspóricas em situação migratória.

Quanto ao quadro funcional dos processos excludentes sofridos por mulheres da América Central e do Sul em situação diaspórica, trabalhando em atividades domésticas na Europa, são constituídos pelo acúmulo de vários elementos discriminatórios, em diversos níveis, tais como: gênero, étnico, cultural, sexual e profissional. São obrigadas a atuar, com frequência, em serviços cujos direitos trabalhistas não encontram reconhecimento em instância legal, com prerrogativas jurídicas formais, sem qualquer garantia de proteção judicial, legislativa, sendo que a falta de autonomia e enorme grau de subordinação são constantes, nos cotidianos laborais dessas mulheres, marcados por baixíssimas renumerações e degradantes condições de trabalho. Na maioria dos casos, esse cenário e fomentado devido à irregularidade da situação migratória. Nos países que as recebem, a marginalização social e trabalhista decorrente da situação migratória irregular origina o desrespeito aos direitos humanos essenciais à dignidade e mínima qualidade de vida. Muitas mulheres se veem obrigadas a cumprirem diversos tipos de atividades laborais abusivas, em virtude de suas situações de vulnerabilidade socioeconômica, subjugo também estendido aos abusos de caráter sexual, o que acentua drasticamente os instrumentos discriminatórios.

A marginalização e o apagamento identitário da trabalhadora doméstica em situação migratória, particularmente em países ditos “desenvolvidos” socioeconomicamente da Europa, se dão tanto no contexto material quanto na esfera simbólica. Encontrando-se em rotina de intensa exploração trabalhista, assim como alvos de intensos processos de segregação, mulheres africanas, asiáticas, sul e mesoamericanas que executam atividades domésticas são submetidas a jornadas laborais altamente exaustivas por, muitas vezes, estarem em estado de clandestinidade, enfrentando uma vida, de trabalho e social, de precárias condições de sobrevivência, sem qualquer atendimento ou mesmo existência de seus direitos enquanto trabalhadoras. Anthias e Lazaridis (2000) frisam que, em contextos mais específicos, estão mulheres imigrantes são vitimadas pelo tráfico de pessoas, situação geralmente configurada pela

ilegalidade nas questões migratórias, agravadas também pela pobreza ou manipulação e abuso afetivo, sendo aliciadas por várias redes de exploração sexual ou de laboro escravizado, resultantes da ilusão engendrada por promessas falsas de trabalhos dignos ou da ideia de felicidade por meio do amor romântico. Destacam, também, o quadro onde mulheres migrantes, por força dos conflitos étnicos ou religiosos, deslocam-se para países da Europa ou da América do Norte, mais especificamente em países do Sul da Europa, esfera onde frutificam quadros de exploração laboral e/ou nos grandes centros metropolitanos dos países receptores, onde a discriminação e constantes atentados aos direitos tornam-se parte tristemente regular de seus cotidianos, nos planos concreto e simbólico.

Para aplacar a necessidade de entendimento sobre a divisão de gênero que loca o trabalho doméstico no cenário da atribuição feminina (em contextos migratórios ou não) como elemento incisivo para a minimização, subalternação real ou simbólica, silenciamento e degradação de mulheres, especialmente as que são oprimidas pela interseção de fatores ligados à raça, classe e origem geográfica ou genealógica, partes essenciais da narrativa de *Cartas a Uma Negra*, na estruturação e vigência do patriarcado como aparelho ideológico do Estado[19], urge a atenção para a construção conceitual primária de gênero como instrumento de vilipêndio e paralisação feminina, na busca por igualdade e voz.

Nessa conjectura, Lauretis (1994) chama atenção para a urgência de um entendimento pontual sobre as definições de gênero, no campo das tecnologias e relações de poder, como instrumentos derivados de diversos engendramentos sociais, tais como: linguagem, imaginário, desenvolvimento complexo de várias atuações ideológicas, de cunho político, articuladas e produzidas na figuração dos corpos, atuando também como produto que resulta de várias categorizações sexuais. Tais discursos e práticas retóricas têm origens em instituições religiosas, legais ou científicas, como também se apoiam na medicina, mídia, família, e pedagogia, juntamente com a cultura popularmente difundida, cuja influência se estende, de forma massiva, aos sistemas educacionais, de estudos psicológicos, da criação e expressão artística, literária, econômica e demográfica. Em uma sociedade cuja base hierárquica é solidificada em alicerces patriarcais, o gênero acaba por converter-se em um fator pelo

[19] Louis Althusser, na obra *Aparelhos Ideológicos do Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do Estado*, publicada pela primeira vez em 1970, conjectura acerca da utilização das instituições estruturais da sociedade como instrumentos mantenedores do *Status Quo* que hierarquiza o comportamento psicossocial.

qual todos os seus integrantes são enquadrados onde à mulher é imposta a "própria representação de gênero e, assim, se torna real para ela, embora seja, de fato, imaginária" (Lauretis, 1994, p. 220).

Desse modo, as representações opressoras e segregárias que atingem as mulheres imigrantes, em atividades laborais domésticas em grandes metrópoles europeias, também derivam de construções simbólicas que resultam no embotamento de sua constituição subjetiva e lugar social, já que, por intensificada reprodução, acabam sendo naturalizadas como "verdades sociais." No que é pertinente ao papel das relações de poder ligado à categorização social, particularmente aquela sedimentada na utilização e massificação contínua das representações calcadas em preconceitos que embasam a hierarquia como agente que exclui e silencia grupos específicos de indivíduos que a compõem, a verdade ou o conceito figurativo dela, na seara das tecnologias conectadas aos elementos constituintes das tecnologias de poder são, conforme Foucault:

> [...] deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12).

Como é historicamente sabido, o processo de desenvolvimento socioeconômico dos países europeus foi galgado em rigorosos modelos de colonização que se estendem, no trato das atividades laborais exercidas por imigrantes em suas cidades, mais especificamente mulheres, até a atualidade. Assim sendo, constata-se que a colonialidade contemporânea, no âmbito do trabalho doméstico feminino de derivação migratória, é um contínuo eco do passado, mantenedor de padronizações opressoras de indivíduos que integram grupos subalternizados. Portanto, partindo do ponto de observação do enquadramento de mulheres negras, pobres e em situação diaspórica, em processos de escravização algo estilizada, imposta pelo trabalho doméstico exploratório em países europeus, cenário amplamente descrito na obra de Françoise Ega, que remete às questões interseccionais como base analítica desse mosaico, é plausível afirmar que:

> Na ponta desses mecanismos de dominação pelo saber, pela referência do ser e pelo poder estão as mulheres pretas e pardas, pobres, como sujeitas invisibilizadas em determinados aspectos da organização social, mas explorados em tantos outros. Por isso, não é coincidência que um importante desdobramento sobre os estudos decoloniais tenha como recorte a interseccionalidade de gênero e raça [...] (Andrade; Teodoro, 2020, p. 566).

Nesse cenário, na conjectura da cristalização figurativa da mulher negra, diaspórica ou não, na limitada e excludente instância de mão-de-obra voltada aos serviços domésticos, onde os muitos graus de dificuldade e ausência de direitos jurídicos que lhes garantam condições humanamente possíveis de sobrevivência as sujeitam a degradantes e inaceitáveis processos de desumanização, o trabalho doméstico se mostra não apenas como resultado de sua divisão sexual, como também uma evidente herança de origem colonial, escravocrata, requerendo uma investigação precisamente direcionada a esse panorama, por conta dos elementos interseccionais que dele são parte. As amas de leite e mucamas de uma época histórica não tão remota, ainda na contemporaneidade, atuam como domésticas, faxineiras, cozinheiras, lavadeiras e babás. Pereira (2011), em uma pesquisa sobre a solidez estrutural da construção figurativa das mulheres negras na condição de sujeitos sociais, dá destaque ao atrelamento da mulher à "Casa Grande", por meio da colocação organizacional do funcionamento do lugar mais íntimo de socialização, como as funções relativas aos cuidados domésticos, das crianças ou, em condição mais degradante, na exploração sexual pelos chefes da grande casa patriarcal, fato também constatado por Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016).

Sobre o espectro temático tangente à construção cristalizada da figura da mulher negra como força historicamente subalternizada do trabalho doméstico, assim como de um ser sujeito a extremas formas de abuso (físico e/ou simbólico) e violência sexual devido à objetificação e hipersexualização de seu corpo, é válido citar que já foi abordado por Gilberto Freyre, no livro *Casa Grande & Senzala* (2000), obra largamente festejada na produção acadêmica sociológica ou mesmo literária. Porém, a interpretação de que o autor tece um pensamento crítico e antropologicamente analítico sobre o tema parece significativamente equivocada, no que se refere a adotá-lo como parâmetro descritor das bases relacionais escravocratas brasileiras (especialmente quando a abordagem tange aos processos abusivos que atingiam mulheres negras escravizadas) construídas sobre alicerces estritamente patriarcais, já que não relata, com a devida profundidade sistêmica, o modo de viver, morar e de se relacionar dos habitantes de uma fazenda, preferindo uma espécie de "romantização" em detrimento da investigação epistemológica.

Para o autor, a formação da sociedade brasileira atual ainda encontra fundações nas relações exploratórias e animalizadoras entre os senhores de engenho e

escravizados. Porém, ele as descreve de forma marcadamente colonial e algo idílica, onde não constam expressivamente os abusos sexuais, psicológicos e físicos. Acerca da superficialidade no trato da análise sócio-histórica, antropológica e psicológica da realidade vivenciada pelas populações escravizadas, Gama, em uma antecipação obviamente não intencional a Freyre, já afirmava: "Há quem louve, com entusiasmo, a extrema bondade de alguns senhores, e por isso, a felicidade invejável dos seus escravos; para mim os bons senhores são como os túmulos de mármore; e a escravidão é como o rato, que semeia ruínas em sua passagem" (Pinto *apud* Gama, 2018, p.103).

Ao tratar da perversidade que sustentava as violências sexuais sofridas por mulheres escravizadas, o idílio de Freyre ganhou contornos claramente coloniais quando as minimizou com a conceituação "intercurso sexual", eufemismo que reduz a gravidade da brutalidade da apropriação, por meio da força, dos corpos das mulheres negras e também indígenas, classificando a violação de seus corpos como uma interação "sadomasoquista", onde o prazer do abuso era complementado por confluente submissão, o que pode ser constatado no seguinte trecho:

> Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra (Freyre, 2000, p. 56).

Em outros fragmentos do livro, o autor denomina, também, como "intercurso sexual" o processo de estupro de mulheres escravizadas onde os colonizadores, segundo ele, misturam-se "gostosamente" com "mulheres de cor." A prática contínua da violência sexual, de acordo com a obra, é o marco inicial do processo de miscigenação no Brasil, do qual o homem branco é inocentado e a mulher negra, culpabilizada. Portanto, a descrição e o pensamento freyriano acerca da caracterização da escravização, especialmente da representação imagética da mulher negra nesse processo, seja como força motriz de pesadas atividades domésticas ou alvo de violências diversas, não reflete, nem mesmo em nível superficial, a dor e o sofrimento experimentado por quem foi vítima dessas atrocidades em níveis individuais ou sócio-históricos.

Além da naturalização das violências, no campo real ou simbólico, que alvejam a mulher negra até a atualidade, a divisão laboral por gênero e raça e, no caso de *Cartas a Uma Negra*, por situações migratórias, elementos que se aglutinam em aparelhos

discriminatórios, que privam de direitos e voz, ainda configura uma notória e sólida continuidade de resquícios escravagistas, como também da normalização destes pela perpetuação de condutas e tecnologias de poder que, interconectados, subjugam e inferiorizam mulheres negras, de modo a degradá-las em sua humanidade. A manutenção dessa configuração social, que tem como principais pilares a categorização patriarcal e racista de poder, mostrou-se indispensável para a construção sociopolítica e econômica da contemporaneidade, dando origem a traumas com incalculável dimensão para as mulheres negras que ainda enfrentam enormes batalhas em busca de emancipação e respeito. Conforme a proposição de Angela Davis:

> Em um ensaio ferozmente crítico intitulado "The Servant in the House" [A serviçal na casa], W. E. B. Du Bois argumentou que, enquanto o serviço doméstico fosse a regra para a população negra, a emancipação permaneceria uma abstração conceitual. "O negro", insistia Du Bois, "não alcançará a liberdade até que esse odioso emblema de escravidão e medievalismo seja reduzido para menos de 100%". As mudanças estimuladas pela Segunda Guerra Mundial forneciam apenas uma sugestão de progresso. Após oito longas décadas de "emancipação", os sinais de liberdade erma sombras tão vagas e distantes que era preciso forçar os olhos para vislumbrá-las (Davis, 2016, p. 160).

Em *Cartas a Uma Negra*, Françoise Ega narra acontecimentos onde é clara a presença da herança escravocrata, de constituição colonial, como um componente de caráter interseccional que, fundido com outros fatores como a raça, classe e gênero, gera processos discriminatórios que provocam opressão, exploração e silenciamento das mulheres negras no seio das organizações sociais no transcorrer da história, não somente nas duras situações e condições de trabalho das imigrantes que atuam como domésticas, diaspóricas, na França, mas também na estruturação do arquétipo relacional destinado a elas. Originárias de várias partes da Mesoamérica e do Sul do continente, com ênfase do Caribe, desembarcaram na Europa, iludidas por promessas de empregos que lhes conferisse dignidade, gerando renda para que pudessem ajudar suas famílias. Em vez disso, se deparavam com panoramas análogos ao trabalho escravizado, como o alegado e expansivo endividamento iniciado em sua chegada a Marselha, com as despesas da viagem: "uma patroa pagou a minha viagem! Preciso reembolsar cento e cinquenta francos por mês. Ganho duzentos e vinte. Sobram setenta para o dia-a-dia." (Ega, 2021, p. 11). O exaustivo e pesado serviço, sem qualquer limitação à exploração que lhes era imposta, serve como espelho da desumanização dessas mulheres: "Além disso, olha como eu trabalho! Até às dez da noite! Me levanto às seis da manhã, nem tenho tempo de comer!" (Ega, 2021, p. 11).

De acordo como que é narrado ao longo das epístolas, as trabalhadoras domésticas afro-americana, de origem antilhana, ao conseguirem trabalho no lar de uma família francesa, executam atividades que não são reservadas só, por exemplo, à limpeza da casa, do banheiro ou a arrumar as camas. Desempenham essas tarefas, assim como diversas outras, sem qualquer opção de limite funcional, espaço para desgaste ou horário para término, o que denota o fato de que sua humanidade é ignorada devido a sua origem, raça e gênero, sendo obrigadas a reprimir suas sensações e desgostos pela execução de um serviço muito pesado e nada valorizado. Em uma conversa com uma de suas conterrâneas, Françoise Ega, de modo contemplativo, constata:

> Eu as vejo, e é sempre igual, são compradas por um tempo determinado, ou quase isso. As patroas fazem como todas as suas amigas abastadas, têm uma empregada antilhana, mais flexível e mais isolada que a empregada espanhola de outrora. Nessa loteria, há quem tire a sorte grande e vá parar na casa de pessoas cheias de dignidade e humanidade. Há outras, e são a maioria, que se dobram ao jugo. Esta aqui me conta como, sob pena de sanção, é forçada a limpar as roupas íntimas da dona da casa. Outra come de pé. Outra é levada a um chalé na montanha e obrigada a buscar água na fonte, a qual encontra apenas depois de remover a neve com picareta (Ega, 2021, p. 12).

Como instrumento analítico de investigação e compreensão dos componentes aglutinados, presentes nas tecnologias de poder que fomentam as relações sociais, originando processos persecutórios, de aniquilação identitária e de voz que atingem diretamente as mulheres negras, pobres, como em *Quarto de Despejo* e, no caso de *Cartas a Uma Negra*, imigrantes em situação de diáspora, a interseccionalidade, como ferramenta teórica, adquire basilar importância por não estar atrelada à análise de composição unilateral, restrita somente ao gênero.

Nessa esfera, Collins e Bilge (2020) reforçam seu papel elementar, cujo foco epistemológico reside nos componentes estruturais convergentes, como os relatados nas obras das autoras em estudo, assim como no potencial diálogo entre elas por meio de sua escrita, uma vez que essa vertente teórica considera fatores como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia e faixa etária, entre muitos outros aspectos que, em estado de entrecruzamento, se fundem em uma mescla cujo resultado é uma série de procedimentos psicossociais complexos, pautados na discriminação que dá eixo ao banimento e negação da existência dessas mulheres, em uma causticante linha de tempo que se estende à atualidade.

Entretanto, aproximando a contemplação investigativa da obra de Françoise Ega do estudo dos procedimentos interseccionais que constituem as relações de poder que

afetam especificamente as mulheres afro-americanas em diáspora, é fundamental citar Carla Akotirene, quando esta tece uma crítica contundente aos padrões feministas eurocêntricos, encontrando afinidade teórica em feministas negras diaspóricas (afro-estadunidenses e afro-latinas), africanas, feministas alinhadas ao pensamento decolonial, corrente teórica que adota, como principal finalidade, o aprimoramento de um pensamento feminista centrado no estudo, interpretação e visibilidade dos processos históricos de dominação e resistência das mulheres do Hemisfério Sul do planeta, particularmente das mulheres negras, indígenas e lésbicas, frisando a necessidade de investigar a ancestralidade de mulheres em situação diaspórica. Françoise Vergès (2020) evoca contrapontos e aproximações em uma interlocução que necessita de eco por diversas vozes. Ainda segundo Akotirene (2019, p. 77), "universalizante e deliberada, a sororidade dá a falsa impressão de existir empatia e homogeneidade de posicionamento terceiro-mundista, africano e estadunidense contra o colonialismo moderno. Por isso, é imprescindível que se evoque a multiplicidade dos pensamentos." Dessa forma, verifica-se que *Cartas a Uma Negra*, sob a perspectiva do serviço doméstico como efetivação de apagamento da humanidade e animalização de mulheres negras e diaspóricas, é precisa e pungente a aquarela da interseção de elementos opressores e excludentes. Contudo, por conta da narrativa das mulheres retratadas na obra, como também na de Carolina Maria de Jesus, a destinatária de suas cartas, o prisma interseccional necessita ser observado e efetuado, também, pelo foco decolonial, devido às histórias de vida refletidas na escrita de suas autoras.

CAPÍTULO 3: CAROLINA, FRANÇOISE, INERSECCIONALIDADE E DECOLONIALIDADE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Ao se adotar como ponto analítico o feminismo interseccional e a decolonialidade no estudo dos diálogos, explícita ou implicitamente presentes na interação literária entre *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a Uma Negra*, se constata que a literatura de autoria feminina negra latino-americana, como Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, ilustra uma urgente, ainda que gradual, ruptura com as tecnologias de silenciamento, subalternação e invisibilidade, derivadas do colonialismo, das quais as mulheres negras são alvo direto. O apagamento identitário e a desumanização da mulher originária ou diaspórica, por meio de violências reais e/ou simbólicas, transcorre desde os processos eurocêntricos de conquista e expansão territorial até a consolidação da maioria dos países da América Central e do Sul como nações independentes, estendendo-se à atualidade.

Embora à época do lançamento das obras que servem de referência para esta pesquisa, os conceitos de *Interseccionalidade* e *Decolonialidade* não haviam sido cunhados e consolidados como instrumento teórico de estudos feministas, o fazer literário dessas escritoras representa, mesmo que de modo embrionário, uma frente de luta contra o modelo de organização econômica patriarcal, genocida, misógino, racista e epistemicida, concebido, concretizado e perpetuado pelo capitalismo de matriz europeia e norte-americana que atinge, de forma precisa e devastadora, a mulher preta, em situação de diáspora.

Conforme a profundidade de suas narrativas é descortinada e trazida à luz da investigação acadêmica e do debate social, são criados ambientes que invocam a necessidade de contemplação de suas memórias, angústias, sofrimentos e lutas resultantes do enfrentamento diário de violências de gênero, racial, de classe e resiliência frente à dureza de suas realidades, assim como as de tantas outras, em semelhantes contextos. “Ao criarem ou narrarem histórias e identidades, as autoras (re)inventam a si mesmas e desconstroem conceitos padronizados sobre personagens femininas negras na literatura brasileira, principalmente, nos cânones literários” (Soares; Jorge, 2020, p. 31).

No âmbito da literatura tornada canônica, ainda se mostram raras as autoras negras que atingem proeminência editorial, em nível mundial, sendo a probabilidade de que isso aconteça mais atípica quando seu berço reside em países situados sob a linha equatorial. Quando algumas alcançam prestígio global, são conceitualmente categorizadas segundo os padrões tradicionais eurocêntricos de visão e enquadramento de gênero literário. Mignolo (2005) afirma que a sustentação dessa hegemonia europeia sistêmica encontra base nos princípios da colonização, entronizando-se no imaginário popular de forma contínua. Essa delimitação conceitual padroniza o que é ou não “literatura” e detém lugar central na opinião pública ocidental como um incômodo vestígio dos processos de colonização, nos quais havia a ideia de que os povos de

terras não europeias, no período de suas "descobertas", eram formados por bárbaros, sem qualquer traço cultural de civilização. Por essa razão, não teriam capacidade para a produção e manutenção de traços culturais próprios que fossem dignos de preservação ou mesmo de respeito.

No espectro do enfrentamento dessa conjuntura, pelo perfil interseccional e decolonial de suas histórias, escritoras diaspóricas como Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega têm fundamental papel, especialmente no que é relativo à escrita de si como agente motor da memória e expoentes de traços culturais e problemas socioeconômicos de um povo e sua região. O estudo da memória em cenário literário se constitui, conforme Benjamin (1985), no foco necessário em sua relação com a história, evocando a probabilidade de um estudo imersivo em pautas cotidianas ilustradas em obras autodiegéticas, como *Quarto de Despejo* e *Cartas a uma Negra*. Da esfera individual, a memória atua como ponto de partida para a compreensão dos fenômenos psicossociais contidos em obras literárias de cunho não ficcional, por sua imbricação com o conjunto memorial de caráter coletivo. De acordo com o autor, esse conceito abrange, também, o entrelace entre as concepções acerca do presente e do passado, propiciando a apreensão e reflexão sobre questões de viés social, tanto da contemporaneidade quanto do passado desnudo a partir de releituras ou novas contemplações, na atual realidade.

A expansiva notoriedade alcançada por autoras como Carolina e Françoise, mulheres pretas, diaspóricas, em situação de vulnerabilidade social e econômica, nas pesquisas acadêmicas deriva, conforme Culler (1999), das transformações no modo de o pesquisador apreender e interpretar suas escritas sob a perspectiva de novos aportes teóricos, como a *Interseccionalidade* e da *Decolonialidade*, compreendendo suas narrativas como retrato de histórias de vida e construção identitária. O autor conceitua essa forma de discurso literário como "linguagem performativa", caracterizado por meio de uma estrita ligação entre o objetivo do falante e o significado de sua fala e, visto que, nesse panorama, as ações são efetuadas por meio do emprego da palavra, pautado em fatos e convenções, não em ditames canônicos ou padrões linguísticos. Desse ângulo, a linguagem literária torna-se, de forma libertadora, geradora de conceitos e ideias com maior possibilidade de serem convertidos em práticas. Na conjectura do autor:

> [...] a linguagem performativa traz para o centro do palco um uso da linguagem anteriormente considerado marginal – um uso ativo, criador do mundo, da linguagem, que se assemelha à linguagem literária – e nos ajuda a conceber a literatura como ato ou acontecimento. A noção de literatura como performática contribui para uma defesa da literatura: a literatura não é uma pseudodeclaração frívola mas assume seu lugar entre os atos de linguagem que transformam o mundo, criando as coisas que nomeiam (Culler, 1999, p.97).

Em *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, obras de perfil não ficcional, autodiegético, interseccional e decolonial, a linguagem torna-se "performativa no

sentido de que não apenas transmite informação, mas realiza atos através de sua repetição de práticas discursivas ou de maneiras de fazer as coisas estabelecidas (Culler, 1999, p. 99)". O autor estabelece uma relação entre a linguagem performativa e as problemáticas empíricas que dão origem a algo inédito, na esfera sociopolítica e literária. Em uma explanação mais detalhada, o autor postula que:

> [...] tanto o ato político quanto o literário dependem de uma combinação complexa, paradoxal, da linguagem performativa e da constativa, em que, para ser bem-sucedido, o ato deve convencer, referindo-se a estados de coisas em que o sucesso consiste em criar a condição à qual se refere. As obras literárias afirmam falar-nos sobre o mundo, mas, se são bem-sucedidas, o são através da criação dos personagens e acontecimentos que relatam. Algo semelhante está em ação nos atos inaugurais da esfera política (Culler, 1999, p.99).

Quanto ao impacto da linguagem performática, no que concerne à ruptura de padrões ideológicos, a escrita efetuada por mulheres pretas, sobre os processos discriminatórios e os diversos tipos de violência dos quais são alvos, evidencia a urgência de seu discurso por tecer críticas contundentes ao constante silenciamento e apagamento de suas identidades que procuram minar suas existências, questionando as tradições culturais ocidentais, amparadas pelo discurso predominantemente europeu e falocêntrico[20], mesmo antes da cunhagem do termo *Interseccionalidade* por Crenshaw (1989) e já, anteriormente a isso, estudados por Angela Davis e Patricia Collins, para citar alguns exemplos.

Por esse viés, é claramente perceptível a intenção das autoras negras, enquanto mulheres que se encontram na interseção entre vários elementos excludentes, segregários, de estabelecer um lugar para sua própria voz. Por essa razão, nas vozes literárias femininas de autoria negra, estão concentrados esforços por suas afirmações como autoras. Nesse campo, a autoria feminina negra alcança destaque pela força de suas enunciadoras, sujeitos que lutam contra adversidades múltiplas pelo simples fato de serem mulheres, tendo fatores como raça e classe como obstáculos agravantes contra suas lutas para que se tornem uma voz ativa e relevante diante da crueldade das realidades vivenciadas por elas. Tornam-se, ainda, um núcleo de resistência aos vários mecanismos de extinção identitária e epistemicídio que as subalternizaram, ao longo da história.

Partindo desse pressuposto, pelo prisma interseccional e decolonial, a observação investigativa do diálogo entre as obras de Carolina Maria de Jesus e

[20] Que defende a superioridade masculina.

Françoise Ega, mesmo que de forma projetiva, idealizada, favorece o surgimento de uma conjunção que tem origem na constituição subjetiva de suas próprias vivências, onde ambas se impõem como "sujeito-mulher-negra" (Evaristo, 2005, p. 54), dado o alto teor de autorrepresentação em suas escritas, que tece um forte contraponto aos estereótipos historicamente figurativos da mulher negra. Fernandez (2015) destaca que a narrativa autobiográfica configura o principal ponto de alicerce para o exercício literário de autoras como Carolina e Françoise, haja vista que ambas reconstroem as lembranças que integram seus cotidianos, imprimindo solidez e concretude a sua escrita. Nesse contexto:

> Carolina de Jesus, enquanto escritora, constrói-se como uma personagem autodidata, isto é, suas narrativas mostram como ela adquiriu conhecimento sobre as coisas "do mundo da vida" conforme foi sendo absorvida pelas palavras, pela linguagem, pelas leituras, e como ela própria está inserida na linguagem, sentia-se presa à matriz do conhecimento que precisa ser colocado no papel para sanar as perturbadoras, mas esclarecedoras, ideias (Fernandez, 2015, p. 291).

O diálogo projetivo de natureza fictícia e literária com a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, idealizado por Françoise Ega, propicia o aumento do entendimento acerca do lugar de mulheres diaspóricas e tornadas periféricas na literatura. São autoras negras, pobres, latinas, de ascendência africana, marginalizadas em sua condição humana, anuladas em sua existência, que atuam como vozes agentes contra a manutenção das sociedades patriarcais, emergindo como personagens de enorme representatividade, na literatura.

O sistema de ordem patriarcal categorizou, de forma degradante, a mulher preta, reproduzindo estereótipos femininos negros que foram perpetuados através de vários instrumentos da expressão humana, como as artes e, particularmente, a literatura. Os relatos nas obras operam fortemente como uma quebra de paradigmas de colonização social e literária da identidade feminina negra, já que, a partir da sua principal influência, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a Uma Negra* têm engendrado transformações significativas, embora paulatinas, no ambiente literário desde a época de suas primeiras publicações. Tais obras têm se convertendo em itens de necessária representatividade para tantas outras mulheres pretas que sofrem, em maior ou menor grau, processos de discriminação, silenciamento e anulação de suas identidades, no espetro de sua humanidade.

A interlocução imaginária entre as escritoras, uma brasileira e outra martinicana radicada na França, exibe a construção singular de suas identidades narrativas, sendo

estas compreendidas pela escrita de si como catalisadora de experiências psíquicas e sociais que derivam da dor e opressão cotidianas que vivenciaram como mulheres marginalizadas por sua raça, lugar socioeconômico e gênero, o que gera pontos de coesão com muitas outras histórias de vida similares.

Evidenciando o conceito de identidade narrativa como elemento de confronto com os paradoxos e perplexidades presentes na pessoalidade identitária, em escritas não ficcionais, Ricoeur (2014) aponta para a ideia de que a narrativa de si possui, na figura do autor-narrador, justificativas plausíveis para a proeminência da descrição sobre a ação, contexto em que o autor prescreve e determina a organização de suas atitudes e pensamentos. Trata-se do estabelecimento da relação entre a efetivação da ação e o delineamento de si, na aglutinação do descrever, do narrar e do prescrever. Dessa forma, o autor destaca que a elaboração da narrativa da identidade pessoal ocorre quando seu executor assume o posto de personagem, já que esta última também se torna responsável pela efetuação da narrativa: “a categoria da personagem, portanto, também é uma categoria narrativa, e seu papel na narrativa diz respeito à mesma inteligência narrativa do enredo” (Ricoeur, 2014, p. 149).

Como elementos de fundamental preponderância na construção da escrita de si, o tempo e a memória se traduzem na concretização dos perfis narrativos de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega. Tempo e memória motivam a enunciação interlocutora consumada apenas na esfera da idealização por Ega, que identifica na escrita de Carolina a similaridade entre suas dores, seus sofrimentos, as privações impostas às realidades diárias de ambas, por conta dos elementos interseccionais que impulsionam as tentativas de extinção de suas figuras, como também por sua situação como mulheres diaspóricas da América do Sul.

Sobre a influência temporal e memorial como componentes da compleição do autor-narrador como elemento literário, Certeau (1998) preconiza que a memória é engendrada pelo sujeito através das circunstâncias nas quais se encontra inserido. Quando os fatos que a sedimentam são finalizados, as circunstâncias perdem sua vitalidade física e relevância concreta, já que nunca mais ocorrerão do mesmo modo. Dessa perda de materialidade, surgem as lembranças imprimidas na subjetividade do escritor. Por essa razão, fatos anteriormente ocorridos passam a ser rememorados somente quando evocados por circunstâncias inéditas. De modo similar à memória, o tempo se relaciona com ocorrências passadas no momento que, em instância narrativa,

se conjuga com a história e a figuração identitária para que seja possível contar uma história de vida.

No caso de Carolina e de Françoise, as vivências contidas em suas obras evocam não só a necessidade compreensão da interlocução entre elas por meio de uma perspectiva que leve em consideração não só fatores como gênero, raça e classe, mas também o forte aspecto diaspórico de suas genealogias. Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega foram mulheres pretas, pobres, sul-americanas que fizeram da crítica sobre suas realidades uma forma de resistência à imposição do colonialismo sobre seu lugar no mundo. Mesmo assim, tiveram suas trajetórias de vida determinadas pelas consequências de uma estrutura decorrente do colonialismo.

As condições de sobrevivência das escritoras foram sempre pautadas pelo racismo, componente intensificador da misoginia que as alvejou, juntamente com o preconceito e pela situação de vulnerabilidade socioeconômica que sempre as cercaram, além das questões reativas à xenofobia que acompanharam Françoise Ega e seus conterrâneos, em Marselha. O feminismo negro, seja ele visto pela lente interseccional e/ou decolonial, parte da mesma concepção lógica de que tanto a força da opressão racial quanto a discriminação por gênero e classe de gênero concretizam “uma forma de racismo única vivenciada pelas mulheres negras e racializadas” (Kilomba, 2019, p. 99).

Essas elucubrações tornam-se perceptíveis através da constatação da ilustração de mulheres negras e pobres na base da pirâmide sociopolítica de reparação histórica, sendo que as políticas públicas não se mostram eficientes para a reversão desse cenário. Por essa razão, o racismo deve ser epistemologicamente investigado “enquanto uma dimensão central e crucial da experiência das mulheres” (Kilomba, 2019, p. 103).

Portanto, a interlocução idealizada entre *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, que parte da narração de si como instrumento reivindicatório de voz e lugar na literatura, origina, de certa forma, um pioneirismo na abertura dos caminhos que levariam à consolidação de suportes teóricos feministas voltados aos estudos interseccionais e decoloniais. Uma análise como esta busca romper com os modelos dominantes, patriarcais e europeus, que se tornaram universais, construídos pelas instâncias culturais do poder. Traz luz aos saberes inferiorizados pelos dispositivos de racialidade e colonização, valendo-se da escrita como um mecanismo de denúncia de vidas silenciadas pela vulnerabilidade ocasionada pelos processos discriminatórios múltiplos que vitimaram suas autoras, cujo fazer literário vai de encontro com os principais pilares do feminismo voltado às mulheres subalternizadas.

3.1 O Quarto, as Cartas e a Interseccionalidade

A combinação de elementos particulares, como gênero, raça e categorização socioeconômica se encontra fortemente arraigada à estruturação ainda colonial, de cunho eurocêntrico, que fomenta as desigualdades sociais, exibindo estruturas previsivelmente inabaladas mesmo frente à evidente diversidade sociocultural de indivíduos, nas Américas. Nessa conjuntura, a enunciação feita por Françoise Ega, no sentido de estabelecer um contato de natureza interlocutora, no campo da projeção literária, com Carolina Maria de Jesus, evoca não só a pressa de trazer *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a Uma Negra* a um lugar de destaque e centralidade, na esfera da literatura como núcleo de análise, mas também de estudar tais obras, no campo acadêmico e da educação básica, pelo viés teórico da *Interseccionalidade.* Assim, obras como essa possibilitam discussões como resistência aos aparelhos ideológicos que geram privação de direitos fundamentais à condição humana, subalternização, marginalização e silenciamento dos que foram categorizados, de forma colonial, patriarcal, misógina e racista, como "minorias".

Como conceituação de categoria epistemológica, o termo foi primeiramente utilizado por Crenshaw (1989), na obra *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, cuja proposição conceitual tem, como ponto de partida, a metáfora que ilustra mulheres não brancas e pobres como pessoas posicionadas no meio de um cruzamento. Na tentativa de atravessá-lo, são atingidas por diversos veículos e violentamente lançadas, de um lado para outro: "no nível mais simples, raça, gênero e classe estão implicados juntos porque o fato de ser uma mulher de cor se correlaciona fortemente com a pobreza" (Crenshaw, 1994, p. 96, **tradução minha**)[21].

Em nível de importância imagética, o uso ilustrativo de avenidas torna possível a compreensão acerca das ferramentas de controle e opressão. A atuação delas reside, em nível individual, na constituição da identidade, enquanto os cruzamentos correspondem aos pontos de interseção entre elas: "essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes" (Crenshaw, 2002, p. 177). Sobre isso, ilustra a autora:

---

[21] Do original: *At the simplest level, race, gender, and class are implicated together because the fact of being a woman of color correlates strongly with poverty*.

> [...] por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações, os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem – as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Crenshaw analisou, também, a atuação dos movimentos reivindicatórios negros e feministas, concluindo que as mulheres negras, até então, eram postas à margem desses contextos de lutas sociais, tanto pelos movimentos raciais quanto pelos feministas. Suscitou, também, reflexões sobre pontos de investigação sobre os processos discriminatórios direcionados às mulheres negras, que não procuravam um ponto de visão por meio dos componentes interseccionais que fomentam a complexidade dessa problemática: "é menos provável que a vulnerabilidade interseccional seja identificada onde a análise dominante está estruturada como uma investigação categórica (ou de cima para baixo) sobre como as discriminações colorem nosso mundo social" (Crenshaw, 2002, p. 178, **tradução minha**). Concordando com a autora, Corrêa (2020, p. 8) destaca que: "análises que ignoram a produção de outras/outros, em uma abordagem investigativa interseccional, correndo o risco de serem parciais para as mesmas perspectivas privilegiadas e dominantes já em jogo"[22].

Em nível de resgate histórico, é válido ressaltar que, embora Crenshaw seja largamente apontada como pioneira na idealização e concretização dos estudos interseccionais, devido ao fato de ter cunhado o termo que os nomeia como vertente teórica, já existiam, anteriormente, autoras diversas que se dedicavam à observação e investigação de componentes de dominação e controle social que, interligados, atingiam as mulheres pretas. Mesmo galgando espaço e prominência no âmbito das discussões acadêmicas, a partir da década de 1970, foi como movimento social que a *Interseccionalidade* adquiriu solidez e força, como teoria e método de estudo, ao longo dos anos vindouros.

Antes do movimento que viria a ser classificado como *A Segunda Onda Feminista*[23], a construção teórica do que se categorizava como estudos ou saberes pertinentes ao feminismo era engendrada por feministas brancas, que tomavam como

---

[22] Do original: *Analyses which ignore the production of the Others, in an intersectional approach, run the risk of being partial to the same privileged and dominant perspectives already in play.*

[23] A publicação de Martha Weinman Lear (1968), sobre a "segunda onda do feminismo", descreve uma época marcada por mobilizações diversas, de mulheres que buscavam o sufrágio. Até então e mesmo durante sua vigência, os estudos feministas não abraçavam mulheres na linha de frente das trincheiras de resistência (em especial, as mulheres pretas). Mesmo a categorização do feminismo em "ondas" tem origem em preceitos acadêmicos brancos, de matriz eurocêntrica.

referência apenas os movimentos relativos ao aspecto geral de conquistas femininas, ainda que não se negue a importância delas como vetores de representatividade política, como o direito de votar. Mesmo que se observassem tentativas tímidas de aberturas inclusivas às mulheres que não ocupavam esse enquadramento, a investigação acadêmica sobre o feminismo, nesse período, se encontrava ainda limitada a uma produção intelectual operada por estudantes pertencentes a grupos privilegiados, limitando o conhecimento sobre a problemática a uma perspectiva unilateral. Sobre a *Interseccionalidade* e a morosidade como obstáculo na luta pela inclusão da mulher negra nas investigações acadêmicas sobre o feminismo, como também acerca da resistência à universalização da experiência de ser mulher, Akotirene afirma:

> [...] [a] interseccionalidade revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo, rejeita a brancura das ondas feministas, que não passaram experiências da colonização e nem sequer compuseram o projeto intelectual emocionado, manifesto de força teórica negra, sem estar presa às correntes eurocêntricas e saberes narcísicos (Akotirene, 2019, p. 22).

Davis (2016) aponta para o fato de que, para as mulheres brancas e privilegiadas que se dedicavam à construção dos aportes teóricos feministas, não havia prioridades para questões que, de forma opressora, eram vivenciadas constantemente por mulheres não brancas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como sua pauperização, baixíssima renumeração laboral e largo embotamento de sua humanidade, no espectro da subsistência. Tangente a essa questão, durante e posteriormente à segunda onda, surgiram críticas de outros segmentos dedicados à pluralização do feminismo como, por exemplo, das feministas indígenas sobre sua invisibilidade: “elas não apareceram subitamente na terceira onda para trazer diversidade ao feminismo convencional. [...] a produção intelectual e o ativismo de mulheres negras, chicanas, asiático-americanas e indígenas não derivaram da chamada segunda onda do feminismo branco, mas eram originais em si.” (Collins; Bilge, 2021, p. 101-91).

É necessário enfatizar os anos entre as décadas de 1970 e 1990, nos Estados Unidos, como período histórico marcado pelas lutas por uma abrangência que incluísse, nos debates e produção acadêmica feminista, mulheres pretas e as particularidades que compõem os processos discriminatórios dos quais são vítimas, como também do modo interligado como estes atuam. Mobilizações de mulheres afro-americanas tiveram fundamental papel para o estabelecimento da categorização teórica da

interseccionalidade, na teoria feminista. Sobre esse cenário, Collins e Bilge destacam que:

> [...] durante a década de 1970, as afro-americanas expressaram suas ideias em panfletos políticos, poesias, ensaios, coletâneas, arte e outras formas criativas dentro dos movimentos sociais e se envolveram em iniciativas comunitárias locais, desenvolvendo, ao longo do tempo, *sensibilidades interseccionais*. Como as afro-americanas não apenas participaram, mas também assumiram posições de liderança dentro do movimento Black Power e pelos direitos civis, viram a importância de testar as ideias em contextos políticos. Ao mesmo tempo, elas usaram o que aprenderam nos movimentos sociais para construir análises sobre a desigualdade social (Collins; Bilge, 2021, p. 91).

Sobre o feminismo interseccional, o nome de Angela Davis, além de Patricia Collins, Toni Morrison e bell hooks, ganhou expressivo destaque, desde a década de 1970, até a contemporaneidade, sendo a autora bastante popular no Brasil, por meio da publicação das seguintes obras: *Mulheres, Raça e Classe* (2016) e *Mulheres, Cultura e Política* (2017), além do lançamento de livros inéditos, como *A Liberdade É Uma Luta Constante* (2018), *Estarão as Prisões Obsoletas?* (2018) e *Uma Autobiografia* (2019). Sua significativa aceitação no país pode ser entendida por vários motivos, com destaque para suas articulações com movimentos operados por mulheres negras brasileiras, seja pelo feminismo negro em ascensão ou pelo protagonismo dos movimentos sociais negros, de modo geral.

As reflexões teóricas de Davis se encontram direcionadas à análise dos processos opressores voltados às mulheres pretas. Em sua concepção investigativa, estes são fortemente potencializados pelo capitalismo, em todas as suas vertentes de exploração e desumanização. Em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), ao abordar a condição da mulher preta, a autora não a situa isoladamente, classificando-a como mero fenômeno contemporâneo. Afirma que esse mecanismo de apagamento identitário de privação da humanidade não a pensa de forma isolada de um sistema que produz tal desumanização. Aponta para um mecanismo criado e mantido, de modo quase intacto, desde a época da escravização, particularmente, das mulheres traficadas de África e de suas descendentes, nascidas em terras colonizadas.

> [...] se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimento sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca da emancipação (Davis, 2016, p. 17).

Como resgate histórico das primeiras vozes contra o patriarcado branco e elitista que perpetuava a naturalização do racismo e da misoginia, é fundamental frisar o fato de que, antes de Collins, Davis, Crenshaw e suas contemporâneas, Sojourner Truth, ex-escravizada, atuou como uma feminista pioneira, no sentido de contemplar e tecer elucubrações, de modo interseccional, não só sobre os meios de apagamento e desumanização da mulher preta, mas também acerca do lugar social dos povos negros de sua época, escravizados. Por meio de seus diversos discursos, trazia à opinião pública, de forma pontual, incisiva, o abismo entre a figuração social das mulheres negras e as condições de vida das mulheres brancas.

Um ponto de destaque, nas reflexões e discursos de Truth, encontra base no fato de que mulheres negras eram forçadas ao trabalho causticante, de forma exaustiva e degradante, desde sua infância, lado a lado com homens negros. Por essa razão, estavam sujeitas à naturalização da ideia que as colocavam em lugar de igualdade com os homens, no que tange à execução de trabalho. No seu discurso mais célebre, de título "*Não Sou Uma Mulher?"*[24], Truth, como resposta à categorização sexista e racista da natureza feminina como sendo frágil, afirma:

> "Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa)... Eu lavrei, plantei, colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem [...] e ser chicoteada também – e não sou uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher?" (Truth *apud* hooks, 2014, p. 226).

Mesmo que proferida bem antes do termo ser cunhado, essa fala de Truth se constitui em uma potente evocação da interseccionalidade. Com espantosa franqueza, expõe as diversas frentes que formavam os processos opressores que vitimavam mulheres negras e escravizadas, seja nas pesadas rotinas de trabalho braçal, enfrentando a dor de ver seus filhos sendo vendidos e exercitando a resiliência para contornar todos os sofrimentos impostos a elas.

hooks (2014), em seu texto *Mulheres Negras e Feminismo*, destaca quatro obras consideradas de suma relevância para o feminismo que minimizam a importância da atuação das mulheres negras nos movimentos de luta pelos direitos femininos, no Século XIX na luta pelos direitos das mulheres no século XIX: *The Remembered Gate: Origins of American Feminism* (O portão recordado: origens do feminismo americano),

[24] Do original: Ain't I a woman?

de Barbara Berg, *Herstory* (Sua História), de June Sochen, *Hiden from History* (Escondidas da História), de Sheila Roebothan, *The Women's Movement* (O Movimento de Mulheres), de Barbara Deckard. É possível constatar, por meio de seus títulos, que abordam pontos relativos às origens do feminismo estadunidense. Contudo, reverberam o esquecimento da mulher negra não só na construção do feminismo como uma articulação social, como também na própria História. Dessa forma, acabaram por tornar-se cúmplices da negação da mulher negra como atuante nas lutas pelos direitos das mulheres, consonantes com os dispositivos de poder contra os quais, paradoxalmente, se posicionaram[25].

Ainda conforme a autora, que frisa o trabalho intenso das mulheres negras pela defesa e consolidação dos movimentos em prol do feminismo, sendo silenciadas, de forma sistêmica, pelas mulheres brancas autointituladas "feministas", é providencial que se recorra às biografias de pensadoras e ativistas que, mesmo hoje algo esquecidas, se constituíram em referências basilares do feminismo. Nesse contexto, hooks destaca nomes como Mary Eliza Church Terrell, Josephine St. Pierre Ruffin, Fannie Barrier Williams, Victoria Earle Matthews e Anna Julia Cooper. A última teceu conjecturas acerca da atuação do racismo e do sexismo, de forma convergente, aglutinada, como um conjunto idealizado para atingir diretamente as mulheres negras. Efetuou, também, lutas com a finalidade de que as mulheres negras tivessem reconhecimento não somente como porta-vozes de sua raça, mas também como vozes imprescindíveis na defesa dos direitos femininos.

Cooper publicou, em 1892, *A Voice from the South* (Uma voz do Sul), libelo feminista que traz discussões acerca da posição das mulheres negras na sociedade, especificamente abordando a luta pelos direitos destas à educação de nível superior. Segundo hooks (2014), a ativista efetivava críticas severas aos homens negros por se recusarem a prestar apoio à luta pelos direitos das mulheres questionarem a legitimidade ou mesmo a necessidade de as mulheres reivindicarem integração às lutas pelas pautas, alegando que isso culminaria com a negligência das questões raciais.

Já no Século XX, com a conquista do sufrágio feminino em 1920, nos Estados Unidos, hooks (2014) destaca a necessidade das mulheres negras de se posicionarem frente a uma espécie de traição histórica por parte dos movimentos feministas. De forma

[25] hooks faz referência ao livro *Century of Struggle* (O Século da Luta), de Eleanor Flexner, publicado em 1959, como um dos raros trabalhos históricos sobre o movimento de mulheres que registrou a participação das mulheres negras, nos movimentos feministas pioneiros (2014).

deliberada, o apoio das mulheres brancas, autoproclamadas “feministas”, à plataforma que fortalecia a supremacia branca e patriarcal, por meio do sufrágio feminino, enfraquecia qualquer idealização de inclusão da mulher negra nas pautas do feminismo da época.

Como resultado desse panorama, seus privilégios não operaram quaisquer mudanças na vida social das mulheres negras. As mulheres brancas, por meio do seu voto, mantiveram seu apoio ao sistema imperialista, racista e patriarcal operado por homens brancos como seus pais, esposos e filhos.[26] Desse modo, as mulheres negras se viram, por várias vezes, sujeitas ao confronto não só contra a apropriação do feminismo pelas mulheres brancas, como também à oposição aos Estados Unidos em si, em razão de suas políticas racistas.

Por meio de amplas pesquisas históricas, hooks (2014) conjectura sobre a evidência da posição marginal, em nível de lugar social, destinado às mulheres negras pelas mulheres brancas, na história dos movimentos feministas, cenário que passou por mudanças pontuais ao final do Século XX. A negação desses atropelamentos identitários consistiu em uma estratégia largamente impetrada por mulheres brancas, cujo engajamento era apenas com pautas feministas responsáveis pela manutenção da exclusão racial, no núcleo do movimento. Para operar transformações necessárias nesse âmbito, o papel do feminismo interseccional na luta pelos direitos civis foi de imensa contribuição para a criação de um conjunto de memórias mantenedoras da luta feminista das mulheres negras, bem como para a elaboração de vertentes políticas essenciais à continuidade do feminismo, a fim de evitar a múltipla cisão do movimento, desconstrução e apagamento de identidades, no mundo contemporâneo.

Quanto aos estudos feministas interseccionais no Brasil, desde as décadas de 1970 e 1980, pensadoras brasileiras já atentavam para o perfil múltiplo e entrelaçado dos processos de apagamento de identidade e aniquilação de mulheres social e historicamente marginalizadas[27], evocando para a necessidade de criar e/ou adotar instrumentos que objetivassem a minimização das desigualdades sociais[28]. No que tange aos nomes em destaque, ligados aos estudos sobre o feminismo negro e interseccional no Brasil, pensadoras como Maria Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro,

---

[26] É historicamente sabido que, até 1965, o povo negro tinha seu direito ao voto negado. Essa situação mudou com a *Lei do Direito ao Voto*.

[27] NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019.

[28] GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, p. 223-244, 1984.

Karla Akotirene e Lélia Gonzalez são, certamente, referência nesse campo. Em uma visita ao Brasil, para divulgar o lançamento de *A Liberdade É Uma Luta Constante*[29], em outubro de 2019, em uma fala sobre Gonzalez, Angela Davis foi taxativa:

> [...] eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar essa referência nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês poderiam aprender comigo. [30]

Sobre os processos discriminatórios, de acordo com Gonzalez (1984), estão divididos em dois conceitos fundamentais: a "consciência" e a "memória". O primeiro tópico está relacionado a um campo de desconhecimento, encobrimento, alienação, esquecimento e mesmo do saber. Já o segundo reside em todos os aspectos da opressão que o primeiro tem a intenção de esconder, apagar e excluir. A relação categórica entre esses dois fatores é caracterizada por uma competição entre eles, sendo a mente humana o campo de disputa onde a vitória consiste na superação do consciente, no que concerne à reconstrução do conjunto de histórias coletivas dos povos negros, no país. A partir dessa batalha, a autora evoca a necessidade de cultivar o que chama de ancestralidade "crioula", de enorme importância para a composição da identidade negra e de suas lutas sociais. As movimentações interseccionais são essenciais para a compreensão das ferramentas de embotamento identitário e desumanização da mulher preta, pois operam transformações que minimizam o impacto desses aparelhamentos de poder e dominação.

Analisando os lugares sociais impostos às mulheres negras no Brasil, Gonzalez reflete epistemologicamente sobre cada um deles, problematizando-os sob o ponto de vista de seu engendramento estrutural. Como primeiro papel, dos tantos atribuídos a elas, há o da "mulata", lembrada somente no carnaval brasileiro, ocasião em que "transforma-se única e exclusivamente na rainha, na 'mulata deusa do meu samba', 'que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente'" (Gonzalez, 1984, p. 228), sendo invisibilizada e/ou invisível apagada logo após o fim do evento.

A ambivalência dessa figuração reflete, de modo simultâneo, uma espécie de fetiche mascarado de veneração à mulher preta, imputando a ela, também, uma vivência

---

[29] DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

[30] MARTINS, Bárbara. Lélia Gonzalez foi a nossa Angela Davis e deveria ser leitura obrigatória nas escolas e universidades. *Hypeness*, 2021. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2021/01/Lélia-gonzalez-foi-a-nossa-angela-davis-e-deveria-ser-leitura-obrigatoria-nas-escolas-e-universidades/>. Acesso em: 19 abr. de 2024.

cotidiana de subserviência em alguma atividade laboral doméstica de péssima renumeração e abusiva em diversos níveis, colocando um véu opaco sobre a interface da "violência simbólica" (Gonzalez, 1984, p. 228). Quanto à problematização das naturalizações sociais sobre as mulheres negras, Gonzalez acredita ser necessário um ângulo de visão interseccional acerca dos indicativos das diferenças entre elas e mulheres brancas. A autora pontuou, incisivamente, que raça, gênero e classe estão presentes, de forma antagônica, na dicotomia patroa/patrão e empregada doméstica. Nessa configuração, de acordo com ela, "o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama" (Gonzalez, 1984, p. 230).

Em outra instância, Gonzalez menciona o arquétipo da "mãe preta", responsável pelo exercício materno, com atribuições voltadas ao cuidado. Cabem a ela a amamentação e o banho, à medida que a mulher branca, não atuando no exercício da "função" materna, ausentando-se do cuidar e do educar, está restrita apenas a ser somente "a outra" (Gonzalez, 1984, p. 235). A transmissão de valores à criança também fica a cargo da mãe preta, por meio da língua materna conceituada por Gonzalez como "pretuguês".

Além do texto de Gonzalez, é válido evidenciar que Maria Beatriz Nascimento publicou *A Mulher Negra No Mercado De Trabalho*, importante compêndio brasileiro onde também são abordados os indicativos sociais das diferenças. Ela problematiza os pontos relativos à presença e inserção da mulher preta no mercado de trabalho, com ênfase na divisão sexual do trabalho. A autora (2019) discorre sobre a organização social e matriz colonial brasileiras, que definem a existência de "uma sociedade de castas, na qual os diversos grupos desempenhavam papéis rigidamente diferenciados" (Nascimento, 2019, p. 259). Como parte dessa conjuntura, constata-se a presença de dois pontos adversos, sendo um dotado de poderes e posições delineados para ajuste e privilégio da figura masculina configurada no contorno de proprietário do espaço, o senhor de terras. Quanto ao outro, é relegado à condição de subserviente, escravizado.

Nesse âmbito, a mulher branca foi destinada ao casamento e à maternidade, atribuições determinadas pelo paternalismo patriarcal. À mulher preta, no espectro do arquétipo social, restou o exercício subsidiário do trabalho pesado, de funções subsidiárias, de cunho braçal, rural e doméstico na "casa grande", dando continuidade ao rebaixamento de sua condição humana por meio da atividade laboral semelhante à de uma "escravizada". Por meio da identificação desses polos, Nascimento (2019) direciona seu pensamento ao aspecto estruturalmente volátil do mercado de trabalho no

Brasil, partindo do intenso processo de industrialização ocorrido na década de 1930. Nesse espectro, acerca das figurações atribuídas aos indivíduos marcados pelo "elemento racial", a autora postula:

> [...] o critério racial constitui-se em um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, resultado de patente discriminação. O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social, desobrigando-se a penetrar em espaços designados para os grupos de cor mais clara e perpetuando dialeticamente o processo de domínio social e privilégio racial (Nascimento, 2019, p. 261).

O entendimento da autora sobre a organização laboral, na sociedade brasileira, bem como acerca do lugar da mulher negra nesse contexto, aponta para a ideia de que:

> [...] sobrevivências patriarcais [...] fazem com que ela [a mulher negra] seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais", assim "ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial", o que traz uma evidência de que isso se dá tanto "ao fato de ser uma mulher de raça negra como [também] por seus antepassados terem sido escravos" (Nascimento, 2019, p.261).

Torna-se clara, a partir dessa conjuntura, a interseção que ilustra raça, gênero e classe social, que destina a mulher preta à condição de serviçal doméstica, herança ainda muito presente na atualidade do colonialismo e da escravização. Nessa esfera, Nascimento tece uma problematização pontual relativa à situação do mercado de trabalho brasileiro, em nível de inserção das mulheres negras em suas instâncias, destacando que:

> [...] a condição feminina a conduziu a um tipo de dominação sexual por parte do homem desde os primórdios da colonização. A exploração sexual de que foi vítima por parte dos senhores — situação determinada principalmente pela moral cristã portuguesa que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa, dependente economicamente do homem, e limitada quando esposa, ao papel de procriadora, com a vida sexual restrita à maternidade — fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça (Nascimento, 2019, p. 263).

Akotirene (2019), partindo das postulações teóricas e retomando os pressupostos de Crenshaw, quando esta cunhou o conceito de *Interseccionalidade*, caracterizou o cenário da mulher preta brasileira e subordinação a condições interseccionais de sobrevivência. Faz uma crítica necessária à aplicação dos estudos interseccionais que não contemplava mulheres diaspórica, indígenas e lésbicas de origem sul-americana, sendo voltado majoritariamente às mulheres negras do Hemisfério Norte, que tendem a

comtemplar a condição feminina de forma universalizada, tomando como base uma matriz eurocêntrica que norteia os estudos feministas tradicionais.

Propôs, também, o diálogo transatlântico acerca dos aportes teóricos interseccionais, chamando atenção para a necessidade de criação de um "método diaspórico feminista", a fim de proporcionar uma compreensão mais precisa da experiência de ser uma mulher negra no Brasil e aumentar os "diálogos com as *epistemes* dos povos colonizados" (Akotirene, 2019, p. 64). Para a autora, seria "oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como *locus* de opressões cruzadas, pois [...] esse território de águas traduz[iria], fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos" (Akotirene, 2019, p. 15). Como ferramenta epistemológica, "o pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultas heterossexuais" (Akotirene, 2019, p. 40).

Por meio de elenco e estudo das especificidades necessárias aos estudos interseccionais, levando-se em consideração fatores geográficos, demográficos e sócio-históricos, é coerente destacar a atuação da *Interseccionalidade* como uma vertente teórica que dez faz a prerrogativa de "um feminismo global e hegemônico como voz única" (Akotirene, 2019, p.14). Desta elucubração, estratégias de combate ao racismo, ao capitalismo e ao cis-heteropatriarcado ganham força e legitimidade. O estudo dos fatores interseccionais que formam as tecnologias de poder e subalternação da mulher negra deve aplicado a cada realidade territorial, temporal, psíquica, social e política, "em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos" (Akotirene, 2019, p.43).

Tomando como marco de partida a definição do lugar de fala como ponto de análise e debate dos mecanismos de opressão, Ribeiro (2017) evoca uma reflexão com base no conceito do local do discurso desenvolvido por Patricia Hill Collins, Audrey Lorde e Kimberlé Crenshaw, que contempla o modo "como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade" (Ribeiro, 2017, p. 67).

Nesse âmbito, segundo a autora, a ideia do lugar de fala vai além do que é considerada uma vivência individual, é necessária a reflexão sobre o *lócus*, pois há a fixação de um padrão hegemônico de pensamento feminista que tende a adotar um

contorno essencialista e universalista para enquadrar a experiência de ser mulher. Esse padrão está embasado unicamente no arquétipo da mulher branca, cisgênero, heterossexual e de classe média, matriz figurativa tipicamente europeia. Nessa perspectiva:

> [...] o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se radicalizem, entendam o que significa ser branco [...]. Ao promover uma multiplicidade de vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (Ribeiro, 2017, p. 69-70).

Para que o rompimento de barreiras e fronteiras denominacionais seja possível e efetivo, a fim de priorizar o pensamento na pluralidade de identidades pelo viés do suporte teórico interseccional, o feminismo negro a urgência de subverter limites que representam empecilhos contra um pensamento abrangente e inclusivo sobre as identidades e nos perfis culturais dos povos colonialmente subalternizados, avançando para além das categorizações de gênero, raça e classe que reduz a mulher negra, em seu lugar social e aspecto humano.

É *sine qua non*, também, destacar a importância da união entre mulheres brancas e negras na luta contra o sexismo, largamente frisada, em sua necessidade, por pensadoras feministas como bell hooks e Sojourner Truth, sendo esta uma pioneira, de forma pontual, nessas divagações semânticas e teóricas. De acordo com Ribeiro (2018), o combate contra a misoginia e qualquer outra prática ideológica machista, (especialmente quando resulta da amálgama de elementos que, de modo cindido, atingem as mulheres pretas) e em prol do empoderamento feminino negro depende, acima de qualquer conjectura, de ações que visem à criação de uma consciência coletiva sobre direitos sociais.

Nessa instância, segundo Akotirene (2019), urge a necessidade de compreender, na atualidade, os estudos feministas como uma articulação de caráter sociopolítico, com estrutura que vise desconstruir padronizações patriarcais, machistas. Deve abranger, também, o antirracismo e o combate a todas as formas de LGBTfobia, pois tratam-se de elementos diversos de processos opressores que, de maneira interseccional, pesam massivamente sobre seus alvos de exclusão. Ao não investigar esses aparelhos de forma cindida, como fragmentos distintos, torna-se concreta a possibilidade de adoção da

Interseccionalidade como aporte teórico norteador para a análise desses mecanismos de apagamento identitário e desumanização da mulher negra.

O campo literário abrange áreas diversas do conhecimento, como o direito, a filosofia, a antropologia e a história, como também outras ciências sociais. Nesse sentido o aspecto transdisciplinar dos estudos interseccionais na literatura propicia identificações de natureza reflexiva das ferramentas segregárias que pulverizam a diversidade das identidades, ao focar no entrelace de características que compõem suas vivências, como classe, raça e gênero, bem como as condições de sobrevivência, às quais estão submetidas. A análise do entrecruzamento de opressões diversas e o uso da *Interseccionalidade* proporcionam também as formas de resistência aos vários tipos de silenciamento e violências pelos quais as mulheres negras ainda se encontram subalternizadas. Sobre a transdisciplinaridade dos estudos interseccionais, Bilge afirma:

> [...] a interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

Como escopo temático do presente estudo, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a Uma Negra*, quando pensados pelo âmbito da interlocução que Françoise Ega propôs à Carolina Maria de Jesus, possuem clara e próxima relação que reside na escrita de si, efetuada por duas mulheres pretas, diaspóricas, em situação de vulnerabilidade social, econômica e tornadas periféricas, componentes cuja integração interseccional forma os vários instrumentos discriminatórios e excludentes, evidentemente refletidos em suas narrativas, que as vitimaram durante suas vidas.

Guardadas as devidas diferenças geográficas e cotidianas entre as histórias de ambas as autoras, as diversas similaridades entre os fatos descritos denotam o peso causticante das realidades por elas vividas, seja por uma catadora de papel, mãe solo e favelada em São Paulo, ou por uma imigrante antilhana submetida ao laboro desumano, no serviço doméstico, em Marselha, França. Mesmo antes da cunhagem do conceito de *Interseccionalidade*, no final dos anos 1980, e fora do espectro dos estudos teóricos do feminismo negro, a projeção por meio da enunciação feita por Ega pode ser vista, de certa forma, como uma espécie de discussão primária, mesmo que de modo

involuntário, do que, alguns anos mais tarde, viria a ser a base do feminismo interseccional.

Carolina Maria de Jesus frisa constantemente como tem consciência de sua inserção em um ambiente pautado pela reafirmação da dominação do homem. Paralelamente, a autora rejeita a condição que lhe é imposta pelo racismo e machismo, ratificando o orgulho não só da cor de sua pele, mas também de sua figuração como um todo, elemento que realça a magnitude e poder de sua narrativa:

> 16 de junho [...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta. [...] O branco diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém (Jesus, 2014, p. 64 e 65).

Em nível de constatação intertextual, o trecho acima citado guarda fortes semelhanças com a figuração do judeu Shylock, delineada por Shakespeare (2006) em *O Mercador de Veneza*, obra originalmente publicada em 1598, já que, guardadas as devidas diferenças narrativas entre as obras, a personagem fictícia e a narradora autodiegética se opõem à marginalização por parte das sociedades excludentes das quais são integrantes, lutando continuamente pela dignidade que lhes é devida, como demonstra, em dado momento, a fala de Shylock:

> [...] os judeus não têm olhos? Os judeus não têm mãos, órgãos, dimensões, sentidos, inclinações, paixões? Não ingerem os mesmos alimentos, não se ferem com as armas, não estão sujeitos às mesmas doenças, não se curam com os mesmos remédios, não se aquecem e refrescam com o mesmo verão e o mesmo inverno que aquecem e refrescam os cristãos? Se nos espetardes, não sangramos? Se nos fizerdes cócegas, não rimos? Se nos derdes veneno, não morremos? E se nos ofenderdes, não devemos vingar-nos? Se em tudo o mais, somos iguais a vós, teremos de ser iguais também a esse respeito (Shakespeare, 2006, p. 25).

A composição estrutural dos discursos de Shylock também aparece no filme *Ó Pai, Ó*, onde a diretora Monique Gardenberg (2007) adapta as falas do judeu em ocasiões onde algumas das personagens enfatizam, ao longo da película, a hipocrisia da sociedade cristã soteropolitana, que efetua celebrações ao carnaval e à cultura afro-brasileira, mas discrimina os que, de fato, vivem esse contexto sociocultural. A analogia feita pela cineasta aborda, em tom de crítica incisiva, questões de caráter universal como preconceitos, resistência e busca por respeito identitário dos sujeitos negros.

Além de sua contínua marginalização social, como contexto opressivo e minimizador da identidade dos subalternizados, a fome é outro elemento central na narrativa de Carolina Maria de Jesus. Durante toda a escrita de *Quarto de* Despejo, a brasileira destaca a crueldade das muralhas impostas a ela e seus filhos pela parca subsistência. Os desafios para conseguir o que comer ultrapassam a questão elementar da fome, mas afetam a subjetividade de sua família de maneira devastadora, como no episódio onde a autora não tinha dinheiro para comprar o mínimo de comida para seus filhos:

> [...] Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. [...] Eu tenho dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: - Viva a mamãe! [...] Choveu, esfriou, É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. [...] Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (Jesus, p. 30-32)

> [...] A comida no estômago é como combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Meu corpo deixou de pesar. Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se eu estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida. (Jesus, 2014, p. 44)

> [...] é quatro horas. Eu já fiz almoço - hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e repolho e linguiça. Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está no alcance do favelado, fico sorrindo atoa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante (Jesus, 2014, p. 49).

Devido à pungência neles relatada, os trechos acima citados podem ser correlacionados com as ideias de Davis (2016) acerca da não abolição do trabalho braçal feminino negro mesmo com o fim da escravização, como também com as condições degradantes de vida que sempre subalternizaram as mulheres negras. A exploração feminina negra ainda persiste, de forma historicamente contínua, como parte da gama dos processos exploratórios que as afligem, contexto em que se origina a luta por resiliência e dignidade para resistir à desumanização imposta por suas realidades.

Já as cartas de Françoise Ega, além de relatarem suas duras experiências como uma trabalhadora doméstica negra e antilhana, enfatizavam seu enfrentamento ao plano de contornos imperialistas de migração, exploração e toda sorte de abusos sofridos por mulheres caribenhas na França, permeados por violências diversas, sendo o apagamento de sua existência e desumanização alguns dos mais presentes em *Cartas a Uma Negra*. Em vários trechos, Ega narra a objetificação à qual é submetida por seus patrões, como

também a forma generalizante como os filhos destes patrões a tratam, de modo a apagar sua individualidade por conta de sua origem e cor de pele:

> [...] de manhã diziam ‘a negra’, de noite já me chamavam de ‘Maméga’. Eu simplesmente lhes disse: ‘Eu não chamo vocês de ‘foguinho’, mesmo que vocês sejam ruivos’ Sou uma negra, mas tenho um nome, ora ora!’ [...] - ‘Faça o serviço para mim, já que a senhora não volta!’ Ela não acrescentava: ‘E já que nenhuma branca o faria’. Dei-lhe o prazer de possuir uma mulher negra até o último minuto, e saí rindo ao longo do caminho que me levava para casa. (Ega, 2021, p. 144 e 146)

> 2 de junho de 1962: Faz dois meses que sou faxineira, e não tem sido divertido, Carolina. Pau que nasce torto, morre torto. Com a minha patroa, não falo apenas de cera, sabão de Marselha e prendedores de roupa. Sinto que ela está um pouco desapontada. Sua amiga contratou “uma” que fala muito mal francês e é bastante ingênua, que lindo! Para ela, sou uma pessoa esquisita, o que a deixa nervosa e um pouco cruel. (Ega, 2021, p. 11)

> Pentecostes de 1962: As tardes na casa onde trabalho são terríveis. A patroa está ficando cada vez mais irritadiça. Queria tanto dois dias inteiros de folga! Mas os dias que tenho são estes, e aproveito o máximo que posso. Eu, filha do vento e dos espaços abertos, sou forçada a girar em círculos em um grande apartamento de persianas fechadas (Ega, 2021, p. 13).

Salvas as diferenças contextuais de suas experiências, a extensão dos relatos de vida de Carolina, como também de Françoise, por meio do relato sobre o transcorrer diário das pessoas com quem conviviam, abre espaço para a reflexão sobre como, mesmo após a abolição da escravização em seus respectivos países, Carolina e Françoise exibem trajetórias que as colocam no lugar de mulheres ainda escravizadas pelo sofrimento de suas brutais realidades. Em *Cartas a uma Negra*, Ega (2021) destaca a impossibilidade para uma mulher preta de reconhecer a submissão a uma condição voluntária de escravização, enquanto não se der conta do peso opressor e a injustiça de várias das condições laborais ou de sobrevivência como agentes catalisadores de sua subalternização.

Sobre os pontos de similaridade entre os cotidianos de ambas, na carta cujo título é “Maio de 1962”, Françoise Ega mostra-se objetiva: “[...] Na favela, você nunca foi capaz de pensar em nada além do pão de cada dia. Penso que isso me aproxima de você, Carolina Maria de Jesus” (Ega, 2021, p. 7). A passagem em questão evidencia a inferiorização causadora da vulnerabilidade socioeconômica como meio de estreitamento entre as autoras, alicerçado no enfrentamento das adversidades orquestradas pela organização patriarcal e colonial de suas sociedades. Sobre a entronização histórica contínua da figuração da mulher negra, pelos termos colonialistas, na condição de escravizada, Davis é taxativa:

> [...] se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimento sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca da emancipação (Davis, 2016, p. 17).

A busca pela subsistência, para uma mulher preta, pobre e marginalizada torna-se ainda mais pesada e degradante, sendo alçada à condição, por vezes, de inalcançável. Em dada passagem, Carolina relata que, na ânsia de não deixar faltar alimentação para os filhos, começa a revirar os lixões da cidade como única alternativa restante para que conseguisse dinheiro: "tudo quanto eu encontro no lixo eu cato pra vender. Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta." (Jesus, 2014, p. 12). Nesse sentido, Françoise Ega identifica, em suas conterrâneas das Antilhas, a mesma dureza, em seu dia-a-dia: "Elas são todas parecidas com você Carolina, só o idioma as separa. O mesmo sol brilha sobre suas tristes vidas, e a busca pelo pão de cada dia é tão semelhante à sua luta para não morrer de fome" (Ega, 2021, p.52).Em sua abordagem sobre as dificuldades e obstáculos impostos às mulheres negras, no que tange à divisão do trabalho por gênero, Davis (2016) postula que, pelo prisma do feminismo negro, as discrepâncias sexuais, no mercado laboral, eram inexistentes, antes do estabelecimento da propriedade privada, já que "a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar e não hierárquica, onde dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade" (Davis, 2016, p. 227).

Ambas as escritoras apresentam ao leitor a amargura causada pela fome e toda sorte de humilhações experimentadas por quem precisa comer e alimentar seus filhos, como se nota: "as mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer; E elas dizem que é para os cachorros. Até eu digo que é para os cachorros…" (Jesus, 2014, p. 105). Em resposta ao diário *03 de Agosto de 1958*, Françoise Ega, ao perceber que desfruta de uma situação um pouco menos sofrida que a de Carolina Maria de Jesus, demonstra indignação e empatia pela autora brasileira: "somente pão, sem nada em cima, para centenas de milhares de homens que morrem de fome!" (Ega, 2021, p. 52). Apesar de sua revolta, a martinicana percebe a diferença entre compreender uma situação e experimentá-la, empiricamente.

Porém, em outro trecho, assim como em vários momentos de suas narrativas, pode ser constatada a convergência entre as condições de sobrevivência de Carolina e

Françoise como mulheres que, por serem subalternizadas, são submetidas a tipos múltiplos de violências, reais ou simbólicas. Como trabalhadora doméstica, Ega sequer recebe um tratamento básico destinado a um ser humano, por parte de seus empregadores, sendo-lhe negado mesmo "o direito de beber um copo de água", haja vista que "uma faxineira não pode ficar com sede, não pode ter nenhuma necessidade natural, perderia cinco minutos." (Ega, 2021, p. 36). No diário de *16 de Julho de 1955*, a similaridade de percepção da escritora mineira sobre sua vivência cotidiana com a de Ega fica evidente, quando a brasileira descreve sua indisposição ao sair para o trabalho sem nenhuma força ou vontade para levantar da cama. Por conta da situação de extrema pobreza em que vive, não pode dar a si mesma o direito de repousar, já que pessoas pobres não têm "privilégio de gosar descanço" (Jesus, 2014, p. 12). Partindo dessa citação, é plausível o entendimento dos muitos pontos em comum entre as experiências descritas por ambas as autoras, sendo mulheres pretas e trabalhadoras e relegadas a condições humilhantes de trabalho, mesmo vivendo em contextos geográficos e socioculturais diferentes.

No espectro da negação dos direitos das mulheres negras não só pela figuração laboral, social e identitária a elas destinadas, como também em nível de humanidade, as dificuldades e problemas enfrentados por mulheres negras, gerados por sua categorização de ordem colonial, racista e patriarcal, operam para aumentar a obscuridade e a privação de suas prerrogativas legais e constitucionais, em diversas sociedades. Esse quadro deve-se ao fato de que os processos que originam a subordinação e discriminação por gênero, juntamente com componentes como classe, etnia, casta, cor da pele, religião, país de origem e orientação sexual constituem "diferenças que fazem diferenças" (Crenshaw, 2002, p.173) nas experiências de vida de muitos grupos de mulheres que vivem diariamente múltiplos tipos de exclusão.

Seguindo a reflexão desse ponto de partida, a autora (2002) destaca, também, a opressão e o embotamento representativo das mulheres pretas, pobres, marginalizadas e expostas às violências imperceptíveis, de caráter simbólico, constantemente praticadas contra elas e, por questões estruturais, de difícil percepção imediata. Sob essa perspectiva, a interseccionalidade atua como instrumento captor das causas e consequências acarretadas pelas dinâmicas sociais que mesclam dois ou mais elementos que as discriminam, convergentemente. Comumente, a mulher preta é posicionada em contextos onde o racismo, a xenofobia, o gênero e a classe se fundem e geram discrepâncias sociais elementares.

O diálogo entre Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega se dá na esfera literária, e é preciso levar em consideração o fato de que pouquíssimas chances de publicação e projeção editorial eram dadas a escritoras negras, pobres, socialmente vulneráveis e sem o grau de instrução tido como "adequado" ao deleite canônico literário masculino, branco, elitista e pretensamente erudito. Por isso, é crucial afirmar que a minimização de todas as condições de subsistência e de busca por direitos, dignidade e realização do sonho de ser escritora, compartilhado por ambas, na realidade vivenciada por elas, é um processo interseccional continuamente retratado nas suas obras, sendo, também, um mecanismo de apagamento intelectual. Em alguns momentos, Carolina ilustra o ato de ler e escrever apenas como um processo de escapismo e resiliência, uma tentativa de aplacar a dor da falta de perspectivas:

> [...] comecei fazer o meu diário. De vez em quando parava para repreender os meus filhos. Bateram na porta. Mandei o João José abrir e mandar entrar. [...] Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler. [...] O Seu João veio buscar as folhas de batatas. Eu disse-lhe:
> — Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno. ...Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:
> — Está escrevendo, negra fidida! (Jesus, 2014, p. 24)
>
> Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me:
> — O que escreve?
> — Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana. (Jesus, 2012, p. 20)
>
> [...] Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2014, p. 58).

Evaristo (2005), quando aborda a produção de textos literários por autoras negras, destaca como fundamental a proximidade das realidades que servem de berço para a sua escrita. Desse modo, o entendimento das subjetividades das escritoras, permeadas pela vivência dos muitos tipos de violências a que estão sujeitas e expostas, em seus cotidianos, como na interação entre Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, se torna mais claro, pontual. Utilizando Carolina como exemplo da escrita feminina negra como ato de resistência, a autora postula:

> [...] escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere "as normas cultas" da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada. A nossa escrevivência não pode ser lida como

> histórias para "ninar os da casa grande" e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (Evaristo, 2005, p. 17).

Na mesma conjuntura, Françoise Ega, vivendo também situações cotidianas degradantes e procurando meios de ajudar suas conterrâneas antilhanas a diminuir seus infortúnios como trabalhadoras subalternizadas em uma metrópole francesa, encontrou na narrativa de Carolina Maria de Jesus a voz onde pudesse encontrar, ainda que de modo literariamente endereçado, a identificação acolhedora com o desencanto em escrever e ser constantemente desencorajada pela vida ao seu redor. Do mesmo modo que a autora brasileira, Ega expõe a desmotivação de suas ambições literárias, como também sua persistência em continuar escrevendo, como um poderoso elemento de sua escrita:

> 17 de setembro: Enquanto escrevia as últimas frases, Carolina, encostada na máquina de lavar (é preciso encontrar um cantinho tranquilo), meu marido, desanimado, disse que o que eu escrevia seria um fiasco, que não era necessário falar de coisas que não me diziam respeito. [...] *Logo depois, comentou que eu folheio meu dicionário com muita frequência; segundo ele, os romancistas não necessitam de dicionário*. Maldosamente, acrescentou: "Sua papelada é um papelão, um mamoeiro macho! Flores ao vento! Nunca dará frutos! Você tem que falar sobre lanchonetes e piscinas! Garotas bronzeadas tomando banho nas praias, as pessoas adoram isso! Quem vai se interessar por histórias de negros?". Eu poderia ter desanimado. Mas, Carolina, vejo você escrevendo a luz de vela, sem a presença de ninguém para lhe dizer que tipo de mamoeiro você é, *me debruço então sobre uma nova página e a encho de realidade*. (Ega, 2021, p. 33, **grifos meus**).

Carolina Maria de Jesus, diferente de Françoise Ega, embora nutrisse intenções de que seu conjunto de diários fosse editorialmente lançado e lido, o que ocorreu de forma algo casual, aleatória, não tinha um interlocutor específico, em mente. Já Françoise Ega, apesar de também desejar publicar sua obra, estabeleceu a escritora brasileira como alvo literário direto de sua correspondência. Embora as epístolas da antilhana não tivessem passado pela comprovação cabal da finalidade de seu envio físico para sua almejada interlocutora, Françoise escreve para Carolina como a uma irmã em dores, lutas e enfrentamentos. Ega quer contar à irmã brasileira sobre suas dores, como mulher explorada na Europa, tão parecidas com as da autora mineira, catadora e favelada, em São Paulo:

> [...] agora, para escrever a você, Carolina, tenho um sistema: no ônibus, uso minha bolsa como suporte para o caderno e pego uma Bic. É quase uma hora de trajeto, e uso esse tempo perdido como posso, escrevendo sem parar. A mulher de cinza que sempre senta na minha frente ficou intrigada. Ela me perguntou a quem eu escrevia, e emendei: "Para a Carolina!", "É a sua filha?", "Não, *é minha irmã*." (Ega, 2021, p. 158, **grifo meu**).

Não havendo o objetivo concreto ou mesmo a perspectiva de que a brasileira a lesse, Françoise Ega, embora seu marido e filhos a desestimulassem, utilizando como um dos argumentos o fato de que Carolina Maria de Jesus não falava francês e que isso não passava de mera perda de tempo, continuava a desenvolver suas epístolas. Mesmo que, no decorrer da escrita de uma das cartas, Françoise contasse à Carolina sobre a elaboração narrativa de outra obra, em dado momento de *Cartas a Uma Negra*, consta uma espécie de vislumbre da intenção de que esse livro fosse publicado:

> [...] fiquei surpresa quando ele anunciou que era agente literário da Rua Saint-Suplice. Ele estava de passagem por Marselha e veio me ver por curiosidade. Já eu, descascava batatas, os meninos queriam comer batata frita, e bastante, diziam. Com uma mão, abri a porta, segurando firme uma batata com a outra. Ele parecia surpreso quando lhe disse que a escritora que estava procurando era eu mesma, mas seu espanto não durou muito. [...] Ele então me perguntou o que eu estava fazendo naquele momento. Respondi: "Hum! Hum! Estou escrevendo para a Carolina!". "Quem é Carolina?", ele perguntou. Minha cara, desde que comecei a traçar estas linhas, sempre esqueço o nome da sua cidade, mas lhe disse: "Uma sul-americana, sabe? O senhor gostaria de ver algumas páginas?" [...] … e ele finalmente exclamou: "Que engraçado! Não parece com nada que eu já tenha lido! Temos que preparar um manuscrito!" (Ega, 2021, p. 197).
> .

Em outro momento de nevrálgica expressividade, Françoise Ega explicita o desejo de que suas epístolas fossem publicadas e lidas, de modo empírico, por outras pessoas, mesmo Carolina sendo a destinatária idealizada:

> [...] enchi umas cem páginas, formando um todo e parecendo com um livro cheio de personagens oriundas do meu passado. *Elas são tão parecidas com você, Carolina, só o idioma as separa. O mesmo sol brilha sobre suas tristes vidas, e a busca pelo pão de cada dia é tão semelhante à sua luta* para não morrer de fome que digo a mim mesma: "Meu Deus, uma vez que você permitiu que isso acontecesse e que você continua permitindo, deve haver um motivo." *Talvez para que os ricos, ao ler o seu diário e as minhas cartas, possam fazer melhor uso dos bens materiais*. (Ega, 2021, p. 52, **grifos meus**).

Nesse trecho, Françoise Ega esboça para Carolina o desejo de que as pessoas financeiramente abastadas possam ler seu conjunto epistolar, assim como o diário da brasileira, aprendendo com eles a utilizar, de maneira mais empática, igualitária e justa, suas posses e vantagens. Essa reflexão evidencia como *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a Uma Negra* podem ser vistas pelo olhar da *Interseccionalidade* como campo teórico e epistemológico. Mesmo sendo no âmbito literário e de forma não planejada, suas narrativas, pela abordagem dos sofrimentos impostos às escritoras por sua raça, lugar social e econômico e gênero, apresentam incipiente pioneirismo para as discussões que gerariam, posterior e categoricamente, os estudos que dariam suporte ao feminismo interseccional.

Françoise Ega evoca o sol que brilha sobre suas cabeças, como também acima das de tantas outras mulheres pretas, pobres, diaspóricas, enquadradas na posição de periféricas por sua vulnerabilidade social e vítimas constantes da interseção desses fatores, em processos de segregação, marginalização e apagamento de suas existências. É o mesmo sol que brilha sobre a África, sobre o Atlântico que guarda, em suas águas, as agonias de sua ancestralidade transladada à força para o outro lado desse oceano, o sol que brilha sobre as Américas.

3.2 São Paulo, Marselha, Diáspora e Decolonialidade

Quando se pensa analiticamente nos diversos mecanismos de inferiorização e silenciamento das mulheres negras, particularmente das nascidas no Hemisfério Sul do globo, e sua composição multilateral de raça, classe e gênero, conjuntura largamente abordada em *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, ainda na atualidade, é impossível que não se note a naturalização do contorno desses processos excludentes, advinda do "ideal" colonial de subalternização não só dos povos traficados de África para a escravização nas Américas, mas também dos originários do "Novo Mundo", cuja história foi marcada pelo apagamento cultural e dizimação quase total de suas populações originárias.

Decorrente dessa linha do tempo, observa-se que à mulher, em especial a negra diaspórica, é destinado um tipo de limbo social, composto por privação de vez, voz e figuração. Contudo, por meio da escrita de si como traço identitário, bem como pelo diálogo involuntariamente interseccional entre suas obras, Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega são claros exemplos de transgressão à imposição de tal sina, fazendo de suas narrativas um grito de resistência à precarização de sua humanidade. Sua escrita é um sonoro "não!" às sombras que lhes foram designadas. Para que seja possível compreender os pilares que sustentam as bases sócio-históricas do lugar psicossocial ao qual os povos latino-americanos foram destinados pelo colonialismo, é imprescindível que se reflita sobre a colonização.

Os limites territoriais e categorizações socioculturais do Sul das Américas, como conhecidos hoje, especificamente quanto à continuidade da minimização socialmente figurativa das mulheres negras, indígenas, multiétnicas, lésbicas, tornadas periféricas, resultam das ações exponenciais de matriz europeia, onde várias de suas nações eram estabelecidas, desde as eras passadas, principalmente a partir do período das grandes

navegações, como potências globais. Dessa forma, o estudo pontual do colonialismo se constitui em um necessário procedimento, a fim de que a atual realidade vivida pela mulher não branca da América Central e do Sul, em todos os tipos de minimização e violências aos quais estão sujeitas, seja epistemologicamente conhecida.

Como categoria conceitual, o termo "colonização" parasse refere à apropriação e dominação de um determinado espaço territorial e dos povos que ele habitam. Comumente, esse processo invasivo se dá por meio da brutalidade, em nível de barbárie, do desrespeito e da desumanidade. Acerca dessa forma de expansão territorial e aniquilação demográfica e cultural, Césaire destaca que:

> [...] entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas (Césaire, 2019, p. 24).

A partir dessa elucubração, do ponto de vista sócio-histórico, a obviedade da visão dos países dominantes sobre os territórios dominados como disponíveis à tomada e exploração é inevitavelmente constatável. Conforme Césaire (2019), a utilização de práticas sistemáticas e violentas, sem o menor senso de ponderação moral ou pudor, como forma de marcar espaço e limite pela ótica do conquistador, não se aplica, em igual proporção, às suas terras de origem. O teórico postula que "ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza impunemente; que uma nação colonizadora, uma civilização que justifica a colonização já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida" (Césaire, 2019, p. 21).

Devido ao fato de o senso comum associar as atrocidades dos processos de colonização a pretensos avanços civilizatórios, vindos do conceito eurocêntrico de "progresso", pouco se discute acerca da dizimação demográfica e identitária dos povos dominados. Segundo Césaire (2019), a inferiorização sociocultural dessas populações, por meio da quase extinção de sua língua, crenças religiosas e organização social, impossibilitou, aos povos dominados, o desenvolvimento de qualquer senso genuinamente nacionalista que partisse de suas culturas originais, efetivando, de forma bem-sucedida, a desumanidade de sua repressão.

No contexto da continuidade das ações e práticas colonialistas no Brasil, desde seu início, é fato que tiveram a finalidade de aniquilar as narrativas históricas e culturais de seus povos originários, ocasionando o silenciamento de qualquer traço dessa natureza. O enraizamento desses movimentos no inconsciente coletivo da sociedade

brasileira se traduz na manutenção de grandes obstáculos para debates mais amplos que visem a valorização da ancestralidade das populações nativas e das que foram violentamente forçadas à diáspora, escravizados do continente africano e seus descendentes. Por esse ângulo, fica evidente que a tomada da prerrogativa de decisão sobre o que é "adequado", "desejável", em outro termo, conveniente para a perpetuação dos arquétipos civilizatórios do mundo, pelo homem branco, europeu, heterossexual e cristão, legitima, ainda na contemporaneidade, as estratégias e tecnologias de opressão racistas, sexistas, xenofóbicas e LGBTfóbicas.

Por essa razão, para que a *Decolonialidade* possa ser pensada como suporte teórico e metodológico para a compreensão dos processos discriminatórios que assolam a América Central e do Sul é necessário que não se abandone a discussão regular sobre a colonização e seus efeitos, em âmbito contemporâneo. Isso vale também no campo do estudo e entendimento acerca da literatura de autoria feminina negra dos países colonizados. Grosfoguel (2019) frisa que o pensamento decolonial deve ser aplicado como instrumento de reflexões sobre o Sul Global como um espaço onde ocorre o encontro de diferentes culturas que engendram a resistência das populações ditas "minoritárias" por seus opressores e sua ainda presente dominação, mesmo que em âmbitos social e culturalmente estruturais.

Ballestrin (2013) enfatiza que a disseminação do pensamento decolonial ocorre, principalmente, a partir da década de 1990, momento em que muitos estudiosos e pesquisadores acadêmicos direcionaram seus esforços para o entendimento dos processos de resistência das dificuldades e problemas de caráter social, cultural, político e econômico nos países da América Latina, colonizados em nível de domínio territorial e subalternização populacional.

Como atividade de enfrentamento e núcleo de resistência ao colonialismo, assim como categoria analítica dos fenômenos sociais latino-americanos, é fundamental pensar na decolonialidade como um tipo de "atividade (pensamento, giro, opção), de enfrentamento à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade. Esse confronto não é apenas resistência, mas reexistência" (Grosfoguel; Mignolo, 2008, p. 34). Bernardino-Costa e Grosfoguel afirmam, no mesmo contexto, que "a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais" (2016, p. 17). O ponto originário do pensamento decolonial consistiu na necessidade da criação de um instrumento teórico em oposição ao

imperialismo colonial, favorecendo as ações e práticas de resistência dos povos subjugados ao explorador europeu.

Nesse sentido, a criação e periódica reaplicação do termo "reexistência", no pensamento decolonial, podem ser empregadas como um conjunto de procedimentos "que permitem aos sujeitos historicamente violentados e discriminados (como negros/as, pobres, homossexuais, indígenas, mulheres) a possibilidade de agência e ressignificação estético-políticas de suas identidades" (Amorim; Silva, 2019, p. 173). Nesse âmbito, conforme Amorim e Silva (2019), a abrangência da definição de reexistência deve incluir as movimentações artísticas de berço afro-diaspórico[31], e os movimentos de caráter literário que se encontrem em lugar de subjugo ideológico, fruto do colonialismo.

Para Candido (2010), a literatura é dotada de um aspecto metamórfico por estar em constante construção e reconstrução, haja vista que as modificações e ressignificações dos sujeitos por ela retratados operam, transformações no pensamento e no ambiente onde o ser social está integrado. Segundo o autor, "a literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas" (Candido, 2011, p. 177). Nesse contexto, as narrativas decoloniais, como as de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, estão adequadamente inseridas na contemporaneidade por seu viés denunciativo sobre as consequências das atrocidades do imperialismo.

Sobre a necessidade de novas perspectivas metodológicas pelo prisma decolonial, urge destacar que a "decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente" (Maldonado-Torres, 2019, p. 29). Dessa forma, na literatura, é necessário o acolhimento das narrativas descentralizadoras dos sujeitos coloniais. Os textos literários por eles produzidos refletem as experiências de vida marcadas por minimização identitária, exploração, silenciamento e marginalização de suas humanidades, o que favorece o estudo sobre eles pelo viés do olhar descolonizador[32], por abrirem espaço ao

---

[31] Como conceito categórico, o termo "afro-diaspórico" pode ser entendido como uma definição da expansão cultural dos povos diaspóricos, de ascendência africana, nesta situação inseridos por meio do tráfico de pessoas para fins de escravização, isto é, por conta da migração forçada de seus ancestrais para diversas partes do planeta.

[32] Souza (2018) postula que o prefixo "des" evoca um pensamento dual relativo à colonização. Quanto ao uso do prefixo "de", por não indicar essa possibilidade, é mais adequado aos estudos dos fenômenos sociais, artísticos e literários pertinentes ao Hemisfério Sul do globo. Porém, diversos outros autores

protagonismo de indivíduos cuja escrita aborda a racialidade e exclusão dos corpos latino-americanos, originários ou diaspóricos.

No cerne do cânone literário, especialmente quando se trata da autora/narradora/personagem negra, o delineamento dos arquétipos a ela destinados em nada reflete a concretude de suas reivindicações e lutas por vez e voz, já que a posição social e literária delegada a ela é pautada pela subserviência como condição de vida. Por essa circunstância, a invisibilidade dela se dá porque sua representação, na construção da escrita considerada como "literatura", é desenhada por escritores brancos. Tais escritores tomam para si a prerrogativa de categorizar quem pode ou não ser, o que se enquadra literariamente no espectro canônico, partindo de ponto de vista entronizado pela branquitude supremacista sobre o que é ou não "ideal".

Assim sendo, as figurações das mulheres/autoras negras na literatura exercem a função de revelar o que Gonzalez e Hasenbalg (2022) conceituaram como o "lugar de negro", espaços reservados à população negra, sob a alegação que colonialmente naturaliza de suas habilidades naturais como mera inclinação para o trabalho braçal, pesado, por sua suposta resistência às durezas físicas impostas pela atividade laboral causticante. Isto é, negros são socialmente destinados, desde seu nascimento, à condição de escravizados, inferiorizados e submissos. À mulher negra, além da naturalização de sua exploração por trabalho pesado, é reservada a objetificação, hipersexualização e disponibilização de seus corpos a diversos tipos de abuso e violências.

Nesse contexto, as investigações epistemológicas decoloniais da mulher afro-diaspórica, bem como sua atuação literária como autora/personagem, devem ser executadas levando em conta a amplitude que brota dos pensamentos de resistência dos povos subalternizados, no decorrer da história. Portanto, a identificação e o enquadramento das narrativas de natureza colonial como dominantes evita a disseminação de ideais igualmente colonialistas no presente e futuro da humanidade. Desse ângulo, fica notória a relevância da escrita feminina negra, diaspórica, como essencial forma de criar e dar continuidade a memórias que redefinam constantemente sua negritude, em seus mecanismos de reexistência.

Segundo Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020), é fundamental a criação de um plano de execução dos estudos decoloniais cujo foco de

---

utilizam, no mesmo campo semântico, os dois termos e, por essa razão, o autor optou por usar os dois prefixos, em sua dissertação de mestrado.

evidência sejam as lutas políticas como meio de resistência dos grupos latino-americanos historicamente privados de sua voz. Quando se adota a *Decolonialidade* como instrumento de questionamentos, desconstrução e transformações de "padrões coloniais do ser, do saber e do poder" (Maldonado-Torres, 2016, p.88), operam-se meios de ruptura da reprodução de idealizações forjadas ainda no período colonial, mas que se mostram, hoje, como forma de estabelecer "verdades universais", onde não há frestas para qualquer tipo de reflexão crítica acerca da enunciação colonial como instrumento de dominação e poder. Desse modo, dos estudos decoloniais parte a promoção do entendimento das vivências e experiências do que o autor conceitua como ser e estar negro(a).

Grosfoguel (2016) evidencia que, mesmo depois de tanto tempo de colonização, toda concepção psicossocial referente ao indivíduo afrodiaspórico ainda é enquadrada nos moldes eurocêntricos. Porém, nem todo tipo de violência real e/ou simbólica contra os povos subalternizados, como os indígenas, negros, mulheres, afrodescentes etc, está absolutamente presa a esses ideais colonialistas. O autor postula, também, sobre possibilidades de afastamento desses preceitos, por meio dos estudos voltados à *Decolonialidade*. De acordo com Bernardino-Costa e Grosfoguel, ao se abordar a conjectura de um projeto decolonial como meio de investigação fenomenológica dos povos subjugados do sul do planeta, as fronteiras devem ser constituídas "não apenas como espaços nos quais as diferenças são ressignificadas, mas essas fronteiras são também os locais de enunciações que os sujeitos subalternizados formulam seus conhecimentos ou experiências" (2016, p. 19).

Acerca dos sistemas econômicos que operam dominação e rebaixamento social dos povos afrodiaspóricos, com mais força sobre as mulheres negras, Grosfoguel (2019) aponta para o "sistema-mundo moderno capitalista" centralizador cuja responsabilidade consiste em colocar o homem branco, heterossexual, no ponto mais alto da hierarquização das relações de poder, em prol do subjugo de outras raças, gêneros ou orientações sexuais. A reafirmação dos privilégios racistas, machistas e elitistas, configura severa violência contra pessoas e grupos demográficos que não integram esse padrão colonialmente pré-estabelecido. Quanto à influência do capitalismo sobre a precarização socioeconômica e figurativa e silenciamento dos sujeitos coloniais, Lugones frisa:

> [...] os elementos que constituem o modo de poder global, eurocêntrico e capitalista não se separam e nenhum deles é anterior aos processos que

> constituem os seus padrões. Na verdade, a representação mítica desses elementos enquanto metafisicamente anteriores, é um aspecto importante do modelo cognitivo do capitalismo global e eurocêntrico. (Lugones, 2007, p. 190)

Sobre a criação de um método investigativo dos impactos econômicos do capitalismo sobre a mulher afrodiaspórica, Lugones prioriza a conceituação categórica de Quijano (2000), que aponta a mescla de colonialidade, modernidade e capitalismo como formadora de uma estrutura organizacional de discriminação por gênero, classe e raça, argumentando que a organização sistemática de gênero colonial moderna é um fundamental instrumento:

> [...] a visão de Quijano pressupõe uma concepção patriarcal e heterossexual da luta pelo controle do sexo, de seus recursos e produtos. Quijano aceita um entendimento capitalista, eurocêntrico e global do gênero, ocultando as maneiras nas quais mulheres colonizadas e não brancas foram subordinadas e desprovidas de poder (Lugones, 2008, p. 78).

Sobre os processos discriminatórios formados por questões econômicas, étnicas, de gênero e classe social que atingem as mulheres pretas descendentes de escravizados, e em situação migratória (situação de Françoise Ega), é válido atentar para o fato de que a literatura produzida por elas, por conta da influência dos fatores interseccionais de opressão, sendo o colonialismo mais um deles, não desfruta ainda da devida projeção, valorização e reconhecimento por parte do cânone literário.

Nesse cenário, é continuo o silenciamento da figura feminina negra como autora/narradora/personagem que alicerça a regularização temporal das ações e práticas colonialistas até a atualidade. As investigações de Pinheiro-Carvalho, Pinheiro-Menegon e Pinheiro-Mariz (2022) reverberam o poder da escrita dessas autoras como meio subversivo contra as tecnologias ideológicas que as oprimem, pois tal escrita efetua questionamentos sobre a existência e o exercício do colonialismo ainda no presente. A literatura feminina negra tem fundamental função na propagação das premissas decoloniais como esforço para o autoconhecimento e a ressignificação sobre si dos povos sul e mesoamericanos. A produção literária das escritoras negras[33] é de grande auxílio no entendimento sobre as feridas causadas pela colonialidade, e na perda da exclusividade do modelo eurocêntrico de análise, no âmbito literário, “abrindo espaço para outras vozes e outras histórias, muitas vezes dissonantes” (Bhabha, 1998, p. 24).

[33] São diversas as denominações que procuram categorizar a produção literária de mulheres negras, tais como: “literatura de autoria feminina negra”, “escritura feminina negra”, “literatura de mulheres negras” e “literatura feminina/feminista negra”, para citar alguns exemplos.

Sobre o estudo da escrita feminina negra da América Latina, especialmente no viés do feminismo decolonial, corrente investigativa na qual a cientista política francesa Françoise Vergès é referência epistemológica, é extremamente necessário evocar as colocações de Akotirene (2019), que aborda pontualmente o pensamento decolonial como vertente feminista voltada às pautas de gênero, raça e classe específicas do Sul Global. Akotirene considera, principalmente, as lentes de autoras e autores latino-americanos que trabalham a definição de *Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade (MCD*), entre os quais se destacam Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel e Walter Mignolo, como também, e as feministas decoloniais, como as brasileiras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Luiza Bairros, juntamente com a chicana Gloria Anzaldúa, a argentina María Lugones, além da afro-dominicana Ochy Curiel, caracerizadas pela expressiva consistência de suas atuações. Segundo a autora:

> [...] a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 19).

Como instrumento teórico e investigativo acerca da escrita feminina de autoria diaspórica, o feminismo decolonial, como estudo sociológico que pode ser aplicado à análise literária, consiste em uma vertente onde os feminismos plurais são pensados pelas questões de classe, raça, gênero. Isso evoca também discussões sobre pautas imprescindíveis, como a emancipação, o combate ao silenciamento e à marginalização sociocultural, a fim de oportunizar o surgimento de novas maneiras de sociabilidade e modos de resistência ao apagamento figurativo da existência de mulheres afro-americanas. Importa rememorar que tal apagamento é resultante não só da convergência interseccional de fatores como raça, classe e gênero, mas também da mescla de potentes instrumentos de subordinação sócio-históricos e econômicos, como o capitalismo, o imperialismo e a colonialidade. Françoise Vergès, sobre a decolonialidade como forma de estudo feminista, afirma que “o feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência” (2019, p. 27).

Como narrativas que portam a dureza de vivenciar instrumentos e tecnologias de opressão e subjugo de mulheres pretas, ao longo da história latino-americana, *Quarto de*

Despejo e *Cartas a Uma Negra* desenharam um esboço literário do que seria o objeto de investigação e elaborações teóricas do que seria o feminismo decolonial. Tal perspectiva teórica posteriormente, traria discussões travadas por mulheres acerca do epistemicídio cultural, o feminicídio, as muitas maneiras de como seus filhos foram entregues à morte pela cor de sua pele, bem como os diversos tipos de violência impostas a elas pelo modelo econômico capitalista que atingem mulheres pretas, indígenas, lésbicas e diversas outras colocadas em condição periférica.

Vergès (2019) destaca que o feminismo decolonial atua como um instrumento de denúncia contra o feminicídio e o estupro, aliando essas lutas contra as manobras políticas de desapropriação, colonização, extrativismo e aniquilação sistemática da vida. O combate à colonialidade, nessa configuração, se constitui como um meio de oposição e resistência contra a desumanização feminina na América Latina, já que as mulheres dessa parte do planeta, a todo instante, são inferiorizadas, de várias maneiras, pelo padrão capitalista/colonial/patriarcal que, para a continuidade de seu estabelecimento e dominação, precariza e oprime vidas para a manutenção dos privilégios de outras, propagadoras do discurso colonial europeu como instrumento desejável de hierarquização social. Sobre essa conjectura, Lorde enfatiza:

> [...] ignorar as diferenças entre mulheres, e as implicações dessas diferenças, representam uma seríssima ameaça à mobilização do poder coletivo das mulheres. Quando as mulheres brancas ignoram os privilégios inerentes à sua branquitude e definem mulher apenas de acordo com suas experiências, as mulheres de cor se tornam “outras”, outsiders cujas experiências são “alheias” demais para serem compreendidas (2019, p. 145).

Aplicando os estudos de Vèrges (2919) à amálgama de fatores como gênero e raça, além dos componentes sociais e econômicos de segregação que permeiam a interação interlocutória entre *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, é plausível o entendimento de que, seja em uma favela na capital paulista ou em uma metrópole francesa, suas autoras tiveram suas vidas assoladas por processos segregários onde sua origem diaspórica atuou como mais um componente interseccional de discriminação e banimento social. Os fatos históricos que fomentam a obra de Ega, como comprovação do elemento colonial da exclusão dessas mulheres, podem ser largamente encontrados em seus relatos como trabalhadora doméstica.

Françoise Ega, assim como outras mulheres pretas em situação migratória realizando atividades laborais análogas à escravização, é obrigada a enfrentar do seu jeito as desigualdades sociais e trabalhistas, submetendo-se à condição de empregada

doméstica, tendo que descobrir, a duras penas, a falta de limites dos patrões: “[...] fico pensando Carolina, que a vida na casa dos europeus que empregam negros poderia ser melhor” (Ega, 2021, p. 41). Nesse trecho, a escritora alerta para que a sociedade francesa, como também a europeia, reavalie suas práticas abusivas, quanto à animalização de mulheres negras diaspóricas, por meio da atividade laboral, sem direitos legais ou qualquer traço de dignidade.

Em um diálogo entre um homem idoso francês e Ega, na missiva *18 de Novembro De 1962*, ele revela a vontade de, para agradar à esposa, ter uma antilhana como trabalhadora doméstica. Imediatamente, a martinicana responde: “[...] Gentilmente, respondi que, para esse novo tráfico negreiro, o ‘intermediário’ tinha que ser oficial, era só ir à prefeitura” (Ega, 2021, p. 50). Na resposta da autora, é clara a intenção de expor a atuação nociva do BUMIDOM sobre a vida das mulheres negras da América Central, o que torna coerente evocar as afirmações de Vergès (2019) sobre a mulher antilhana, quanto a esta exercer funções consideradas, por mulheres brancas de classe média, de baixa categoria, na esfera trabalhista.

A carga de sofrimento e provações, penalizações coloniais sofridas por mulheres latino-americanas na França, relatada por uma narrativa que transita entre o relato quase documental e a narrativa própria da epístola, evidencia o pensamento de Françoise Ega sobre a literatura como um meio de denunciar o peso e a situação cruel de sua realidade, como também da de outras mulheres antilhanas em Marselha. Em igual proporção, a escrita de Carolina Maria de Jesus, como catadora de papel e favelada na maior metrópole da América Latina, atua como uma espécie de registro da aniquilação sistemática da mulher negra no Brasil, um dos mais fortes reflexos da pós-escravização, período em que a população negra do país, por meio de intensa marginalização, foi abandonada à própria sorte, sendo a mulher preta especificamente atingida, em muitos níveis de violência.

Seja pela atividade análoga ao trabalho escravizador promovida pelo BUMIDOM, na França, como relatado pela autora martinicana, ou pela privação de direitos humanos básicos à sobrevivência com o mínimo de dignidade, como os fatos narrados pela escritora brasileira, é nítida a ilustração dos aparelhos de controle e dominação em ambos os contextos, o BUMIDOM e o pós-escravização, como mecanismos determinantes à colocação da mulher negra a um “não lugar”, cuja definição parte das diferenças raciais, sociais, econômicas, de gênero e origem sociocultural entre os subalternizados e os colonizadores.

Em nível de lentidão e descaso com a população negra no andamento do processo histórico do pós-abolição, muitos dos negros libertos não tiveram outra opção, a não ser aglomerarem-se nas áreas periféricas das grandes cidades, habitando em lugares com nenhuma qualidade de vida, como casebres e choças. Esse panorama originou núcleos populacionais vivendo condições de absoluta miséria, sem qualquer possibilidade de acesso a emprego, saúde, alimentação e moradia dignas. Em *Quarto de* Despejo, Carolina Maria de Jesus narra uma conversa com um homem negra que encontrou enquanto catava papéis, episódio que ilustra a extrema situação de miséria à qual os negros foram relegados, mesmo décadas após a abolição da escravização, no Brasil:

> [...] quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com despreso. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fabrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome!
>
> ...Encontrei com ele outra vez, perto do deposito e disse-lhe:
> —O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco cruzeiros para o senhor tomar uma media. E bom beber um cafezinho de manhã.
>
> —Eu não quero. A senhora cata estes papéis com tantas dificuldades para manter os teus filhos e deve receber uma migalha e ainda quer dividir comigo. Este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo. Eu já sei o que vou fazer da minha vida. Daqui uns dias eu não vou precisar de mais nada deste mundo. Eu não pude viver nas fazendas. Os fazendeiros me explorava muito. Eu não posso trabalhar na cidade porque aqui tudo é a dinheiro e eu não encontro emprego porque já sou idoso. Eu sei que eu vou morrer porque a fome é a pior das enfermidades,
> ...O homem parou de falar bruscamente. Eu segui com o meu saco de papel nas costas (Jesus, 2014, p. 48).

Os diários de Carolina Maria de Jesus, constituídos por linguagem popular e dotados de marcante riqueza narrativa, relatam as pouquíssimas possibilidades de contornar as dificuldades e privações de seu cotidiano, amplificadas ainda mais por seu gênero, raça e condição de vulnerabilidade social. Por outro lado, sua escrita carrega, também, seus sonhos de ser lida, de causar comoção em quem tiver o interesse de conhecer suas histórias. Há, nitidamente, a presença de sonhos que insistem em sobreviver, em meio à falta de esperanças e à fome, fator marcante em *Quarto de Despejo*:

> [...] 7 DE JUNHO Os meninos tomaram café e foram a aula. Eles estão alegres porque hoje teve café. Só quem passa fome é que dá valor a comida. Eu e a Vera fomos catar papel. Passei no Frigorífico para pegar linguiça.

> Contei 9 mulheres na fila. Eu tenho a mania de observar tudo, contar tudo, marcar os fatos. Encontrei muito papel nas ruas. Ganhei 20 cruzeiros. Fui no bar tomar uma media. Uma para mim e outra para a Vera. Gastei 11 cruzeiros. Fiquei catando papel até as 11 e meia. Ganhei 50 cruzeiros. ...Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da patria. Então eu dizia para a minha mãe: — Porque a senhora não faz eu virar homem? Ela dizia: — Se você passar por debaixo do arco-iris você vira homem. Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo. (Jesus, 2014, p. 46-47)

Para que se analise, na obra da escritora brasileira ou da autora martinicana, a condição da mulher preta no pós-escravização do Sul Global, pela ótica do feminismo decolonial, é necessário evocar as falas de Lélia Gonzalez. A autora ponta para o fato de que, depois da abolição, foi atribuída à mulher negra a função de "viga mestra de sua comunidade". Destaca, também, o peso e a intensidade da rotina laboral dessas mulheres: "[...] antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar..." (Gonzalez, 2020, p. 40). Ainda na atualidade, não só a sociedade brasileira da narrativa de *Quarto de Despejo*, como também, perceptivelmente, na sociedade francesa de *Cartas a Uma Negra*, é cultivada a naturalização da desvalorização da mulher negra, sendo negada a ela qualquer alternativa laboral de outra categoria, além do serviço doméstico ou outra atividade degradante, em termos de sobrevivência. Como consequência desse quadro, a mulher negra "possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa" (Gonzalez, 2020, p. 43).

O sentimento de subalternização das mulheres negras em estado de opressão, a busca por algum conforto frente ao sofrimento, revelam-se latentes, nas narrativas de Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, em um traço ligado à relação de ambas com sua crença e religiosidade. Em paralelo a uma fala de Carolina acerca de ser resignada com a dureza de sua situação, em particular: "Deus dá valor só aos que sofrem com resignação." (Jesus, 2014, p. 86), Ega emite semelhante reflexão sobre o mesmo assunto: "Trata-se da resignação, dom que Deus dá aos infelizes." (Ega, 2021, p. 25).

Mesmo que uma seja brasileira e a outra, martinicana e imigrante na França, fica claro que, embora Françoise não tenha lido integralmente *Quarto de Despejo*, existe um elo entre as autoras que se faz presente em muitos momentos de suas obras. Nesse aspecto da conexão entre elas, o temor à ira divina contra aqueles que, supostamente, pecam por falta de humildade, faz com que ambas se questionem por um possível erro, ao desejarem uma vida melhor, almejando também o reconhecimento, enquanto

escritoras. Jesus (2014) imagina a possibilidade de Deus nutrir raiva por ela e, por isso, talvez a tenha esquecido, o que a faz merecedora de seu sofrimento. Ega (2021) pensa a age de modo parecido, inclusive, quando, do mesmo modo que Carolina, acha que está sendo punida por ser egoísta.

Todos os diversos graus de identificação entre as autoras, mesmo os mais subjetivos, não sendo diferentes os traços relacionais com sua religiosidade, se dão pela posição marginalizada que ambas ocuparam nas sociedades em que viveram, como mulheres, negras, pobres, ansiando por um lugar de vez, voz e dignidade, lutando, também, em meio ao trabalho pesado para fins de sobrevivência, para atingir o sonho de escrever. Essa ligação reside, também, na construção identitária afrodiaspórica de ambas, aspecto fundamental para a compreensão literária de suas narrativas, já que, ao ler sobre Carolina Maria de Jesus, a escritora antilhana já havia tido contato com material e leituras que abordavam movimentos negros, como o Movimento Negritude[34], em que uma das pautas mais discutidas era a situação de diáspora do negro latino-americano, fator que a levou ao ativismo pelas direitos trabalhistas de seus conterrâneos, na França. Nesse contexto, Françoise Ega, além de militar abertamente pelas causas humanitárias relativas às causas afro-americanas na Europa, tinha consciência política e intelectual de sua condição como mulher diaspórica. Por essa razão, o reconhecimento de si na figura de Carolina Maria de Jesus a fez estender sua mão, em forma de endereçamento literário, como um convite idealizado para que a brasileira a acompanhasse nessa jornada de autoconhecimento. Na terceira epístola de *Cartas a Uma* Negra, intitulada *20 de Maio de 1962*, consta uma narrativa do estreitamento da relação de Françoise Ega com Carolina Maria de Jesus, onde a brasileira atua como metafórico espelho de dores e lutas, como também do exercício da empatia e esperança:

> [...] hoje à noite, digo a mim mesma: “De que adianta?”. Estou cansada. Quando você juntou as tábuas para o barraco, você não conhecia a expressão “de que adianta?”, isso me dá uma vontade danada de escrever meus pensamentos, preto no branco, enquanto as crianças dormem. Pego de novo a Bic! [...] Se você não tivesse se tornado minha inspiração, eu já teria atirado tudo para o alto, dizendo: “De que adianta escrever?”. Fecho uma janela em meus pensamentos, outra se abre, e a vejo curvada, na favela, escrevendo no papel que tinha catado no lixo. Eu, que tenho a imensa felicidade de ter um caderno, um abajur e uma música bem baixinha que sai do rádio, acho que

[34] Movimento político e literário afro-franco-caribenho (idealizado no início da década de 1930), tendo como integrantes nomes como Aimé Césaire (1913 - 2008) e Frantz Fanon (1925 - 1961), cuja base era sedimentada na concepção afrodiaspórica da existência de um vínculo cultural compartilhado por africanos negros e seus descendentes, onde quer que eles se encontrem, no mundo. Fonte: <https://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/negritude.htm#:~:text=Negritude,que%20eles%20estejam%20no%20mundo>. Acesso em 13 de Maio, 2024.

> seria covardia largar tudo porque uma criança rasgou as folhas do caderno. Só me resta recomeçar. (Ega, 2021, p. 8)

A relação de reconhecimento das similaridades entre sua vida e a de Carolina Maria de Jesus deixa evidente o fato de que Françoise Ega identifica, também, as diferenças entre elas, nas condições em que cada uma delas escreve. O fato de uma delas ter ou não um caderno consiste no entendimento que esse fato ultrapassa seu caráter concreto, objetivo. Apesar das dificuldades laborais cotidianas narradas pelas duas autoras, Carolina necessitava catar papel e outros materiais que pudesse vender, nos lixões de São Paulo, para que fosse possível pagar pelo mínimo de comida para si e seus filhos, chegando a passar fome em muitos momentos, enquanto Françoise não passava pela mesmo privação, trabalhando como empregada doméstica para incrementar sua renda familiar, em Marselha, como também para conhecer de perto a situação de exploração e abusos nas quais se encontravam suas irmãs caribenhas.

Os pontos em comum com a história da brasileira, como também os dissonantes, são conscientemente identificados pela autora antilhana. Mesmo que a escritora brasileira não fosse engajada em movimentos e lutas sociais, em sua narrativa, nota-se a existência de uma consciência nítida de sua negritude, amparada no entendimento das desigualdades e injustiças sociais:

> [...] 13 de maio - Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpatico para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. … Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com despeso. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. [...] … Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome! (Jesus, 2014, p. 31-32)

No âmbito das semelhanças e diferenças entre as vivências transpostas à literatura por Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, é fundamental que se compreenda que não se trata apenas de apontar, como leitor de suas obras, questões contidas nos enfrentamentos de ambas contra o racismo, misoginia e inferiorização econômica, originárias da interseção entre esses elementos com o colonialismo, imperialismo e patriarcado de contornos europeus. Há de se levar em conta, também, que as mulheres negras, em particular, são impelidas a ocupar nichos sociais de opressão e banimento por raça e gênero, nos quais as mulheres brancas jamais serão inseridas.

Para essa esfera de análise e entendimento, foi criado o conceito de *Dororidade*, pela autora e professora Vilma Piedade, que lançou, em 2017, seu livro do mesmo

nome. O ponto basilar de discussão da obra reside na falta de abrangência, da amplitude limitada do termo *Sororidade*, no que tange à compreensão da enorme dimensão dos movimentos em prol do feminismo negro. Ela afirma que a ideia de sororidade não consegue mais dar conta da amplitude que é o movimento feminista negro. Partindo desse ponto focal, Piedade (2017) detalha a criação dessa nova categorização dos estudos feministas que, mesmo sendo muito recente, aborda problemáticas muito antigas que residem na dor da mulher negra causada por sua invisibilidade, inclusive, nas ações de enfrentamento por igualdade de gênero, perpetradas pelos movimentos feministas tradicionais. É perceptível esse sentimento de silenciamento e nebulosidade fortemente presente, na narrativa das autoras de *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma* Negra, especialmente na identificação empática de Françoise Ega com Carolina Maria de Jesus, na dureza de suas similaridades identitárias e cotidianas, bem como pelas discrepâncias entre suas provações.

A conversa diaspórica entre Carolina Maria de Jesus, de nítido perfil decolonial, encontra uma inconsciente enunciação na coleção de diários da brasileira, que Françoise Ega responderia, em momento posterior. O teor do potencial início desse diálogo sobre decolonialidade tem berço nos sentimentos de indignação e inconformidade com a vida pautada por um dia-a-dia miserável, que a faz contemplar e expressar a desumanização de sua realidade com sentimentos de revolta. No diário de título *19 de Maio de 1958*, a escritora faz um desabafo: “Começo a revoltar. E a minha revolta é justa.” (Jesus, 2014, p. 35). Aqui, verbaliza seu descontentamento por ter que levantar, todos os dias, às cinco da manhã para catar papel, nos lixões da capital paulista, expressão natural do cansaço do peso de uma rotina repleta de duras penas.

Entendedora desse sentimento, por experimentá-lo similarmente por outro ângulo de realidade, Françoise Ega expressa, também, revolta com a precariedade que acarreta a privação de humanidade de muitas pessoas subalternizadas pelo colonialismo, especialmente mulheres pretas diaspóricas, que são colocadas pesadamente em condição de miserabilidade. Césaire (2019) destaca a impossibilidade da existência de qualquer tipo de relação, na visão colonialista, que não seja alicerçada no desprezo pelos subalternizados, coação real/simbólica e trabalho análogo à escravização, entre os simpatizantes e praticantes do colonialismo e os vitimados por essa ainda concreta estratégia de dominação. Em uma das missivas que serviram como ponto inicial de *Cartas a Uma Negra*, Ega afirma que a realidade cotidiana a coloca em “em constante

revolta, e não é por causa de Deus, mas dos homens.” (Ega, 2021, p. 22). Até porque, as práticas coloniais foram instauradas e continuadas por homens.

Como ilustração dessa conjectura, presente na interação narrativa Carolina-Françoise, em determinado período, na Favela do Canindé, vale destacar o autoritarismo caracterizado por explícita obscenidade da rádio-patrulha sobre os habitantes da comunidade, que causou forte revolta nos residentes. A brasileira relata o estado de um dos seus vizinhos, que “estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa arvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório.” (Jesus, 2014, p. 108). Esse episódio tristemente encontra, na atualidade, ecos em ações governamentais recentes que propiciam a reprodução, em grande escala, desse hediondo padrão comportamental, o que sedimenta a criação de revoltas por justiça no tratamento igualitário às classes economicamente desfavorecidas e, comumente, vítimas de racismo, misoginia e, no caso de pessoas diaspóricas na Europa, xenofobia. Já Françoise Ega, em vários momentos, demonstra ressentimento em se submeter a um sistema de migração e endividamento por permanência de mulheres antilhanas, que guarda diversos pontos em comum com o tráfico humano e escravização pelos quais passaram seus ancestrais de África, em casas de famílias brancas francesas, mesmo ela não passando por essa escala de situação, na totalidade: “não tinha mais vontade de rir, estava absolutamente incomodada em trabalhar para pessoas assim.” (Ega, 2021, p.102). Ao mesmo tempo em que não queria colaborar para que suas irmãs pretas das Antilhas fossem mantidas nessa situação exploratória e humanamente abusiva, não se afastava do trabalho doméstico justamente por querer estar próxima delas e auxiliá-las das formas possíveis por meio de seu ativismo.

Quando Françoise Ega elegeu Carolina Maria de Jesus como sua destinatária e confidente idealizada, decidindo narrar sua vida a partir dos acontecimentos que a cercavam, optou, também, por personalizar sua narrativa por meio do relato de passagens envolvendo suas conterrâneas e passagens relativas aos abusos vividos, em seu dia-a-dia, retratado outras mulheres pretas atacadas por exploração justificada, pelos brancos europeus, por sua figuração de identidade. Essa escolha textual pode ser observada, por exemplo, na carta de título *24 de Junho De 1962*, quando conta um episódio vivido por sua amiga Yolande:

> [...] acabei por encontrá-la numa horta de alfaces, o joelho enfaixado com atadura. Chamei:
> — Yolande! O que a senhora está fazendo aí?

> Nunca a tratei por "você" porque queria conscientizá-la de quem ela era. Na casa onde trabalha, todo mundo fala com ela por meio de gírias e a trata por "você", até a menina de sete anos, até a avó velhinha.
> — Yolande, hoje é domingo, o que a senhora está fazendo com essa enxada?
> — Estou doente, tenho reumatismo no joelho, todos foram para o campo.
> — E quem cuida da senhora então?
> — Ninguém. Comprei uma pomada na farmácia. A patroa disse que ainda não tenho direito ao sistema de saúde, e não é com os setenta francos que ganho por mês que vou conseguir pagar um médico. (Ega, 2021, p. 15)

Como observadora das vidas de suas conterrâneas, como também analista de seu próprio cotidiano, Françoise Ega exibe plena consciência do racismo que sofre diariamente, nas diversas residências onde trabalhou. É constantemente obrigada a ouvir conversas entre seus patrões sobre a inclinação natural de mulheres negras, antilhanas, ao trabalho pesado e nada mais além disso: "Essas mulheres têm isso no sangue!" (Ega, 2021, p. 20). Mostra, também, uma dose de ironia, ao falar de ocasiões onde apenas se comenta, com indiferença, a presença de uma negra, na casa: "finalmente, Carolina, um depoimento que não fala de negros cochilando, um espanador sobre as pernas!" (Ega, 2021, p. 20).

Já em *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus disserta continuamente sobre a ínfima e imprevisível rentabilidade decorrente da falta de vínculo laboral formalizado: "[...] Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar minha filha Vera Eunice. [...] Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços" (Jesus, 2014, p. 22). Essa situação suscita constantes reflexões em Françoise Ega, que conversa com Carolina sobre como as diferenças laborais e econômicas entre a brasileira, ela e sua irmãs da América Central as aproximam, por conta da minimização de suas humanidades devido à cor de sua pele, gênero e origens socioeconômicas, o que fornece ao leitor um sólido panorama colonial, eurocêntrico, que vitimam essas e tantas outras mulheres pretas diaspóricas, em muitos níveis de suas vidas.

Toda a pluralidade e riqueza narrativa de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a Uma Negra*, especialmente as possibilidades analíticas que o diálogo entre essas obras oferece, atesta a contribuição direta do colonialismo para os processos de subalternização e silenciamento de seus povos. Nessa aspecto, as autoras despertam, também, um necessário olhar sobre as populações antes sujeitas ao banimento não somente social, mas também à marginalização literária. Desse modo, é válido conjecturar sobre uma provável vanguarda que a interação entre as narrativas de Carolina e Françoise tenha exercido, nos debates sobre as vertentes decoloniais do

feminismo. Tal interação colabora, também, para que as gerações futuras, mesmo que de modo paulatino, possam ter uma perspectiva de entendimento amplo e plural acerca da necessidade da extinção de ideologias e práticas supremacistas brancas e do conhecimento aprofundado e contínuo da história dos povos negros diaspóricos (em particular, dos processos discriminatórios interseccionais sofridos pelas mulheres negras), proporcionando a reconsideração de suas narrativas como singulares em seus componentes e, por essa razão, em nível de importância e urgência, universais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propósito acadêmico, a principal finalidade deste trabalho foi levantar as possibilidades de existência de um grau de pioneirismo, mesmo que em nível incipiente, na interação literária entre a brasileira Carolina Maria de Jesus e a martinicana Françoise Ega, que poderia se constituir em um alicerce aos aportes teóricos relativos aos feminismos interseccional e decolonial, posteriormente cunhados e utilizados como instrumentos epistemológicos voltados à investigação e entendimento causal da convergência de elementos como gênero, raça, classe e ancestralidade, que ainda vitimam as mulheres pretas, diaspóricas e latino-americanas ao longo da linha histórica do tempo. Levando em consideração os pontos de convergência entre *Cartas a Uma Negra* e *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, peculiarmente no que tange ao entrelace das experiências cotidianas de suas autoras, bem como o fato de ambas as transporem, por meio de narrativa autodiegética, para a linguagem escrita, é notório que a proposição interlocutória da escritora antilhana, ao eleger a brasileira como ideal destinatária, cria uma perspectiva projetiva e empática do *Eu* frente aos fatos contidos nas vivências do outro, que funcionam, em muitos níveis, como um espelho de sua própria existência. Desse ponto focal, é possível identificar a massiva influência da subjetividade, no campo literário que abarca a escrita de si, na escolha das escritoras pelo conjunto epistolar e pelo diário, como também no modo como Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus tecem, em suas respetivas obras, dores, provações e esperanças, em níveis variados de suas realidades.

Como gênero literário, devido ao seu caráter intimista, com direcionamento definidamente pessoal, é válido afirmar que a inclusão da carta e do diário neste campo se deu gradativamente a partir do final do Século XIX, levantando ainda discussões a respeito dessa categorização até o final do Século XX, suscitando debates, ainda na atualidade. O protagonismo adquirido por esses dois tipos de narrativa, no campo dos estudos acadêmicos, propiciou a criação de novas tipologias textuais que, por meio da descrição de uma existência real, estabeleceram diálogos concretos com a literatura. Graças a esse aumento da abrangência conceitual sobre o que vem a ser ou não literatura, a visibilidade das cartas de Ega, assim como a dos diários de Carolina Maria de Jesus, não só ocasionou significativa proeminência acadêmica, literária e editorial às suas obras, como também deixou clara a influência de ambas sobre o decorrer histórico desse processo.

Analisando diversas passagens de *Quarto de Despejo* e *Cartas a Uma Negra*, partindo da enunciação proposta literariamente por Ega à Maria de Jesus, fica evidente o desejo de ambas de serem ação impactante no mundo, por meio do relato dos penosos fragmentos, compostos por processos interseccionais de opressão e apagamento de suas existências. Por meio da denúncia da exploração laboral e das múltiplas violências pelas quais passavam suas conterrâneas antilhanas, a autora martinicana se impunha no ambiente de trabalho e familiar como mulher preta, diaspórica e socioeconomicamente desfavorecida, reivindicado para si não somente o direito à voz, mas também à credibilidade como escritora. De forma similar, Carolina Maria de Jesus, por sua vez, além das mesmas questões de gênero e raça que alvejavam Françoise Ega, era assolada, também, pela desumanização de suas condições sociais e financeiras. Mesmo relegada à favela, consumida pela fome e falta de perspectivas de melhorias de vida, bradava alto para que todos tomassem conhecimento da degradação provocada pela pobreza às pessoas que, como ela, a sociedade, em geral, preferia ignorar a existência. Sonhava em ser lida para trazer um pouco de luz, por menor que fosse a fresta, aos habitantes do "quarto de despejo". Mesmo vivendo em países diferentes, Carolina e Françoise, indiretamente, por meio de suas obras, iniciaram uma correspondência que atravessou o Atlântico. Assim, estabeleceram uma ligação íntima por meio da palavra, como forma de materialização e constatação da forte similaridade entre suas vivências e percepções sobre si mesmas.

Os diários e cartas por elas escritos são fortemente caracterizados pelo discurso de si mesmas por meio da relação entre tempo, memória e história, elementos que permeiam as narrativas do início ao fim. O modo como cada uma das autoras organiza suas memórias sugere a intenção de estabelecer uma comunicação entre o tempo privado, íntimo, e a enunciação de cunho histórico. Quando se posicionam ou agem frente aos fatos diários que as cercam, Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus fazem com que seus olhares sobre a vida se encontrem pela interseccionalidade dos fatores que causam sua marginalização e desumanizam suas existências e também pela amefricanidade. Esse estreitamento da distância entre elas atua como uma bússola que orienta a travessia subjetiva que não leva mulheres de volta à África de sua ancestralidade, mas as sedimenta nas Américas, mesmo estando em situação migratória, como Françoise Ega, tornando-as o que hoje são. Sob essa perspectiva, *Cartas a Uma Negra* e *Quarto de despejo: diário de uma favelada* são imprescindíveis registros da vida de uma mulher negra, pobre, nascida no Hemisfério Sul e, por essas razões,

desumanizada, privada de vez e voz pelo colonialismo estruturalmente amparado pelo imperialismo eurocêntrico, assim como pelo patriarcado de mesma origem.

Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, ao utilizarem a escrita de si mesmas como um instrumento de denúncia das tristezas e provações por elas vivenciadas, confrontaram as sociedades das quais faziam parte, exibindo uma indigesta realidade àqueles que a provocavam por meio de seus preconceitos e banimento de tantas mulheres semelhantes a elas. Na posição de narradoras autodiegéticas, estabeleceram seu próprio espaço e tempo, sendo sua busca pela identidade narrativa transcendente à memória histórica, o que garantiu a continuidade de seu trânsito literário entre os limites do passado, presente e futuro.

Mesmo que Carolina Maria de Jesus nunca tenha lido as cartas endereçadas a ela por Françoise Ega, a ligação criada entre elas transpassa a mera concretude da troca de correspondências, como também o ambiente literário. Trata-se de um elo sedimentado por gênero, raça, condição socioeconômica, ancestralidade, diáspora, lutas e superações. Reside, também, na justa e devida reivindicação pelo fim do silenciamento, do apagamento identitário, no grito pelo espaço psicossocial que lhes é de direito. Em suma, as batalhas dessas duas grandes mulheres antecipam, embora na esfera da narrativa literária e de forma inconsciente, possibilidades para o surgimento dos debates que, posteriormente, no campo dos estudos feministas, dariam origem e estabeleceriam a *Interseccionalidade* e a *Decolonialidade* como instrumentos teóricos e ferramentas epistemológicas que, na contemporaneidade, servem de suporte às investigações sobre elementos, causas, interação funcional e consequências dos processos discriminatórios destinados a marginalizar a figuração social da mulher negra, especificamente nas Américas.

Partindo da necessidade de encontrar, na literatura, o suporte necessário para discutir, na educação básica, temas voltados à discussão sobre relações étnico-raciais, como também de gênero e ancestralidade, pela ótica interseccional e decolonial, urge o aumento de presença da autoria feminina negra entre materiais didáticos e/ou paradidáticos preconizados pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), como também nos catálogos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)[35]. Embora alguns títulos, como *Cartas a Uma Negra*, já possam estar disponíveis entre as opções

[35] A obra de Françoise Ega está presente no catálogo do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) desde sua publicação no Brasil, em 2021. Fonte: https://todavialivros.com.br/pnld2021/cartasaumanegra. Acesso em 20 de maio, 2024.

oferecidas, isso ainda não configura o contexto ideal para que sejam criadas estratégias pedagógicas direcionadas a uma educação antirracista, que combata, também, a misoginia, a dominação patriarcal, o elitismo socioeconômico e o colonialismo ainda muito arraigado nos planos curriculares, dos professores de Letras e demais disciplinas, bem como na sociedade que fomenta a elaboração e continuidade deste modelo educacional. É preciso que se discuta isso não só nas salas de aulas acadêmicas, mas também nas escolas destinadas à ministração do Ensino Médio, sendo a literatura um frutífero campo para esses debates, sobre a figuração, importância e atuação das mulheres pretas na compleição social brasileira, por meio de obras que carreguem, como campo narrativo, histórias que possam ser analisadas e refletidas pela conceituação categórica de *Interseccionalidade*. Há, também, a urgência de falar sobre elas pela ótica do feminismo decolonial, com expressiva ênfase nos elementos relativos a gênero, raça e diáspora.

Desse modo, a educação interseccional e decolonial deve configurar alternativas diversas para que professores de Literatura e Língua Portuguesa suscitem reflexões, em alunos do Ensino Médio, para que a articulação da análise de obras de autoras negras contemporâneas, em sala de aula, favoreça a elaboração de planos pedagógicos voltados ao antirracismo e à análise das diversas formas de opressão, como o machismo e a hierarquização social com base em pilares econômicos. Importa, ainda, que haja debates sobre formas de enfrentamento e resistência contra o colonialismo que ainda determina a organização psicossocial do Brasil, sendo a rotina escolar da educação básica o cenário mais apropriado para desconstruir preconceitos e tecnologias de poder, silenciamento e dominação, ainda sustentadas por esses pilares. É necessário frisar, ainda, a necessidade de aumento dos estudos intelectuais acadêmicos, como objetos de pesquisa, sobre obras de autoria feminina negra, sobre mulheres em situação diaspórica, vítimas de diversos mecanismos de opressões raciais, sexistas e coloniais, de modo que a pesquisa científica seja instrumento de reflexão e ações libertadoras que operem transformações nas gerações futuras.

No âmbito da interligação entre literatura e práticas que desconstruam segregações e aniquilação da humanidade de indivíduos e povos diversos, especialmente de mulheres pretas e latino-americanas, o diálogo literariamente antecipatório dos vieses interseccionais e decoloniais de estudos feministas entre as obras de Françoise Ega e Carolina Maria de Jesus, ainda têm muito a reverberar não somente nas investigações epistemológicas de cunho científico, mas também junto ao

público atendido pela educação básica. Este é um contexto urgente para a frutificação de formas para repensar e desestruturar os diversos aparelhos que fomentam a segregação interseccional e colonialista, promovendo a pavimentação de um caminho mais justo e igualitário, no que tange às reparações históricas devidas às vítimas desse ainda vigente sistema que as minimiza.

Como instrumentos para esse fim, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Cartas a Uma Negra*, por meio dos diversos paralelos contidos em sua interlocução, podem proporcionar uma ampla e plural reflexão nas práticas pertinentes ao ensino literário no Ensino Médio sobre a produção literária de autoras subalternizadas. Tais reflexões remetem às teorias interseccionais e decoloniais aplicadas à crítica literária feminista que surgiriam décadas após terem sido escritas. Carolina Maria de Jesus e Françoise Ega, em seus diálogos, abrem espaço para várias outras conversas em que a literatura feminina amefricana possa representar um potente meio para o desenvolvimento de uma consciência feminista interseccional e decolonial que, a partir da leitura de suas obras, na contemporaneidade, dê voz e a devida, urgente e merecida relevância às escritoras negras e sul-americanas, como também às mulheres que, por meio de suas narrativas, essas autoras representam, seja na esfera literária ou social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação.* Tradução Wolfang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *Teoria Estética*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Editora 70, 1992.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTMAN, Janet. *Epistolary, Approaches to a Form*. Columbus: Ohio State University Press, 1982.

AMORIM, M. A. de.; SILVA, T. C. da. O ensino de literaturas na BNCC: discursos e(re)existências possíveis. In: AMORIM, M. A. de; GERHARDT, A. F. L. M. (Orgs.) *A BNCC e o ensino de línguas e literaturas*. Campinas: Pontes Editores, 2019, p. 153-179.

ANDRADE…[*et al.*]. *Indicionário do Contemporâneo*. Organizadores: Celia Pedrosa... [*et al*.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

ANDRADE, Daphne de Emílio Circunde Vieira; TEODORO, Maria Cecília Máximo. A colonialidade do poder na perspectiva da interseccionalidade de raça e gênero: análise do caso das empregadas domésticas no brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 566-585, 26 out. 2020. Centro de Ensino Unificado de Brasília. Disponível em: https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6855. Acesso em 22 de julho, 2023. p. 565-586.

ANTHIAS, F.; LAZARIDIS, G. *Gender and Migration in Southern Europe: women, on the move*. New York: Berg Publishers, 2000.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. *Sete erros aos quatro ventos: a variação no ensino de português*. São Paulo: Parábola, 2013.

BAKHTIN, M. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance.* Trad. Aurora Fornoni Bernadiniet al. São Paulo: Hucitec, 2014, p.211-362.

BAKTHIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo*. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.

BARLACH, Lisete. *O enfrentamento criativo da adversidade: Análise de personagens de filmes*. Disponível em: http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2012/07/4ed_artigo_7.pdf. Acesso em: 22 de maio, 2023.

BENJAMIN, W. *Teses sobre filosofia da História*. Trad. Flávio Kothe. SP: Ática, 1985.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva Negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n.1, p. 15-24, jan. / abr, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSFOGUEL,

Ramón. *Decolonialidade e Pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
BHABHA, Homi. *O local da cultura*. trad. Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, v.1 (225),70–88, 2009.
BOGAERT, Catherine; LEJEUNE, Philippe. *Um jornal à soi: histoire d'une pratique*. Paris: Textuel, 2003.
CALIGARI, Luíz Carlos. *Diante das letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Mercado de Letras, 1999b, p. 97-110.
CALLIGARIS, Contardo. *Verdades de autobiografias e diários íntimos*. 1997. Disponível em http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ Acesso em 24 de julho, 2023.
CALVINO, Italo. *Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. Tradução Roberta Barni. 1° Ed. Companhia das Letras, 2009.
CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 11 ed. – Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários Escritos.* 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul / São Paulo: Duas Cidades, 2011.
CARNEIRO, Vinícius; MACHADO, Maria-Clara. Tão longe, tão perto. In: EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. São Paulo: Todavia, 1°ed., 2021.
CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3°edição. Editora Vozes. Petrópolis. 1998.
CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2019.
COLLINS, Patrícia. H. Feminismo negro, Interseccionalidade e Política Emancipatória. Tradução de Bianca Santana. *Parágrafo*, v.5, n.1, Jan/jun. 2017.
COLLINS, Patrícia. Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução: Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
COMITÊ MAM'EGA. *Vivre Essemble Mam' Ega*. Disponível em: https://vivreensemble.org/francoise-ega/. Acesso em 24 de julho, 2023.
CORRÊA, L. G. Interseccionality: a challenge for cultural studies in 2020s. *International Journal of Cultural Studies*, [S. l.], v. 23, n. 6, p. 1-10, 2020.
CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, n. 140, p. 139-167, 1989.
CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity, politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, p. 1241-1299, 1994.
CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução Sandra Vasconcelos – São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.
DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
DAVIS, Angela. *A Liberdade É Uma Luta Constante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
EGA, Françoise. *Les temps de Madras*. Paris: Éditions Harmattan, 1989.
EGA, Françoise. *Cartas a Uma Negra*. São Paulo: Todavia, 2021.
ENTRETIEN AVEC FRAÇOISE VERGÈS. *Mettre en théorie et en pratique le principe de déplacement*, Comment s'en sortir? nº1, iXe, 2015. Disponível em:

https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02407697/file/css-1_2015_verges_mettre-en-pratique-et-en-theorie-le-principe-de-deplacement.pdf. Acesso em 21 de julho, 2023.
EVARISTO, Conceição. *Conceição Evaristo por Conceição Evaristo - Depoimento no I Colóquio de Escritoras Mineiras, Belo Horizonte 2009*. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo. Acesso em: 25 de maio de 2023.
EVARISTO, Conceição. Da representação a autorrepresentação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, Brasília, n. 1, p. 52-57, ago. 2005.
FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
FERNANDEZ, Raffaella Andréa. *Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015. 315p.
FIGUEIREDO, Eurídice. Françoise Ega: cartas à Carolina. In: *Trânsitos e fronteiras literárias [livro eletrônico]*: gênero / Organizadoras Gracielle Marques, Livia Reis, Veronica Prudente Costa. – Boa Vista, RR: Editora da Universidade Federal de Roraima; Rio de Janeiro, RJ: Edições Makunaima, 2023. 273 p. – (Trânsitos e Fronteiras Literárias; v. 4). p. 24-39.
FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.). *Ética, sexualidade, política*. Trad. de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 144-162.
FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
GALVÃO, Walnice Nogueira (2008). "A margem da carta". *Teresa*, (8-9), 14-29. Recuperado de https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116656. Acesso em 23 de Julho de 2023.
GANNETT, Cinthia. *Gender and the journal*. Diaries and academic discourse. Albany: State University of New YorkPress, 1992.
GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja, 1980.
GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 5.ed. São Paulo: Martins Fonseca, 2009.
GNERRE, Maurizio. Fronteiras da narrativa. In: *Análise Estrutural da narrativa*. Tradução: Maria Zélia Barbosa. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.
GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, p. 223-244, 1984.
GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1° Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Bernardino-Costa Joaze; Torres-Maldonado, Nelson; Grosfoguel, Ramón (orgs.). 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 55-77.
GROSFOGUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter D. Intervenciones descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colômbia, n. 9, p. 29-37, jul-dez, 2008.
HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *L'épistolaire*. Paris: Hachette, 1995.

HELLER, Agnes. Estrutura e Dinâmica da Vida Cotidiana e Sobre os Preconceitos. In:_____. *O Quotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1979.
HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. 2007. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. 37(132), p. 595–609. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005 Acesso em: 18 jul. 2023.
HONDAGNEU-SOTELO, P.; AVILA, E. *I´m here but I´m there: the meanings of Latina transnational motherhood. Gender and society, [S. l.], v. 11, n. 5, p. 548-571*. 1997.
hooks, bell. Mulheres negras e feminismo. In: *Não sou uma mulher? Mulheres negras e feminism*o. 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro, 2014.
JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthetique de la reception*. Paris: Gallimard, 1978.
JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: Diário de Uma Favelada.* 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria, volume 2: Santana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
KAUFMANN, Vincent. *L'équivoque épistolaire*. Paris: Éditions de Minuit, 1990.
KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação:* episódios de racismo cotidiano. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
KING, R. et al. Gender, Age and Generations: state of art report cluster C8. *IMISCOE Working Paper*, Amsterdam, n. 5, 2004.
LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses*: *o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
LEAR, Martha Weinman. The Second Feminist Wave. In: *The New York Times Magazine*. March, 1968.
LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2022.
LEJEUNE, Philippe. *El Pacto Autobiográfico y otros estúdios*. El mundo iluminado. Ciudade del México: Lúmen, 1998.
LEJEUNE, Phippe. *Pour l'Autobiographie*. Paris: Seuil, 1998.
LEJEUNE, Philippe. "A quem pertence uma carta?" In: _____. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet.* Org. Jovita M. G. Noronha. Trad. Jovita M. G. Noronha e Maria I. C. Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 251-254.
LORDE, Audre. Idade, Raça, Classe E Sexo: as mulheres redefinem a diferença. In: *Irmã Outsider*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 141-153.
LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanir Borges. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
LUCINDA, Elisa. *Carolina de Jesus é literatura sim!* Publicado em 24 de abril de 2017. Disponível em: https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim. Acesso em: 23 de julho, 2022.
LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9: p. 73–101, 2008.
LUGONES, María. Heterosexualims and the Colonial / Modern Gender System. *Hypatia*. v. 22, n. 1, p. 186-209. 2007.
MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedad e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016a.
MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Bernardino-Costa Joaze; Torres-Maldonado, Nelson; Grosfoguel, Ramón (orgs.). 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-53.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo Opinativo: gêneros jornalísticos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003a.

MARTINS, Bárbara. Lélia Gonzalez foi a nossa Angela Davis e deveria ser leitura obrigatória nas escolas e universidades. *Hypeness*, 2021. Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2021/01/Lélia-gonzalez-foi-a-nossa-angela-davis-e-deveria-ser-leitura-obrigatoria-nas-escolas-e-universidades/. Acesso em: 19 abr. de 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. *Revista USP*, São Paulo (37) p. 82-91. Março/maio 1998.

_____. Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy. *Estado de Minas*, Caderno Pensar, Belo Horizonte, p. 01-02, 17 maio 2014. Disponível em: http://150.164.100.248/literafro/data1/autores/40/entrevistabommeihy1.pdf. Acesso em: 25 de maio. 2023.

MELANÇON, Benoít. *Diderot Epistolier, Contribution a une poetique de la lettre familiale au XVIII e siecle*. Bibliothèque Nationale du Québec, Éditions Fides, 1996, p. 47.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia letras e ciências humanas, 2013.

MIRANDA, Fernanda R. *Silêncios prescritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários.* São Paulo: Cultrix, 1974.

MORAES, Marcos Aantonio de. *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2007. 248p.

MORAES, Marcos Antonio de. Sobrescrito. *Teresa* (USP), v. 8/9, p. 8-9, 2008a.

MONTEIRO, Marcelo. *Pequeno Dicionário das Favelas; em Favela tem Memória*. Disponível em: www.favelatemmemoria.com.br. Acesso em: 23 de Dezembro. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Cartas Cariocas: a variação do sujeito na escrita informal. 1988. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PASSOS, C. M. T. V. As Cartas do Leitor nas revistas Nova escola e Educação. In: DIONISIO, A. P.; BESERRA, N. S. (Org.). *Tecendo Textos, Construindo Experiências*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 81-107.

PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. In: DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura e exclusão.* Organização de Regina Dalcastagnè e Laeticia Jensen Eble. Porto Alegre: Zouk, 2017.

PEREIRA, Bergan. *De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição*. São Paulo: PUC, 2011.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade.* São Paulo: Editora Nós, 1. ed, 2019.

PINHEIRO-CARVALHO, Aldenora; PINHEIRO-MENEGON, Patrícia; PINHEIRO-MARIZ, Josilene. (Organizadoras). *O lugar da literatura nos estudos decoloniais.* São Luís: Graffias, 2022.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Luiz Gama, uma vida na roda vida. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.
POSSENTI, Sírio. *Humores da Língua*. Campinas: Mercado das Letras, 1997.
POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1974.
QUIJANO, Anibal. Colonialidad de poder y clasificacion social. *Journal of World Systems Research* 1 (2): p. 342–386, 2000.
RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
RICOEUR, P. *O si-mesmo como outro* (I. C. Benedetti, Trad., 1a ed.). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2014.
ROSENFELDT, Deborah. The Politics of Bibliography. In: HARTMAN, Joan E.; MESSER-DAVIDOW, Ellen. *Women in PrintI*: Opportunities for Women's Studies Research in Language and Literature. New York: Modern Language Association,1982.
RAMOS, N. (Org.*). Saúde, Migração e Interculturalidade: perspectivas teóricas e práticas*. João Pessoa: EDUFPB, 2008.
SIQUEIRA, Samanta Vitória. *A voz antilhana registrada por Ina Césaire: desafios de tradução em Contes de nuits et de jours aux Antilles*. Porto Alegre, RS: Class, 2019.
SIQUEIRA, Samanta Vitória. Aquela que diz não à sombra: biografia e obra da escritora martinicana Françoise Ega. In: *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, v. 25, n.3, 2020.
SIQUEIRA, Samanta Vitória. *Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus* e *Cartas a Uma Negra, de Françoise Ega: uma literatura amefricana*. -- 2022, 105f. Dissertação (Mestrado em Letras) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, BR-RS, 2022.
SOARES, C. M.; JORGE, L. S. G. Mulher Negra na Literatura: A Palavra Como Instrumento De Luta E Resistência: Black Women In: Literature: The Word As An Instrument Of Struggle And Resistance. *Revista Temas em Educação*, [S. l.], v. 29, n. 3, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n3.53133. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/53133. Acesso em: 13 maio. 2024.
SOUZA, Davi Silistino de. *A Subalternidade Em Cloud Atlas, de David Mitchell*. Dissertação de Mestrado -- São José do Rio Preto, 2018 114 f.
TOLEDO, Cristiane Vieira Soares. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. *Lêtronica*, vol.3, n.1, p. 247-257; Porto Alegre, julho de 2010.
UNE AUTRE HISTOIRE. *Histoires Oubliées, Histoires Occultées*. Disponível em: http://une-autre-histoire.org/le-bumidom/. Acesso em 19 de julho, 2023.
VASCONCELLOS, Eliane. Intimidade das correspondências. In*: TERESA Revista de Literatura Brasileira/área de Literatura Brasileira, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.* Universidade de São Paulo, n. 8/9, p. 372-389, 2008.
VERGÈS, Françoise. *Um Feminismo Decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *SILVA, T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.